

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

ARIANA SALETE DE MORAES

**A Feira no Centro Histórico do Penedo:
Um cotidiano urbano**

Maceió

2013

ARIANA SALETE DE MORAES

**A Feira no Centro Histórico do Penedo:
Um cotidiano urbano**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josemary Omena Passos Ferrare

Maceió

2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M827f Moraes, Ariana Salete de.

A feira no centro histórico do Penedo: um cotidiano urbano / Ariana Salete de Moraes. – 2013.

168 f. : il., grafs., tabs. e mapas.

Orientadora: Josemary Omena Passos Ferrare.

Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 144-149.

Apêndices: f. 150-168.

1. Feiras livres. 2. Patrimônio cultural – Penedo(AL). 3. Identidade cultural.
4. Espaços públicos urbanos. I. Título.

CDU: 711.4(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO


Ariana Salete de Moraes


**A FEIRA NO CENTRO HISTÓRICO DO PENEDO:
UM COTIDIANO URBANO**

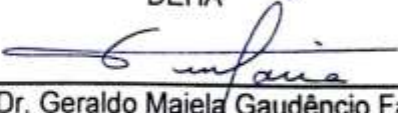
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

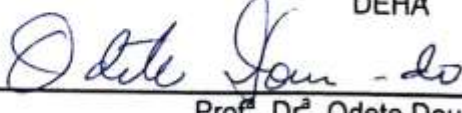
APROVADA EM 19/07/2013

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Josemary Omena Passos Ferrare
DEHA, Orientadora


Prof.^a. Dr.^a. Maria Emilia de Gusmão Couto
DEHA


Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria
DEHA


Prof.^a. Dr.^a. Odete Dourado Silva
UFBA, Examinadora externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a uma sinfonia de bem-te-vis com um baque virado, que fez de um cotidiano motivo de celebração.

AGRADECIMENTOS

À centelha divina em cada pessoa que me acompanhou nos tropeços e avanços. Em especial à minha família, minha orientadora e aos poucos e bons amigos de todas as horas.

“Essa história começa ao rés do chão, com passos. [...] Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares.”

Michel de Certeau

RESUMO

Os aspectos que permeiam a apropriação da Feira Livre estabelecida no Centro Histórico do Penedo em Alagoas revalidam um modo de expressão consolidado pela historicidade da feira no lugar, com registros que remontam suas primeiras manifestações ao início do século XIX. Nesta época, a cidade se firmava como entreposto comercial que perdurou até meados de 1980, impregnando a ambiência da feira, como um traço da identidade cultural local até os dias atuais. Colocam-se em foco os fatores degradativos ou não que regem a convivência entre a imaterialidade da feira e a materialidade do acervo patrimonial edificado, ao se querer averiguar se existe uma relação intrínseca entre ambos. Para tal, fez-se necessário apreender de seus principais agentes, os feirantes, sua Corporeidade – “um estado de corpo” – como um vetor fenomenológico para a atividade perceptiva com o qual poderia ser traduzido o seu modo de apropriação, sua percepção sobre o meio. Por meio do resultado da Corpografia, aferimos o alcance de sua apropriação e pertencimento ao associar a errância urbana na experimentação da sua ambiência. Focaliza-se a *práxis* do cotidiano conturbado e ordenado na desordem comparado a um sistema vivo auto-organizável e mutável se deparando com o movimento da *cidade-cenário*, *cidade-espetáculo*. Uma apreensão realizada *por dentro*, além do visível, que possa auxiliar no rompimento da postura patrimonial vigente, a qual, por vezes, parece entender patrimônios material e imaterial de modo dissociado.

Palavras-chave: Feira Livre do Penedo. Identidade Cultural. Patrimônio.

ABSTRACT

The aspects that penetrate the appropriation of the established Feira Livre in the Historical Center of Penedo in Alagoas, revalidate a way of expression that is consolidated for the historicity of that kind of market in this place, registering its first manifestations in the beginning of the XIX century. About that time, the city was established as commercial center until 1980, impregnating the atmosphere of the market, as a trace of the local cultural identity until the current days. The degradative factors or not that conduct the familiarity between the immateriality of the market and the materiality of the patrimonies builders are placed in focus, inquiring an intrinsic relation between both of them. For such, became necessary to apprehend of its main agents, the stallholders, their Corporeity – “a state of body” – as a phenomenological vector for the percipient activity with which its way of appropriation could be translated, its perception in the environment. Through the result of the Bodygraphy, we survey the reach of its appropriation and belonging, when associating the urban errancy in the experimentation of its atmosphere. It takes places the daily practices of the disturbed and commanded in the clutter, compared with an auto-organized and changeable as an alive system is focused against the movement of the *city-scene*, *city-spectacle*. An apprehension carried through on the inside, beyond the visible one, that it can assist in the disruption of the effective patrimonial position, which sometimes seems to understand material and immaterial patrimonies as dissociate way.

Keywords: Feira Livre of Penedo. Cultural Identity. Patrimony.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Da materialização ao pertencimento	17
1.1. O material e o imaterial: breve reflexão sobre a postura vigente	17
1.2. O Centro Histórico do Penedo, o Mercado e a Feira: interagentes na materialidade e imaterialidade	24
1.3. O pertencimento e a identidade cultural condicionando a manifestação da feira livre	49
2. As dimensões da feira	56
2.1. Aspectos do passado e atuais	56
2.2. Apropriação urbana através da conformação espacial e percepções atuais do “fazer a feira” no Penedo	64
2.3. A diversidade dos sujeitos: agentes, produtos, exposições e sensações	79
3. O caminhar pela feira	89
3.1. Apreensões na pesquisa de campo	89
3.1.1. Um instrumento fenomenológico	92
3.1.2. Trocas entre feirantes e entorno edificado	101
3.1.3. Primeiros procedimentos utilizados	111
3.2. Uma metodologia associada	125
4. Uma visão própria do mundo	137
5. Referências bibliográficas	141
6. Anexos	147

INTRODUÇÃO

A trajetória do desenvolvimento da pesquisa intenciona desvelar parte de um mundo cotidiano lúdico impregnado na formação cultural do nosso país — as feiras —, em particular a Feira Livre do Centro Histórico do Penedo, cidade da região do Baixo São Francisco em Alagoas.

Testemunha de várias mudanças na sua apropriação espacial, essa Feira mantém-se com uma dinâmica inerente à sua imaterialidade, embora esteja envolvida pelo perímetro de entorno edificado que corresponde ao Centro Histórico Tombado nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Tal condicionante, apesar de agregar valores peculiares à sua ambiência, ocasiona posições contraditórias na apreensão por seus principais agentes — os feirantes. A estes se dirige o foco principal do estudo, objetivando-se confrontar suas percepções referentes ao patrimônio material edificado que os cerca e a própria manifestação da feira como patrimônio imaterial. Sabe-se que ainda vigoram divergências na conduta da gestão institucional e no tratamento entre os bens tangíveis e os intangíveis patrimoniados, chegando a instaurar-se um foco acelerador de “dissociação” indevida e vigente na *práxis preservacionista* de centros urbanos e “lugares”. Assim reconhecendo, elegeu-se esse ponto como primordial da pesquisa, buscando-se mostrar o vínculo entre a materialidade dos edifícios históricos e a imaterialidade da rítmica cotidiana da feira.

Sobre essa questão, Castriota (2011) reconhece a percepção de que o fim último da conservação não se restringe apenas à manutenção dos bens materiais “*per si*”, mas à manutenção e promoção dos valores incorporados por eles. No Brasil dos anos 2000, a discussão que se centrava em *como* conservar foi alterada para o *que, por que e para quem* conservar, questionando os valores cujo atributo principal pode não ser mais encontrado na matéria, e sim em uma rede intangível de significados. O campo do patrimônio deixaria de ser apenas uma questão técnica e sua essência se transformaria em uma construção social, resultado de processos sociais específicos — espaciais ou temporais —, que ampliaria a mudança de percepção e reconhecimento do próprio patrimônio material.

A esse ponto, pondera-se a importância do papel dos diversos agentes que interagem com o patrimônio e o estabelecimento de seus valores em vários campos de análises. Tais considerações fizeram emergir esta hipótese particular no estudo em questão: os feirantes da Feira Livre do Centro Histórico do Penedo, na qualidade de elementos interagentes entre o material e o imaterial, poderiam ser os maiores degradadores do próprio acervo cultural que os cercam, ao se considerar que agridem, danificam, obstaculizam as edificações remanescentes de vários estilos arquitetônicos no Centro Histórico da cidade reconhecidos como “patrimônio nacional”? O foco sobre o feirante se deu pelo fato deste estabelecer um elo entre a materialidade e imaterialidade, consolidar a *práxis* do comércio informal no local e nele consubstancializar cotidianamente a sua subsistência, com o ofício transmitido por várias gerações¹.

Foi exatamente a partir desse *a priori* e diante de implicações físicas que os órgãos gestores da preservação patrimonial pretenderam, por várias vezes, transferir a Feira Livre do Centro Histórico para uma área mais afastada. O que teria causado ao Centro Histórico do Penedo essa transferência?

No Brasil, o valor consolidado como prática cultural da manifestação das feiras livres teve seu marco no processo em que se configurou a Feira de Caruaru como Bem Cultural de Natureza Imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2006 na categoria *lugar* ao fundamentar-se como:

[...] Um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio do gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro, inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. (CASTRIOTA, 2011, p. 58, grifo nosso)

¹ Entende-se existir em um processo de percepção/ação dos agentes constitutivos de uma feira livre, o papel importante do freguês: o passante que observa e que interage na relação de compra e venda, e na ocupação do espaço, onde se “dá” a feira. Mas levando em conta o objeto central de observação pretendido, este outro agente ativo no processo de manutenção da existência da Feira do Penedo neste local do Centro Histórico, não foi escolhido para foco de análise.

A título de esclarecimento, vale explicar a linha temporal já perpassada pelo objeto de estudo Feira do Penedo como foco de discussão no município desde 2007, quando, inclusive, a autora participou de uma pesquisa para subsidiar a relevância ou não da permanência da Feira Livre nos arruamentos que compõem o Centro Histórico do Penedo.

Avaliou-se, na época da pesquisa, a existência de uma relação simbiótica entre a Feira Livre, o Mercado Público Municipal e o Pavilhão da Farinha na iminência de passarem por intervenções restaurativas, comprovando a interrelação entre a informalidade e a formalidade das trocas ali estabelecidas, inclusive em caráter de subsistência de ambas, que se delongam até hoje.

Diante da permanência da Feira Livre no lugar, o quanto será que os feirantes se apercebem do valor cultural dela? Que entendimento possuem sobre patrimônio material e imaterial que contorna, forma e modela a própria Feira? O que faz transcender as relações de troca dos edifícios do Mercado Público e do Pavilhão da Farinha? Essas foram indagações que surgiram e nos seduziram a procurar recursos e métodos para uma avaliação mais abalizada.

O *locus* onde há anos se instala a manifestação da Feira no Centro Histórico do Penedo, apresenta a sua composição urbana delineada por edificações e ruas que, desde o século XVI, testemunham a historicidade da formação da cidade — uma das mais antigas do Estado. Seu território abrangia praticamente toda a margem do rio no período em que constituía um dos três pólos de povoamento da parte sul da Capitania de Pernambuco. No século XVII tornou-se importante entreposto comercial, quando se estabeleceu uma vida urbana efervescente, tendo nos eventos sociais destaque para as celebrações religiosas que proporcionavam a possibilidade do comércio e das feiras — provedoras dos gêneros trocados por roceiros e escravos. Tais festividades que polarizavam o acontecimento de grandes feiras ampliavam tanto a conotação social e simbólica das comemorações quanto a inserção de um tipo particular de escravo na prática comercial, o escravo de ganho².

² Os escravos de ganho faziam vendas nos mercados e ruas da cidade. Parte da arrecadação do ofício era ganho integral ou parcial de seu senhor, sendo o restante “ajuntado” para a compra da alforria. Nesse contexto, destaca-se a presença das “negras de tabuleiro” — vendedoras ambulantes

A cidade do Penedo modificou-se perante vários fatores que influenciaram o comportamento de sua sociedade, de zona produtora de gado, arroz, algodão a centro industrializado, perpassando pela redução de seu território até a estagnação comercial ocorrida a partir da década de 1980. Todas essas “rupturas” no caminho, de sua formação à contemporaneidade, foram ocasionando transformações que refletiram no espaço urbano. Entretanto, a *práxis* consolidada pelo cotidiano apresenta remanescências da historicidade no acervo arquitetônico ainda existente, bem como é incorporada na condição de identidade cultural própria dos feirantes. Mas a que dimensão?

Admitindo-se haver um elo entre manifestação feira livre e entorno edificado histórico, buscou-se para o aporte teórico-metodológico uma composição entre a Corpografia e a Teoria das Classificações Múltiplas e entrevistas da metodologia da História Oral, a fim de obter um panorama de alguns aspectos perceptivos e sensoriais que se processa entre feirante – a feira em si – e o local onde ocorre a Feira Livre. Os relatos obtidos pelas entrevistas subsidiaram as *impressões* da percepção da Corpografia dos feirantes ao buscar além da fala as sensações implícitas na relação do corpo com o meio. Vale aqui ressaltar a relevância das reflexões de Paola Berenstein Jacques ao substanciar a experiência da aplicação da Corpografia no senso em que se referiu a autora em seu artigo *Éloge des errants l’art d’habiter la ville*, apresentado no Colóquio Cerisy-la-Salle, em setembro de 2006 (JACQUES, 2008), também sugerido pelo arquiteto urbanista Alain Guez para designar o tipo de registro da cidade no corpo de seus habitantes.

A rigor desde 2007, essa noção vem ganhando aprofundamento pelo enfoque coadaptativo dos estudos dos processos de interação entre corpo e ambiente, desenvolvidos a partir da parceria entre Paola Berenstein Jacques e a pesquisadora de dança, Fabiana Dultra Britto³.

tradicionais no comércio da África Ocidental que também estabeleceram essa prática aqui no Brasil, segundo Ferlini (2001) e Gonçalves (1996).

³ Para uma melhor compreensão do percurso de elaboração do argumento explicativo da ideia de corpografia, remete-se aos artigos *Cenografias e corpografias urbanas – um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade* (BRITTO; JACQUES, 2008); *Corpografias Urbanas: relações entre corpo e cidade* (JACQUES; BRITTO, 2008); *Urban Bodygraphies* (JACQUES; BRITTO, 2009).

Entretanto, esse caminhar exploratório pela feira, com toda a complexidade de abordagens, também foi pautado por autores como, Merleau-Ponty, Augé, Milton Santos, Antônio Arantes, Le Breton, Pierre Bourdieu, tendo se amparado com mais ênfase em De Certeau (2011), e o olhar voltado para as práticas no cotidiano dos feirantes. Práticas pelas quais o espaço é reapropriado pelas técnicas de produção sociocultural e para assim melhor auxiliar o entendimento do objeto em foco.

De forma sistemática, a construção do corpo textual sequenciou os aspectos de uma visão macro a uma visão micro do estudo de caso em si. O estudo do cotidiano, no capítulo primeiro, trata de uma reflexão acerca da postura vigente que rege a legislação sobre patrimônios material e imaterial no Brasil, ao considerar a problemática de uma dicotomia estabelecida como possível aspecto potencializador do rompimento das relações intrínsecas existentes nas ações dos órgãos responsáveis pelo patrimônio.

Ainda nesse mesmo capítulo, os aspectos que envolvem o pertencimento e a identidade cultural dos feirantes são abordados como fatos sociais condicionantes que acomodam a reapropriação da feira no *lugar*. Instrumentalizando o conceito de *lugar* de Augé (1994), toma por foco a marca social do solo, reivindicada por aqueles que dele se apropriam e ali se reconhecem. O desenvolver do capítulo deixa claro entender que esse “dispositivo espacial” exprime a identidade do grupo, congrega, une e conserva um sentido coletivo.

No capítulo seguinte, a dimensão simbólica⁴ é abordada como conjunto da produção simbólica da sociedade — modos de expressão, valores, crenças e práticas — e que fundamenta a capacidade de simbolizar inerente aos seres humanos; é enfocada em sequência, ao discorrer sobre os fatores atuais e históricos de constituição das feiras. Encontra-se em Mott (1998) ampla abordagem sobre a implantação da conformação formal das feiras livres indissociadas dos edifícios do mercado, numa prática simbiótica que reforça a relação estabelecida no Penedo com a migração da Feira Livre quando edificado o Mercado Público da cidade. O

⁴ Conceituada e consolidada por meio da Política Nacional do Sistema Nacional de Cultura de 2011.

capítulo expõe ainda essa dualidade espacial da feira ainda transmuta a apropriação urbana, os usos dos arruamentos, propelindo uma diversidade de sujeitos, apelos, polifonias e sensações.

No capítulo terceiro, a sistematização das análises, a coleta de dados em campo e a aplicação do corpo captado como instrumento relacional perceptivo com o entorno edificado, por meio dos aportes já referenciados, direcionam o encaminhamento já em tom conclusivo do texto dissertativo.

No último capítulo, propagam-se, de forma sintetizada, as percepções dos feirantes sobre esse universo que os envolve e suas apreensões dentro do contexto físico e simbólico do patrimônio em que estão inseridos. Esse final dissertativo busca levar em consideração alguns elementos que possam transmitir a importância simbólica refletida pela manifestação de uma feira livre, ao aferir os resultados para a constatação da hipótese apriorística e dos questionamentos referentes que em síntese, assim indagaram: há pertencimento entre os feirantes e o meio edificado? Serão os feirantes os agentes de sua degradação, ao invés de solidificadores da sua própria existência cotidiana neste *lócus* urbano e secular?

1. Da materialização ao pertencimento

“Essa categoria de objetos [os bens materiais] não apresenta assim fronteiras classificatórias muito definidas, sendo ao mesmo tempo objetos e sujeitos, materiais e imateriais, naturais e culturais, sagrados e profanos, divinos e humanos, masculinos e femininos.” GONÇALVES, J.

1.1. O material e o imaterial: breve reflexão sobre a postura vigente

A separação estabelecida pela legislação entre o patrimônio material e o imaterial criou uma dissociação na prática das ações para a conservação e manutenção dos bens — resultantes das problemáticas nas relações de pertencimento que ocasionam deficiências em ações a longo prazo. Na dinâmica envolvida nos entendimentos sobre as leis patrimoniais, consideramos que, por força do período em que foram concebidas, estabeleceram-se resoluções com fins específicos, diretos e explícitos distinguindo, separadamente, os bens materiais dos imateriais.

Ao longo dos anos, acompanhando as convenções internacionais que repensavam, reconstruíam e consolidavam conceitos⁵ de reconhecimento e preservação de bens “históricos” — Carta de Atenas (1931)⁶ e Carta de Veneza (1964)⁷, como exemplos mais significativos —, surgiram o paradoxo das variações da acepção de patrimônio/monumento e o modo para sua consolidação como elemento aglutinador e simbólico tanto nos domínios e apropriações sociais quanto nas suas representações edificadas.

No entendimento sobre *patrimônio*, mediante a atribuição à palavra originariamente derivada de *pater*, obtemos a significação do legado que o pai deixa para o filho, a transferência dos bens ou riquezas para outros. No século XVIII, com a Revolução Francesa, adquiriu um sentido coletivo e, no século XX, passou a ser referência mundial para a formação de uma identidade nacional. Com o advento

⁵ A consolidação de novos conceitos por meio das convenções internacionais refletia pensamentos de teóricos de suas épocas, como por exemplo, Cesare Brandi com sua Teoria da Restauração de 1963 e outros precedentes a esse.

⁶ Estabeleceu princípios gerais concernentes à proteção dos monumentos: valorização, técnicas de conservação e a colaboração internacional para esse fim (BRASIL, 2004, p.13-19).

⁷ Define a importância do sítio e não apenas da arquitetura isolada. A obra de arte e o testemunho histórico passam a ser extensivas às obras modestas (Ibid., p.91-95).

da II Guerra Mundial, surgiu a corrente de pensamento universalista e os ideais de patrimônio da humanidade; tal corrente, na década de 1950 foi associada a um novo conceito de cultura onde não apenas a arte, história ou arquitetura deveriam ser preservadas, mas também o conjunto de realizações humanas em suas diversas expressões: hábitos, costumes, tradições, crenças, entre outros, culminando na concepção do patrimônio cultural vigente formado por bens materiais e imateriais com referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais. Em Brasil (2007), expressa-se o entendimento de que a essas referências culturais

se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco do bem – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2005 apud BRASIL, 2007, p.07).



Figura 01: A Feira livre do Penedo inserida no Centro Histórico. Fonte: AUTORA, 2007.

A associação de referência cultural está diretamente relacionada à concepção do símbolo como valor social. Tal concepção de símbolo surgiu do termo *semióforos*⁸ que absorviam uma atribuição de valor – cultural, histórico, etc. – com alguma significância particular, que poderiam ser desde objetos, lugares ou até pessoas. Chauí (2002 apud FONSECA, 2008), portanto, alega não atribuir a coisa em si como o dado importante, mas sim a representação simbólica nela implícita ao

⁸ Do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar. (Dicionário Aurélio Eletrônico)

vincular o visível e o invisível, a que se destinava exclusivamente à visibilidade e à contemplação, pois nisso se realiza sua significação e existência.

Assim, a construção do juízo atribuído ao patrimônio cultural foi alicerçada e tomou volume com o surgimento de coleções e seus respectivos colecionadores ressaltando o poder e a influência dos que as possuíam, sendo seus maiores protagonistas os chefes político-militares e os religiosos inicialmente. Posteriormente, nos séculos XIX e XX, a classe mais abastada difundiu a sua importância. Cada categoria representativa da sociedade propagou a atribuição de valor do semióforo de acordo com seus objetivos particulares, citando como um exemplo bastante consolidado os religiosos que criaram relíquias e lugares sagrados. Entretanto, pressões sociais das classes menos favorecidas pelo acesso aos cobiçados semióforos propiciaram a criação do patrimônio cultural pelo então Estado-Nação, que tomou forma evolutiva a partir do século XV para Estado — tido como moderno — e alterou a concepção do bem de privativo para coletivo estendendo-se para todo o grupo social.

Embora, ainda nos dias atuais, o reflexo do predomínio das classes “dominantes” seja observado pelo modo sistêmico em que as interferências no patrimônio cultural são praticadas, é importante considerar que se trata de uma categoria ambígua e que transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões.



Figura 02: Barracas da feira dispostas entre as ruas e espaços do Centro Histórico do Penedo. Fonte: AUTORA, 2007.

O que essa experiência de rejeição parece colocar é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de um agente externo. Nem, tão pouco, depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Segundo Greenblatt (1991 apud GONÇALVES, 2005), os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público, para além de suas fronteiras formais. Tornando-se através das forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu seu representante, e sendo assim identificada pelo expectador. Um paradoxo ainda atual ao olhar os programas de incentivo à cultura popular do país.

De fato, Mário de Andrade, ao elaborar em 1937 o anteprojeto do que viria a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — hoje Instituto —, abordava com olhar artístico e antropológico o papel das expressões da cultura popular na formação da identidade cultural brasileira, mas naquela época os sítios, monumentos históricos e obras de arte do período colonial encontravam-se sob grave ameaça de desaparecimento devido ao processo de modernização urbana das nossas cidades. Assim, sua preservação tornou-se uma prioridade incontornável, como trata Sant’Anna (2008). Esse foi o marco legal do estreitamento conceitual e prático na defesa do patrimônio cultural brasileiro.

A alteração na postura relacionada à proteção da imaterialidade foi retomada apenas nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, com o marco da implementação de ações de salvaguarda lideradas por Aloísio Magalhães e pela inserção dos artigos 215 e 216 na Constituição Federal ao definir o Patrimônio Cultural de modo mais amplo, abarcando seus aspectos materiais e imateriais. Nesse período até o ano de 2000, ocorreu um processo de construção de pensamentos que mudou significativamente a postura política vigente em relação ao entendimento da manifestação popular da cultura do país: criação de centros, institutos e fundações voltados às referências culturais, ao folclore nacional e à proteção patrimonial.

O Decreto nº 3.551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, consolida o pressuposto da *representatividade* que estabelece a importância da relação dos

grupos e segmentos sociais que constituem a sociedade brasileira com o bem cultural. Na década de 1990, são empenhados esforços na construção de instrumentos legais de proteção ao destacar: a promulgação da Lei nº 8.313 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com o objetivo de promover a captação de recursos, intencionando fomentar projetos de preservação do patrimônio cultural; a realização do Balaio do Patrimônio Cultural, projeto voltado para a difusão e descentralização da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; o Seminário Internacional do Patrimônio Imaterial – que elaborou a Carta de Fortaleza –, onde foram estabelecidas estratégias e formas de proteção, tanto no âmbito jurídico quanto no administrativo para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial culminando, em 2000, no Decreto nº 3.551.

O decreto rege o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, institui o registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. Vem favorecer um amplo processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais. (IPHAN, 2006, [s/p]).

A criação, pelo Decreto nº 3.551/2000, dos diferentes Livros de Registro sugere a percepção de distintos domínios na composição da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Os bens culturais de natureza imaterial estão incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro: 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. Sob essa última categoria de Livro de Registro – Lugares –, foi atribuída à Feira de Caruaru o primeiro título registrado, dada a relevância de valores agregados e ressonância da coletividade tanto local, quanto regional e nacional.



Figura 03: Imagem atual da Feira de Caruaru registrada como Patrimônio Cultural Imaterial em nível nacional em 2006, na categoria Lugares.

Fonte: <http://caruaru2014.blogspot.com.br/2011/11/comite-vai-ajudar-gerir-feira-de.html>



Figura 04: Imagem antiga da Feira de Caruaru com uma apropriação espacial diferenciada da atual no Largo da Igreja de N. Sra. da Conceição.

Fonte: <http://paduapostais.blogspot.com.br/2010/12/20-igreja-da-conceicao-e-feira-de.html>

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Arantes (2007) concede ao conceito uma abordagem mais abrangente para *patrimônio cultural*. Coloca esse conjunto de bens — alvo de proteção — como parte da construção do pertencimento e da continuidade da experiência social, sendo a atribuição de valor estabelecida por um grupo diferenciado, partindo da preexistência dos diversos condicionantes aos quais se articulam: práticas sociais, técnicas, temporalidade, entre outros.

Arantes (2007) ainda aborda que o processo de valoração ocorre no âmbito do poder público, visando o seu interesse e amparado por estudos acadêmicos e demais procedimentos jurídico-administrativos questionando até que ponto e para quem essas representações coletivas constituiriam, de fato, referências de pertencimento à nação, expondo, então, a problemática da questão do patrimônio de modo geral.

Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por um determinado agente como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a outras camadas da população, como encontramos no caso específico da Feira Livre do Centro Histórico do Penedo, objeto de análise do presente trabalho.

1.2. O Centro Histórico do Penedo, o Mercado e a Feira: interagentes na materialidade e imaterialidade

O estudo ocorre na cidade histórica do Penedo⁹, localizada na região do Baixo São Francisco em Alagoas, que teve sua fundação datada em 1º de Outubro de 1535, quando o Donatário Duarte Coelho Pereira lá deixou famílias para implantar o povoamento.



Figura 05: Vista do cais do porto da cidade do Penedo registrada em 1950 que revela a composição urbana através de suas edificações. Fonte: MISA, 2007.

Dessa cidade, uma das mais antigas do Estado de Alagoas, sabe-se, segundo Carotá (s/d), que seu florescimento urbano deu-se na área do rochedo, do qual seu nome deriva. Sua extensão alcançava as terras do lado direito do Rio São Francisco e partes do atual Estado de Pernambuco, zona rural de Garanhuns e também nascentes dos rios Paraíba e Mundaú. Em 1614, o lugarejo recebeu o título de Vila de São Francisco, mas somente no século XVIII passou a ser chamada de cidade do Penedo.

Configurava-se como uma vila colonial brasileira típica onde uma aglomeração preponderante era o fator determinante de sua morfologia, da intensidade de sua vida social e de sua duração. De acordo com Fernandes (1972), a maior parte das vilas dos séculos XVI, XVII e XVIII converteu-se em tal por razões administrativas. Muitas vilas seriam simples “vilarejos” ou “vilarejos”. Não eram dotadas de uma

⁹ Penedo localiza-se numa *penedra* – grande rochedo sobre o qual o núcleo urbano se assenta.

estrutura urbana, apenas atendiam a algumas *funções urbanas*. Era um prolongamento e uma diferenciação do “setor rural”. Operavam como refúgio e núcleo da resistência, ou contra-ataque, aos invasores de outras nações europeias e etnias indígenas. Mesmo assim, era um povoado que possuía apenas trezentos fogos e cerca de seiscentos habitantes espalhados por pequenas fazendas.

A instabilidade do sistema colonial refletia-se diretamente na dinâmica social das vilas — consoante Fernandes (Op. Cit.) —, ocasionando sua evolução ou não, de acordo com a economia de mercado vigente. Sob esse aspecto, o desenvolvimento da Vila do Penedo era vultoso, tendo sua posição geográfica um fator crucial: consolidava o tráfego intenso e diversificado de navios que comercializavam desde o transporte de escravos a pau-brasil e demais gêneros alimentícios. Esse posicionamento privilegiado despertou a atenção dos holandeses quando tomaram a capitania de Pernambuco em 1630, enfatizando a relevância de controlar o seu comércio efervescente naquele período, tendo, para tanto, sido erguido um forte — Forte Maurício — que, segundo relatos históricos, durou dez anos de ocupação.



Figura 06: Gravura de Franz Post do século XVII, retratando a imagem da Vila do Penedo e o Forte Maurício construído no período de dominação holandesa. Fonte: SALES, 2003.

Após passado o período de domínio holandês, “o Penedo” permanecia próspero e o fluxo de embarcações que lá aportavam era constante; o número de gado que pastava nas terras ricas em salitre era imenso. Os malês vindos da África cultivavam o fumo; o arroz era plantado nas várzeas, a cana-de-açúcar se expandia

e o pescado era abundante. Penedo, então, se firmava cada vez mais como entreposto comercial. Segundo Costa (1928), tornou-se polo produtivo de cana-de-açúcar naquele período, alcançando a quantidade de sete engenhos, destacando-se o da Ilha Grande de nome Perucaba. Contudo, também avultou importância econômica com outros produtos, transformou o povoado em exportador de carne de sol, farinha e mandioca para a Bahia e Pernambuco.



Figura 07: Mapa do território alagoano ilustrando a produção econômica até o final do século XVII.
Fonte: LIMA, 1987.

Relatos encontrados em Valente (1957), Méro (1989 e 1993) e Sales (2003) corroboram o fortalecimento da cidade enquanto entreposto comercial. Os tropeiros coloniais tinham parada obrigatória para fiscalização da Coroa no salitre que seguia para a Bahia. Como demonstra o mapa de Albernaz (1616) ao destacar as minas de salitre no sul da Capitania de Pernambuco às margens do Rio São Francisco e os pontos: de passagem do Rio São Francisco e o lugar do Forte Maurício, o Porto de Ásuaba que vai para o salitre, ainda o caminho do salitre até as serras de São Gregório e o sumidouro do Rio São Francisco¹⁰. Em sua descrição da área retratada no mapa discorre que

¹⁰ De acordo com Ferrare (2006), João Teixeira Albernaz era um dos cartógrafos portugueses que representaram toda a costa brasileira, marcando bem os veios de águas e acidentes topográficos para fins de conhecimento da costa e continuado o processo de ocupação e povoamento. Detalhou bastante o “rio Grande” (São Francisco), apesar de não fazer maiores registros sobre os assentamentos ou princípios de traçados dos povoamentos.

Os moradores desta Capitania suposto que são poderosos em escravos de guine pellas muitas entradas que aqui fazem todos os annos navios dangola, toda via padecem nesceçsidade de aldeas de Indios forros por q se como Sm dados apovoar pella terra dentro em qualquer sitio q a cbão como do forão ajudados de gente forra a sua posse fora mais notável e muy creçadas suas povoações, e fazendas, em que lhes devem muito pois tambem ajudarão a conquistar; e povoar ate o Rio grande [o São Francisco] (ALBERNAZ, 1616. In: FERRARE, 2006, p.176).

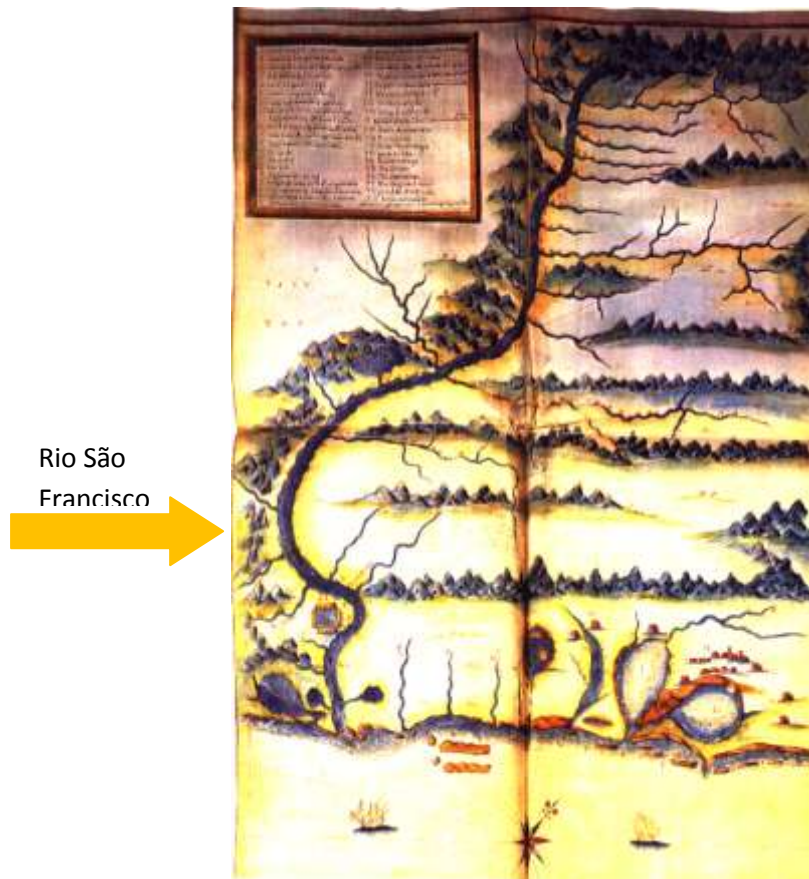


Figura 08: Mapa de autoria de João Teixeira Albernaz das minas de salitre no litoral sul da Capitania de Pernambuco - Décima segunda carta. Mapa I, Nº 76/77 (c. 1616).
Fonte: ALBERNAZ, 1616. In: FERRARE, 2006.

Tradicionalmente, os tropeiros se reuniam em grandes tropas de burros, — relata Albuquerque (2000) — por serem animais resistentes para cargas e longas viagens, fazendo os percursos de forma mais segura e menos monótona. Conheciam os ranchos de pontos de paradas e lá “arreavam” as cargas, faziam fogo e se reuniam.

À frente da tropa ia a burra madrinha com o chocalho sonoro que orientava onde encontrar-se com os demais burros, na hora de repor a carga e continuar a jornada. Eram prestadores de serviços de grande importância,

proporcionando a comunicação entre as regiões, ora levando e trazendo cartas, ora abastecendo-as de mercadorias e trazendo seus produtos agrícolas ou animais. Da zona da mata, levavam caixas de açúcar, cargas de rapadura, barrotes de mel ou de cachaça; do litoral, levavam peixes salgados e do sertão, transportavam carne do sol, queijos e outros produtos. Abriam assim novas rotas de penetração (ALBUQUERQUE, 2000, p.44-45).

Ao longo dos anos, tropeiros aventureiros resolviam se fixar com a família, atraindo outros moradores e dando início a novos agrupamentos de casas e a possível formação de mais uma povoação. Albuquerque (Op. Cit.) relata que dessas relações comerciais e sociais entre as povoações existentes iam surgindo outras em todas as regiões do território alagoano.

Constam os tropeiros em crônicas desde o século XVII e mesmo no século XIX, com relevada importância, além de ser relatada a introdução de negros ou mestiços nessa atividade. Características detalhadas sobre a conformação das frotas de tropeiros destacam o personagem do *arrieiro*, como “*geralmente um mulato liberto que se ocupa da compra e venda da mercadoria na cidade [...]*” (GOMES, 2007, p.129).

Gomes (2007) enfatiza que nos percursos das tropas havia ranchos e vendas, e, por conta disso, era costume o viajante não carregar alimento, pois eram encontrados facilmente em toda parte. Narra também o grande número de negros, mulatos e mestiços nas ruas das cidades, onde os escravos realizavam todo tipo de trabalho manual: atividades de barbeiros, sapateiros, moleques de recado, fazedores de cestas, vendedores de capim, refrescos, doces e afins. Tal descrição bem se coaduna com as imagens e os comentários do francês Jean-Baptiste Debret daquela época, em sua pitoresca viagem pelo Brasil de 1816 a 1831, sobre as quais comenta cenas do cotidiano brasileiro:



Figura 09: “Barbeiros Ambulantes – *Les Barbiers Ambulants*” – aquarela sobre papel; 18,7x23cm; assinada e datada por J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1826.
Fonte: BANDEIRA e LAGO, 2008.

[...] Seguindo com sagacidade o espírito do ofício, são vistos flanando, desde a manhã, nas praias, nos pontos de desembarque, no cais, nas grandes ruas, (...) certos de encontrar assim essas utilidades entre os negros de ganho (mensageiros públicos), pedreiros, carpinteiros, marinheiros (remadores de pequenas embarcações). [...] (DEBRET, 1826. In: BANDEIRA e LAGO, 2008, p. 206).



Figura 10: “Preta vendendo milho verde – *Marchandes de milhos sec et vert*” – aquarela sobre papel; 15,2x21cm; assinada e datada por J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1820.
Fonte: BANDEIRA; LAGO, 2008.

[...] O milho colhido nas roças das redondezas e trazido ainda verde para a cidade serve como uma forma de regalo para os escravos e seus filhos, que o compram nas praças e nas ruas, seja assado (sobre carvão), seja em pipocas (grãos aquecidos em panelão de barro, ou, ainda mais miseravelmente, em um caco de pote) [...] (DEBRET, 1826. In: BANDEIRA; LAGO, 2008, p. 213).



Figura 11: “Angu da quitadeira – *Nègresses cuisinières marchandes d'angu* “– aquarela sobre papel; 16,2x22,4cm; assinada e datada por J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1826.
Fonte: BANDEIRA; LAGO, 2008.

É ainda na classe das negras livres que se encontram as cozinheiras vendedoras de angu. [...] As vendedoras de angu são encontradas nas praças, perto dos mercados, ou nas suas quitandas, então guarnecidas de legumes e frutas. [...] (DEBRET, 1826. In: BANDEIRA; LAGO, 2008, p. 196).



Figura 12: “ Vendedor de cestos” – *Cestier* – aquarela sobre papel; 16x22cm; assinada e datada por J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1826. Fonte: BANDEIRA; LAGO, 2008.

O cesto brasileiro é um enorme trançado de vime que o negro coloca sobre sua cabeça para transportar toda espécie de objetos. (...) É a esses negros comissionados, que passeiam com o cesto no braço e a rodilha pendurada a tiracolo ou em turbante, que se dá o nome de negros de ganho. Espalhados em bandos pela cidade, apresentam-se tão logo surja alguém à porta e se tornaram logo indispensáveis. [...] O desenho representa um fabricante de cestos: ele vem trazer à cidade o fruto de suas horas de lazer na casa onde é escravo [...]. (DEBRET, 1826. In: BANDEIRA; LAGO, 2008, p. 216).

Das relações comerciais consolidadas pelos tropeiros e pelos escravos de ganho ou libertos, decorreu o processo contínuo e atual da atividade comercial informal das feiras livres¹¹.

Poucos são os registros documentais sobre a Feira Livre na cidade do Penedo. Segundo Valente (1957), alguns relatos sobre a feira revelam seu primórdio em 1812, quando o então Ouvidor Geral José da Cunha Soares recebeu o pedido para autorizar um negociante procedente do Alto São Francisco para vender em Penedo parte de suas mercadorias e gêneros alimentícios, havendo a Câmara designado o local próximo ao porto para tal. Em 1816, a feira já é relatada com bastante movimento pela procura de suprimentos, em especial, por farinha. A farinha de mandioca ou milho era um alimento usado em toda a colônia e compunha com a carne seca e o feijão o “tripé” básico da alimentação brasileira, como descrito por Gomes (2007).

Nos relatos coletados em revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), foi possível identificar informações sobre as atividades comerciais na cidade:

O comércio era estabelecido na Rua do Sol (mais antiga rua da cidade) e nas vizinhas no bairro denominado Rocheira, onde permaneceu até o começo do século. Depois o porto da Rocheira sofreu com enchentes fundeando as embarcações para a rua da Praia, hoje do Comércio, bem como também foram os estabelecimentos comerciais. Ali foi proibido edificar ao lado do rio pela necessidade de embarques e desembarques e para a serventia da feira (CAROATÁ, s/d, p.33).

¹¹ As feiras possuem variações com características específicas. Podem ser diferenciadas por seu porte econômico ou territorial, gêneros ofertados, entre outros. Entretanto, a tipicidade de uma feira livre adquire uma atribuição peculiar que remete à origem da manifestação da feira no Brasil quando do período da Colonização e inserção dos negros. Tal abordagem será mais detalhada no capítulo 2.

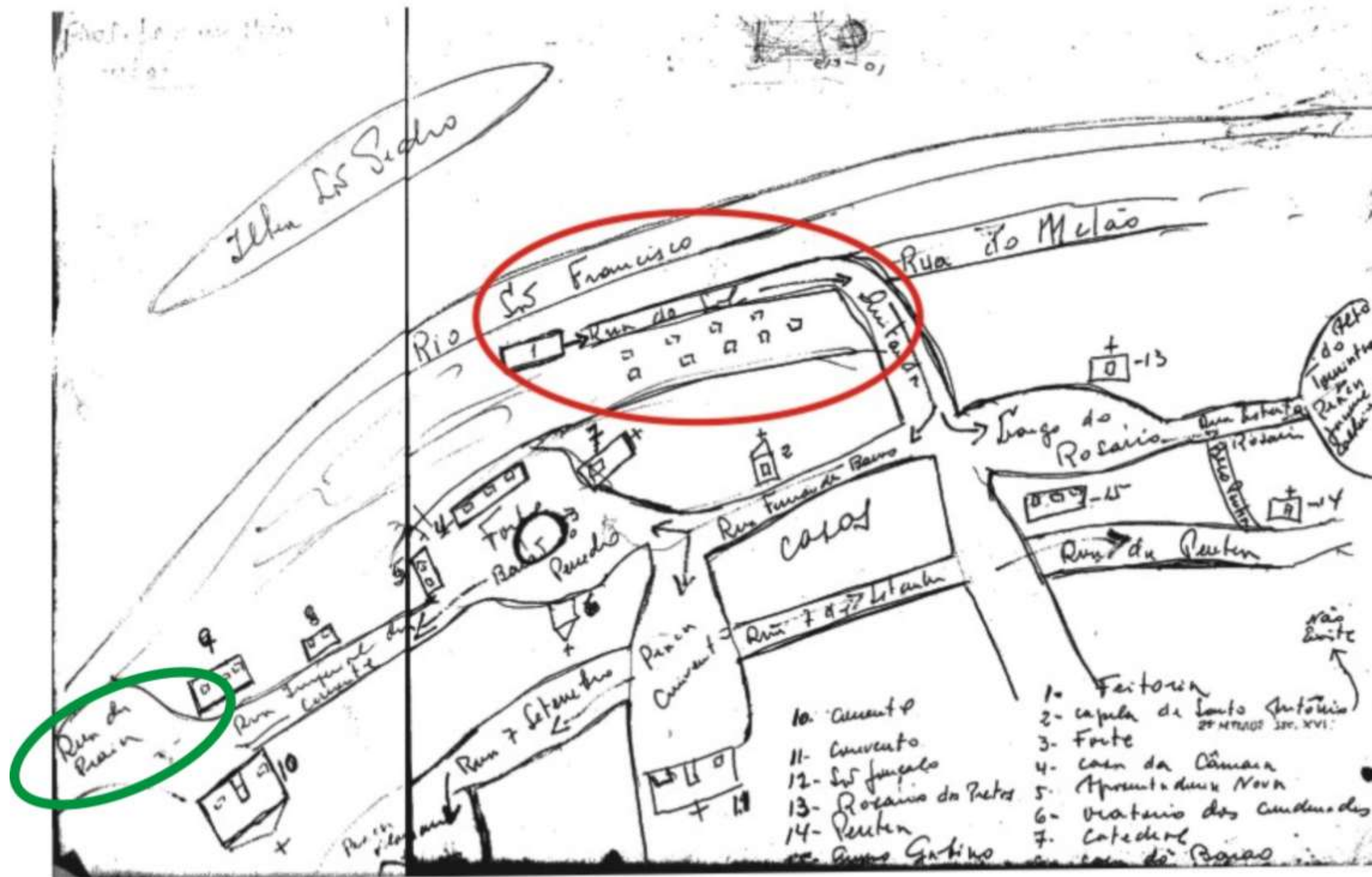


Figura 13: Mapa feito à mão pelo escritor Emani Mêro situando a Rua do Sol (em vermelho) e a uma das mais antigas da cidade, e ponto inicial do porto e da atividade comercial. Rua da Praia (em verde), posterior local de migração da feira.
Fonte: Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas - SECULT, 2012.



Figura 14: Vista da antiga Rua do Sol – primeiro local da feira e cais do porto da cidade, contudo seu registro com data de 1920, já denota a transferência das atividades comerciais para outro local – Rua da Praia. Fonte: SALES, 2003.



Figura 15 e 16: Registros da feira por Adolpho Lindemann datado de 1888, feitos na Rua da Praia, segundo local do porto e comércio. Fonte: LAGO, P; LAGO, B., 2008.



Figura 17: Outro registro da feira, na Rua da Praia – atual Rua do Comércio e cais do porto em Penedo, do início do século XX. Fonte: MISA, 2007.



Figura 18: Uma imagem posterior com data de 1912 referencia a permanência da feira, na Rua da Praia, desde 1888. Fonte: IHGAL, 2007.

Mesmo com a migração do porto e da feira para a Rua da Praia, houve um tempo em que as enchentes também atingiam com frequência esse local, como narra Sales (2003). A água entrava pelas lojas do comércio e pelas igrejas, todavia já era um acontecimento corriqueiro para os moradores em determinadas épocas do ano. A atividade comercial, normalmente, não era abalada pela elevação do nível do rio. Os comerciantes faziam pequenas barricadas nas portas de seus estabelecimentos para a água não entrar; o atendimento transcorria normalmente.



Figura 19: Enchente cobrindo todo o arruamento da Rua da Praia em 1937.
Fonte: SALES, 2003.

A Rua do Comércio — considerada a mais bela da cidade, com grande número de sobrados estendendo-se pela margem do rio — tinha na frente, outrora, uma praça espaçosa onde, por provimento do Ouvidor Manoel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco — em correição de 8 de novembro de 1800 —, foi proibida a edificação do lado do rio, pela necessidade de espaço para embarques e desembarques e para as atividades da feira, conforme supracitado por Carotá (1962 apud SALES, 2003). Toda a parte térrea dos prédios do largo era ocupada por atividades comerciais. O sociólogo Gilberto Freyre chamava Penedo “a cidade dos sobrados” e registra a influência flamenga no casario em seu livro *Sobrados e Mucambos*, além de enxergar nesse arruado a hierarquia das cidades coloniais:

Nos documentos brasileiros do século XVIII, já se recolhem evidências de uma nova classe ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sobre as Câmaras ou os Senados. Aventureiros enriquecidos nas minas, muitos deles reinóis, dos chamados pés-de-chumbo, bem sucedidos nos negócios, “marinheiros” que começaram vendendo alho e cebola ou mascateando pelo interior e pelas ruas, para terminarem *mercadores de sobrados* - são esses os novos elementos brancos ou quase brancos, ansiosos por domínio. [...] Os outros, com os *mercadores de quitanda* ou das casas térreas, a todos considerando *mascates*. Mas eles são de *sobrado*. Fazem-se identificar e distinguir por um tipo nobre de casa urbana ou semi-urbana [...] (FREYRE, 1961, p.08).

De acordo com Ferrare (2008), o Imperador Dom Pedro II pontuou em escritos sua visita às Províncias do Norte do Brasil em 1859, o desenvolvimento socioeconômico naquela região, e o relacionou ao notável padrão da tipologia assobradada, fazendo o seguinte relato quando lá esteve:

Penso estar na capital da província [...]. Há muitas casas boas e algumas de três andares [...]. (DOM PEDRO II, 1859. In: FERRARE ET AL, 2008, p.18).

O arruamento da Rua do Comércio ainda abriga uma tipologia de sobrados que difere da maioria dos outros sobrados penedenses, compondo edificações com dois e três pavimentos. Os sobrados mais antigos da cidade — situados onde hoje se estendem a Praça 12 de Abril e outras artérias, como a Rua da Corrente, a Rua da Penha, a Rua da Quitanda, a Praça Floriano Peixoto¹² —, quase todos já demolidos, constituíam um tipo chamado de sobrado gordo¹³, enquanto os da Rua do Comércio, com possível influência flamenga, são o que se chamaria de sobrado magro, em Sales (2003). Aderbal Jurema, em seu livro *O Sobrado* (1953), faz colocações pertinentes sobre essas específicas edificações e como o progresso do crescimento “burguês” deu margem à predominância dessa tipologia arquitetônica, amplamente absorvida no período colonial brasileiro, conforme já ressaltado por Moraes (2007).



Figura 20, 21 e 22: A Praça 12 de Abril inicia a Rua do Comércio que se estende pela beira rio. Ainda consolida alguns exemplares de sobrados de dois e três pavimentos. Fonte: MACÊDO, 2005.

¹² Esses são nomes populares das ruas coloquialmente usados pela população, que tiveram suas denominações várias vezes trocadas ao longo dos anos e de novas gestões públicas, o que dificultou certificar a denominação atual.

¹³ Sobrado magro e gordo são expressões apenas encontradas em citações de Gilberto Freyre, na obra supracitada, e que derivam de casas holandesas com dois ou mais pavimentos e escadarias. Por meio de Junior (2004), obtivemos a informação que essa tipologia foi introduzida no Brasil, particularmente no Recife — na ilha de Antônio Vaz —, hoje Distrito de Santo Antônio, onde os holandeses realizaram obras.



Figura 23, 24 e 25: Amostra do conjunto do casario da cidade onde apresenta a tipologia de sobrado térreo. Fonte: MACÊDO, 2005.

Todo o desenvolvimento que a cidade apresentou ao longo de sua existência tem-se refletido no acervo peculiar de seus sobrados, que denotam, portanto, o afã da classe burguesa amparada diretamente pela intensa atividade comercial. Méro (1993) descreve que, no século XIX, várias secas assolaram o Penedo, com a ocorrência de uma grande falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e a municipalidade do Penedo precisou tomar medidas para o suprimento da população — o que deu ensejo para mobilizações com o objetivo da construção de um mercado público.

De uma forma geral, no Brasil, grande parte dos mercados públicos teve sua gênese nos locais em que se concentrava o comércio ambulante a céu aberto, ou feira. Ali foram edificadas construções suntuosas, num processo que propiciou maior controle e centralização. Como analisa Pintaudi (2006 apud BOUNDUKI, 2010, p.150):

O mercado público foi, desde os primórdios tempos do capitalismo, uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos [...]. É o momento em que se instala uma concepção burguesa de espaço, que o separa segundo as funções a que se destinam.

Em meados do século XIX surgem no Brasil os mercados fechados¹⁴, que continuaram a coexistir com a venda de mercadorias nas ruas e feiras livres.

¹⁴ O primeiro mercado construído no Brasil foi, provavelmente, o Mercado da Candelária, também chamado Praça do Mercado e Mercado da Praia do Peixe, inaugurado em 1835 no largo do Paço,

Entretanto, com a melhoria nas condições de transporte e deslocamento, houve um crescimento da oferta de produtos, o que repercutiu na organização do comércio ao propiciar a necessidade de instalação de espaços cobertos, com pontos fixos, onde os comerciantes pudessem armazenar suas mercadorias.

Em Penedo, foi mediante a Lei nº 562, artigo 46 que ficou consignado que o produto da arrecadação do imposto de “bebidas espirituosas”¹⁵, cobrado na cidade, fosse exclusivamente destinado à construção de um prédio para servir de mercado. A Lei nº 907, de 21 de junho de 1879, autorizou contratar a construção do Mercado Público, sendo o arquiteto Luigi Lucarini o autor do projeto. Este em estilo neoclássico com apenas um pavimento, possuindo lojas voltadas para a rua, com aberturas em arcos plenos com marcação do acesso principal encimado por frontão triangular e friso de entablamento contínuo.

Ainda segundo Méro — na obra citada —, tal construção já precisava atender aos pressupostos implantados pelo urbanismo higienista¹⁶, que nesse período desenvolveu reformas urbanas intencionando afastar o perigo de epidemias¹⁷. A ata da sessão da Câmara de 29 de novembro de 1870 descreve que

aprovou as bases para o contrato de construção de um edifício de pedra e tijolo à margem do Rio, entre o Beco de São Gonçalo Garcia e a travessa do Comercio, destinado ao Mercado Público, aprovando igualmente a planta com o capital de 30:000\$000 (MÉRO, 1993, p.152).

Com a construção do Mercado Público — amplo, com grandes galpões destinados à venda de cereais e bem próximo ao Mercado do Peixe, segundo Valente (1957) —, a tradicional feira foi removida da rua do cais do porto para seus

junto à praia do Peixe, no Rio de Janeiro. Projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, o edifício de dois pavimentos tinha um esquema que foi utilizado em numerosos mercados públicos: planta retangular, implantação junto ao alinhamento das ruas, pátio interno aberto, portas comerciais abrindo-se para dentro e fora do edifício, acesso ao pátio através de um pórtico situado no centro das quatro fachadas, formando um sistema de circulação em cruz (BOUNDUKI, 2010, p.151-152).

¹⁵ Bebidas alcoólicas.

¹⁶ A tipologia seguiu o padrão da circulação cruzada. Uma estrutura espacial com os quatro acessos da circulação interna para a externa que geram uma permeabilidade entre o tecido viário da cidade e o espaço público coberto inserido no edifício (BOUNDUKI, 2010, p.152).

¹⁷ Em fins de outubro de 1855, uma epidemia de cólera assola a Europa. Em Sales (2005) é relatado que Penedo foi devastada por tal epidemia devido aos desembarques de navios estrangeiros em seu cais, no período de novembro do mesmo ano.

arredores. Não se confirma, todavia, quanto tempo após o Mercado já em atividade, a terceira migração da Feira Livre ocorreu.

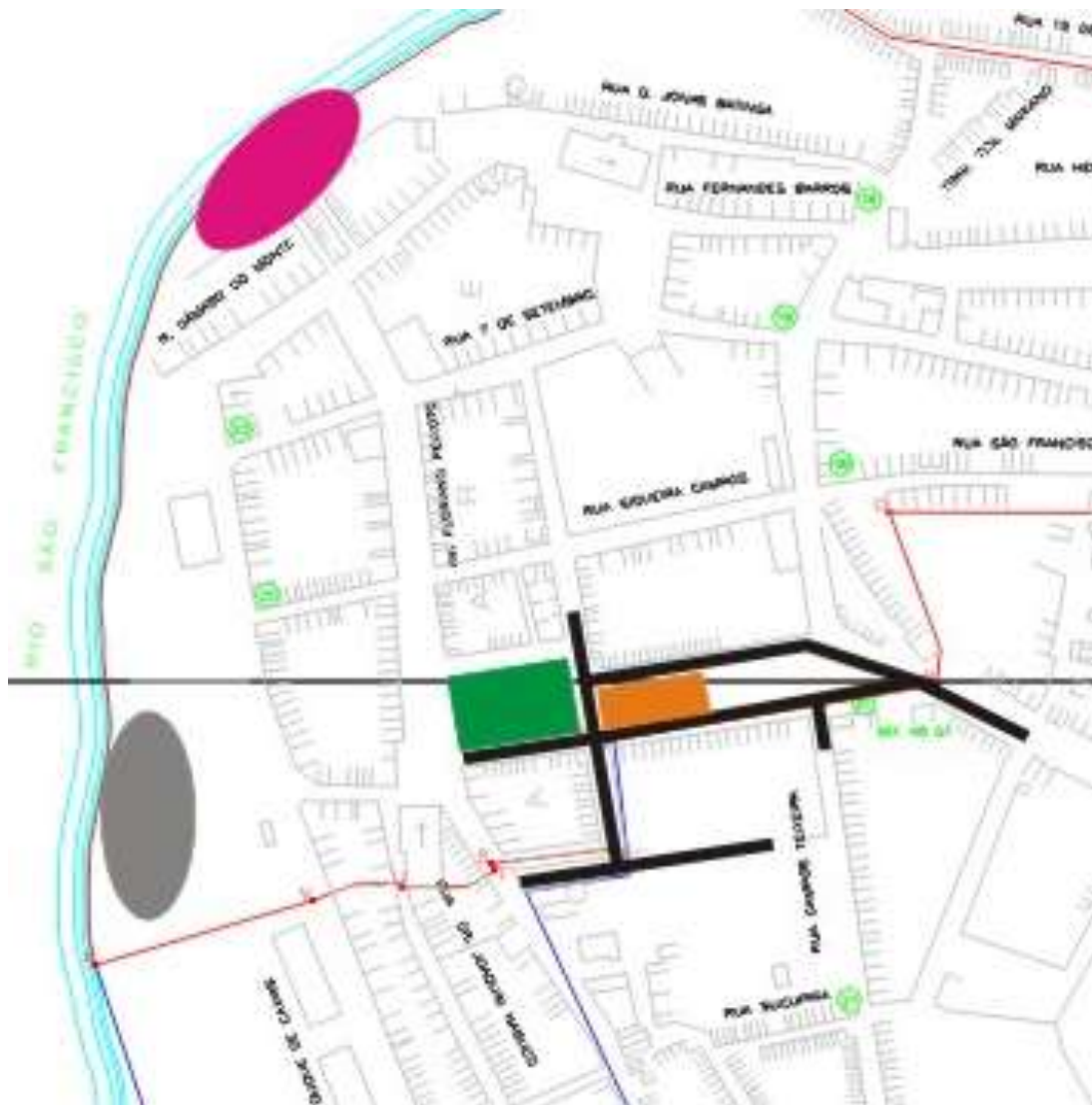


Figura 26: Mapa situando o primeiro local da feira (rosa), o segundo (cinza), o Mercado Público (verde), o Pavilhão da Farinha (laranja) e a apropriação atual da feira nos arruamentos do Centro Histórico (traço preto grosso). Fonte: AUTORA, 2012.



MAPA DE OCUPAÇÃO DA FEIRA (Sexta e Sábado)
Sem escala

Figura 27: Arruamentos que contornam a área da feira no Centro Histórico, convergentes ao entorno do Mercado Público e Pavilhão da Farinha. Fonte: AUTORA, 2007.

O antigo costume, porém, fez conservar uma parte da feira na Rua da Praia, onde, a partir das quintas-feiras, ocorria a venda de artigos cerâmicos e artesanato. A Lei nº 565, tal qual descreve Méro (1993), também contém Código de Posturas referente à Feira Livre, citando-se na referida lei uma determinação da Câmara para varrer a Praça da Feira, tomar as providências para desarrumar as bancas e ainda a proibição de animais andarem soltos ou “peitados”¹⁸.

Méro (Op. Cit.) informa ainda em outra ata de sessão da Câmara, datada de 26 de outubro de 1882, que discorriam procedimentos para aprovações desse novo local, da planta e do orçamento destinado à edificação do Mercado Público, tão somente inaugurado no dia 01 de janeiro de 1908 e construído pela Sociedade de

¹⁸ Segundo o Dicionário Houaiss, *peia* significa corda, ferro ou demais instrumentos para fixação de carga. Com isso, subentende-se que a denominação *peitados*, seja atribuída aos animais carregados com esses acessórios.

Ações. Em 1909, a municipalidade adquiriu o Mercado, sob o valor de cem contos de réis, a juros de 10% ao ano, de acordo com Sales (2003).



Figura 28: Rua Floriano Peixoto com o Mercado Público à direita, foto datada de 1906. Fonte: IHGAL, 2007.



Figura 29: Imagem atual do Mercado Público que denota a conservação de suas características tipológicas originais. Fonte: AUTORA, 2007.

Com o Mercado já edificado, destaca-se uma das impressões que tal construção causou, como segue na narração:

[...] o excelente mercado construído nessa localidade, bem como uma espécie de bazar com negociantes de todos os gêneros que acontecia das sextas à noite até sábados onde se reúne uma feira em que os produtos da terra e das duas margens são expostos à venda legumes, cereais/caças, verduras, pássaros, peixes, frutas, carne de sol, artefatos de cerâmica, etc. são encontrados nessa feira, que é talvez a mais pitoresca do Estado (BRANDÃO, M., 1936, p.32).

Também alguns outros autores recorreram sobre a efervescência dos estabelecimentos comerciais da parte baixa da cidade do Penedo, compondo com o mercado de edifício amplo, “[...] onde se reúne nos três dias últimos da semana uma grande e notável feira [...]” (COSTA; CABRAL, 1902, p.48).

Constata-se, deste modo, como o movimento comercial da Feira se consolidava nas proximidades do Mercado, onde permanece fixada até os dias atuais, na área lindeira dos Polígonos de Tombamento Federal, Estadual e Municipal.



Figura 30: Mapa dos Polígonos de Tombamentos sobrepostos das três instâncias: federal, estadual e municipal. São indicados no mapa o primeiro local da feira (rosa), o segundo (cinza), o Mercado Público (verde), o Pavilhão da Farinha (laranja) e a atual abrangência da feira livre (traço preto).

Fonte: SECULT, 2012.



Figura 31 e 32: Acervo das edificações térreas locadas nos arruamentos apropriados pelo cotidiano da Feira Livre dentro dos Polígonos de Tombamento, com alterações nas suas características originais. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 33 e 34: Edificações do entorno da Feira que mesmo com intervenções posteriores ainda denotam aspectos peculiares do período que foram construídas. Fonte: AUTORA, 2012.

A demarcação limítrofe de seu Centro Histórico possui remanescentes com características arquitetônicas ainda preservadas em estilos que variam do colonial, eclético, protomoderno e moderno. Eram edificações construídas em padrões uniformes fixados por Cartas Régias ou Códigos de Posturas Municipais¹⁹ que determinavam número de aberturas, alturas, alinhamentos, técnicas construtivas, e

¹⁹ A formulação de posturas urbanas eram orientações técnicas do Brasil-Colônia e Imperial que visavam estabelecer diretrizes de planejamento de ruas, edificações, ordenação de usos e obras, e de condutas para a população; exigências para as casas terem mais espaços, iluminação, ventilação e as ruas serem mais largas: alinhamento de testadas; regularização do traçado; nivelamento de ruas, passeios e calçadas; obrigando tapagem de buracos e poças de lama defronte das casas de usos de calças, areia e osso queimado; e proibindo biqueiras e janelas escancaradas. Essas medidas disciplinares não só regulamentavam as construções, bem como incorporavam hábitos visando evitar abusos de proprietários. Deliberavam sobre modos de vestimenta e manejo de animais dentro da cidade, proibindo-os de andar sem camisa e a galope, obrigando a conduzir o animal desmontado; proibindo negras de lavar roupas nas bicas do centro urbano e a criação de animais soltos nas ruas (IHGAL, 2009, p. 15 e 21).

geralmente definiam o alinhamento das ruas. Quanto a esse alinhamento, Gomes (2007) retrata que os arruamentos, de um modo geral, nas províncias no século XIX, eram extremamente estreitos, e os artífices e vendedores de toda sorte ali comercializavam no meio da sarjeta, tamanha era a sujeira. Sujeira que também atingia as próprias edificações.



Figura 35: Imagem que retrata a ausência de saneamento urbano no registro de Adolpho Lindemann, no final do século XIX. Fonte: LAGO, P; LAGO, B., 2008.



Figuras 36: Outro arruamento da cidade, também registrado por Adolpho Lindemann, com data de 1888, denota o aspecto de sujeira na rua. Fonte: LAGO, P; LAGO, B., 2008.

O retrato das condições de higiene das vilas alagoanas foi registrado em documentos oficiais, como no relatório do Coronel Antônio Nunes de Aguiar, em 1849, onde consta o *deficit* de pessoal qualificado para as atribuições de salubridade, que além do saber médico, careciam de conhecer as condições territoriais, topográficas, climáticas, botânicas e sociais, entre outras.

O alemão Robert Avé-Lallemant, em 1859, registrou suas impressões sobre o trajeto realizado de Alagoas do Sul para Penedo, ressaltando as más condições da infraestrutura da cidade na época²⁰.

As mudanças tipológicas que ocorreram no acervo arquitetônico do Penedo foram reflexos — talvez até tardios — das alterações vigentes na sede da Colônia, Rio de Janeiro. A presença da família imperial no Brasil demandou a vinda de profissionais com o intuito de transformar a aparência da Colônia. Com isso, destaca-se a atuação da Academia Imperial de Belas Artes e da Missão Cultural Francesa na alteração tipológica da arquitetura na primeira metade do século XIX, difundindo a arquitetura neoclássica.

A abertura dos portos também contribuiria para o acréscimo de outros elementos às edificações, como uso de platibandas, calhas, vidros, outras soluções de coberta, entre outros, embora o primitivismo tradicional das técnicas construtivas e espacialidades ainda se fizesse presente.

Pequenas mudanças surgiram com transformações discretas, apenas se adaptando ao colonial, em um período em que a sociedade brasileira, mais favorecida, ainda estava arraigada aos hábitos e facilidades da escravidão. Por trás dos detalhes decorativos do neoclássico encontravam-se traços coloniais (REIS, 1987, p.38).

É certamente o acervo arquitetônico com ascendência de características neoclássicas nas platibandas e vãos de aberturas que predominam no entorno imediato e circunvizinho dos arruamentos da Feira Livre no Penedo, embora sofrendo processos de alterações em platibandas e aberturas, comuns ao uso comercial contemporâneo. Vale ressaltar que Avé-Lallemant, quando esteve em Penedo, observou a sua semelhança com Olinda quanto ao seu acervo arquitetônico, contudo também apresentou o contraponto do cenário econômico local, estagnado pela redução do trabalho escravo e pela falta de habilidade para

²⁰ Tal panorama da carência de infraestrutura urbana é descrito por Avé-Lallemant e registrado em uma edição do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL (2009), ao enfatizar como comparativo, que a sede da província Maceió, cidade com status urbano de mais evoluída, apenas em 1870 teve concluída a primeira canalização de abastecimento de água.

reorganizar o trabalho livre. Ocorrência frequente encontrada nas povoações próximas à foz do Rio, segundo IHGAL (2009).



Figura 37: Rua do Comércio retratada em 1915, composta por sobrados magros e gordos, com a atividade comercial na parte térrea. Fonte: IHGAL, 2007.

O Plano de Desenvolvimento Organizacional do Espaço Urbano de Penedo realizado em 1978, do qual decorreu a análise e o diagnóstico do município e estudo para proposição do Polígono de Tombamento Estadual, contém informações que reforçam o quadro da arquitetura local desde o início de formação da Vila até o final do século XVIII, descendente ao estilo colonial. Após esse período, observa-se o surgimento de outros estilos, corroborando o panorama supracitado descrito anteriormente por Reis (1987). Assim a demarcação do Polígono considera

A parte baixa da cidade que vai da margem do São Francisco até a Praça Jácome Calheiros, antigo Alto do Tourinho, onde está todo um complexo de arquitetura colonial, neoclássica, tanto religiosa quanto civil. Além das ruas que se encontram dentro dessa faixa, ainda merece atenção especial a ladeira da Quitanda, ruas dos Pescadores e do Sol que foi o caminho primitivo que levou toda a riqueza do porto às ruas do centro da Vila (SECULT, 1978, p.17).

Percebe-se que as várias fases do desenvolvimento urbano conferiram à cidade novos aspectos, com influência das passagens dos holandeses, franceses e missionários franciscanos que estão presentes no perímetro estabelecido pelo mesmo Polígono.

Na parte baixa da cidade, encontra-se um considerável número de sobrados de feitura colonial e casas térreas. Houve, inegavelmente, uma influência neoclássica, anulando os beirais e colocando as platibandas. Com o

alvorecer do século XIX, houve uma mudança na linha da arquitetura civil na cidade. Surgiram casas de linha neoclássica e, no final do século XIX, um outro estilo se destaca na cidade, o Art-nouveau, dando ensejo ao surgimento de alguns chalés (MACÊDO, 2005, p.06).

Serão observadas como parâmetro de análise para o presente estudo as considerações realizadas para a delimitação do Polígono de Tombamento enquanto referência da área consolidada como acervo histórico e arquitetônico “tombado”, área esta, em parte, entorno da Feira Livre. Os Polígonos estabelecidos entre as três instâncias Federal, Estadual e Municipal são sobrepostos, possuindo apenas variações quanto aos limites de início e final da área.

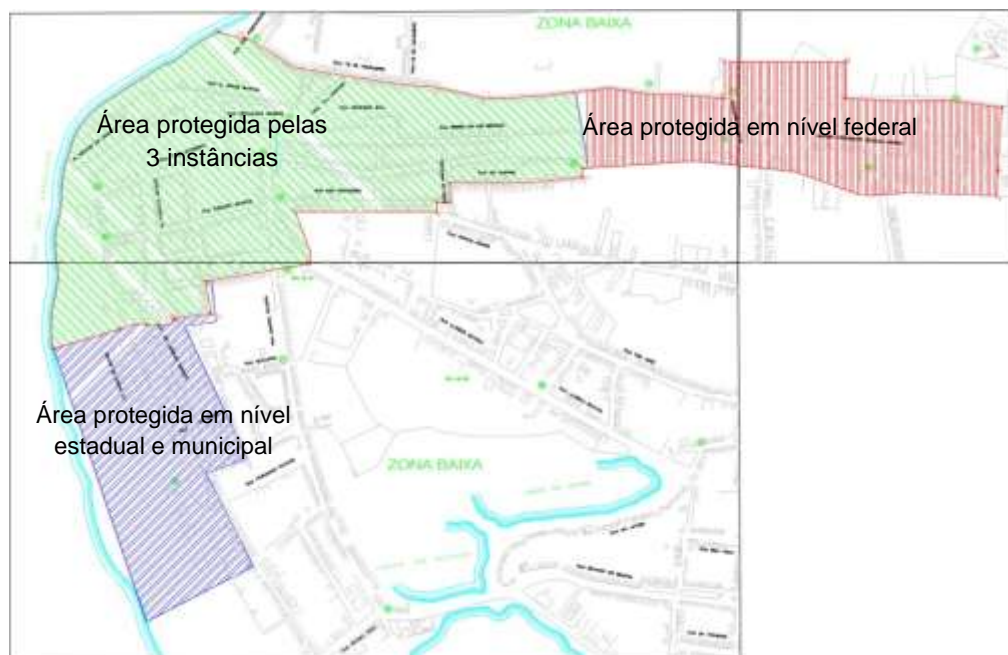


Figura 38: Mapa dos Polígonos de Tombamentos sobrepostos das três instâncias: federal(1996), estadual(1983) e municipal(1986). Fonte: SECULT, 2012.

Como os Polígonos foram concebidos a partir da década de 1980, onde descaracterizações já haviam sido realizadas em boa parte do casario, será usada como contraponto a Lei Municipal de 1920, onde se estabeleceram os parâmetros edilícios que formaram o conjunto arquitetônico do Centro Histórico da cidade. Assim, pretende-se contextualizar o estado de conservação ou degradação desse

conjunto até os dias atuais — além de ser o período abrangente da construção das edificações do Mercado e Pavilhão —, auxiliando os critérios que denotam se a Feira Livre acentuou ou não esse quadro. Ressalta-se que será observado o todo e não uma análise tipológica especificamente, apenas para se estabelecer a relação da temporalidade do patrimônio edificado.

Nesse período, Penedo apresentava o centro urbano mais desenvolvido da região e era o mais importante centro comercial do Baixo São Francisco. Detinha quase uma hegemonia econômica e social, condensando os estabelecimentos comerciais de maior expressão e as unidades industriais mais significativas, descritas em Secult (1978). Entretanto, posteriormente, a cidade foi perdendo expressão econômica com a fusão de aberturas de portos mais amplos em outras praças, o que enfraqueceu o comércio local. A abertura de estradas e construções de pontes, a queda da produção de arroz com o represamento do São Francisco e a falta de modernização da produção fabril fizeram-na perder a competitividade. Embora ainda economicamente ativa, a cidade que atingiu seu apogeu apenas no século XIX, não conseguiu mantê-lo no século XX.

1.3. O pertencimento e a identidade cultural condicionando a manifestação da feira livre.

“A cidade é um objeto arquitetônico por excelência, construída no tempo pela coletividade, plena em acréscimos.”²¹ A coletividade é explicitamente configurada no *locus* pela feira livre e por meio dela se relaciona à pertinência do tema por estabelecer uma indissociabilidade do meio urbano com o edificado, tanto no contexto em que se aplica o estudo de caso — Centro Histórico Tombado no Penedo — quanto da materialidade e imaterialidade ali implícitos. O ponto pacífico existente é que entre os atores — feira e edificações — não deve existir a supressão de um em detrimento do outro para que assim sejam mitigadas as problemáticas que permeiam a convivência das feiras livres na ambiência urbana, como aconteceu em similares processos interventivos na Feira de Caruaru/PE — reconhecida como Patrimônio Nacional pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²².

Sabe-se, contudo, que os valores simbólicos²³ gerados por proteção oficial nem sempre atingem a dimensão social esperada *a priori*.

Em teoria, a preservação cultural realizada no âmbito local resultaria de um trabalho socialmente compartilhado dependendo da criação, uso, conservação, desenvolvimento, transmissão de habilidades e conhecimentos específicos; fruto da iniciativa e perseverança de mestres e especialistas locais, fazendo parte dos processos de reprodução e mudança social (ARANTES, 2007, p.01).

Todavia, o cotidiano apresenta a problemática de não conseguir obter uma proteção efetiva ao patrimônio histórico, parte de uma preexistência, que compele um olhar mais apurado.

Ao considerar a humanização do espaço, Brandão (1999) coloca o ser humano como agente que tece, no seu habitat, a trama dos seus atos, eternizada

²¹ Fala da Prof.^a Dra. Odete Dourado, proferida em palestra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, em 28 de outubro de 2009.

²² A Feira de Caruaru foi registrada como Patrimônio Cultural Nacional em 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

²³ Refere-se aqui a atribuição de valor intangível, imaterial implícita agregada.

por seu caráter de existencialidade, “monumentalizando” e “historializando” o ser cultural. O fenômeno da feira representa a consolidação de valores simbólicos adquiridos pela práxis ao longo dos tempos e forma uma tessitura peculiar que se molda à identidade coletiva do grupo de feirantes. Como uma analogia, transmuta o meio urbano em dualidade espacial, corroborando o descrito em *La Mémoire Collective*: “Quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele se transforma à sua imagem, mas ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele.” (HALBWACHS, 1990. In: ROSSI, 2001, p.198).



Figura 39: Fitas de Bom Jesus dos Navegantes – materialização de uma manifestação imaterial agregada de outras atribuições de valores. Fonte: AUTORA, 2012.

A relação estabelecida pelo cotidiano transforma-se na paisagem urbana, bem como passam a configurar um registro na memória da cidade. A memória coletiva do grupo atua como um elemento modificador do espaço, tendo a feira como referencial histórico que a consolida. Portanto, a apropriação formal da Feira Livre no Centro Histórico do Penedo estabelece uma relação que auxilia quem busca o entendimento de sua peculiaridade, seu “comportamento” e a relevância de sua existência.

Mediante a ótica da Geografia, segundo Milton Santos (1988), em seu livro *Metamorfoses do Espaço*, é possível relacionar os conceitos sobre o objeto “espaço” e referenciá-los com a permanência da Feira Livre no Centro Histórico. Ou seja,

procurar entender o espaço como *conjunto indissociável dos objetos geográficos, naturais e sociais sob a ação constante da sociedade*.

Tal indissociabilidade ocorre no espaço pela conformação que ele espelha como reflexo de ocupação dos processos em que a feira está inserida. Notadamente, a sua informalidade reforça a subsistência da formalidade do comércio. O aspecto econômico predomina, contudo adquire mais um traço peculiar da sua identidade. Santos (Op. Cit) refere-se ao fenômeno humano como uma dinâmica na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.



Figura 40: Releitura dos tradicionais bois de cerâmica no local de ocorrência da Feira do Barro – segundo ponto de migração da feira -, no cais do porto do Penedo. Configura-se ainda uma identidade do lugar. Fonte: AUTORA, 2012.

Santos (Ibid.) alertava ainda para a impossibilidade de se abordar o parâmetro da dicotomia em um espaço metamorfoseado que tende cada vez mais a se fundir. Sua fusão entre feira livre e edifícios históricos interpela um olhar para novos usos e novas funções por meio de seus fatores constituintes simbólicos, econômicos e culturais.

O descortinar sobre a manifestação espontânea da feira livre permeia os mais diversos caminhos de raciocínio. A feira transforma-se em auxílio para a manutenção de bens de valores culturais. É também lugar de criação e de

disposição da criatividade popular em sua capacidade de recriação, invenção e inovação, sendo, portanto, um fato social com características peculiares.

Pierre Bourdieu (2010), em seu livro *O Poder Simbólico* — de forma resumida —, trata o poder da simbologia como invisível e apenas exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele ou que o exerçam diretamente. De acordo com o autor, existe todo um processo de construção estrutural para tal. Seja por meio da arte, da religião ou até mesmo da língua, aos quais atribui como estruturas estruturantes ou como *modus operandi*: maneira de agir, operar ou executar uma determinada atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos, os mesmos padrões, nos processos exemplificados na Feira tem-se a sua estrutura de organização e distribuição dos produtos nos arruamentos, onde “funciona” a carne ser comercializada próxima a farinha, como um exemplo. Em outra etapa, tais processos passariam por sistemas simbólicos como estruturas já estruturadas, um *opus operatum*, como os modos de exposição e apelos de venda. E por fim, pela produção simbólica em si que se transformariam em formas sociais, distinção entre classes e seus poderes: tipos das bancas mais ou menos estruturadas, como exemplo de um status de distinção entre os feirantes.

Todos esses aspectos influenciam enquanto fato social e simbólico, e é importante referenciar a apropriação espelhada no espaço configurado pelas práticas culturais estabelecidas na Feira Livre do Centro Histórico do Penedo. Ao termo *apropriação* são atribuídos múltiplos contextos, mas que remetem a uma interação entre a pessoa ou um grupo de pessoas e seu ambiente material ou social. Em Augel (2007), cita-se que Weber associa a apropriação às oportunidades econômicas e sociais. Já Marx considera a apropriação da mais-valia, o que demonstra a diversidade de atribuição ao termo; porém opta-se pela terminologia da apropriação simbólica enquanto ato de tornar seu — do indivíduo — o que é também de domínio de outros, seja na escala de um bairro, cidade ou nação, implicando pertencimento e identificação cultural simbólica.

Tal pressuposto compele o indivíduo a fazer parte de um ambiente sociogeográfico que define como próprio, junto a outras pessoas na mesma socialização. Augel (Op. Cit.) ainda conjectura que tal aceitação é o elemento chave

tanto para a formação da personalidade individual quanto da identidade coletiva, étnica, social e política. A não ocorrência dessa apropriação pode promover uma ameaça que leva à perda de identidade coletiva.

Cabe aqui discorrer sobre o conceito de identidade ao qual nos relacionamos, ao considerar que a construção de identidades vem sendo abordada por diferentes prismas que versam tanto por viés sociológico como linguístico. Gera-se uma gama de conceitos: identidade nacional, identidade étnica, identidade cultural, identidade social – cada qual com significados e métodos próprios. Pelo ponto de vista da Antropologia e Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal passamos para a identidade cultural que também atinge o contexto coletivo tornando-se uma identidade social²⁴.

Alguns estudiosos declaram que identidade e memória estão indissocialmente ligadas, por admitirem que sem recordar o passado; não é possível saber quem somos e que nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças, seja como indivíduo ou grupo social. É possível concluir que toda identidade é uma construção histórica. Ela não existe sozinha nem de forma absoluta, sendo sempre construída em comparação com outras identidades, pois constantemente nos identificamos com o que somos para nos distinguir das outras pessoas.

²⁴ Para a Psicologia Social, a identidade social é o que caracteriza cada indivíduo como pessoa e define o comportamento humano influenciado socialmente. Na identidade social, um conjunto de papéis é desempenhado pelo sujeito *per si*. Papéis, que além de atenderem a determinadas funções e relações sociais, têm uma profunda representação psicológica por se referirem sempre às expectativas da sociedade. A Psicologia Social assume, assim, que a personalidade, a história de vida de cada um, é bastante influenciada pelo meio social, pelos papéis que o indivíduo assume socialmente (SILVA, K.; SILVA, M., 2010, p.202-203).



Figura 41: Prática cultural de atendimento ao cliente consolidada como identidade no cotidiano da Feira Livre no Penedo, também registrada no início do século XX por Pierre Verger.
Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 42: Registro de Pierre Verger da prática incorporada na *práxis* de venda na Feira no Penedo, quando em sua primeira viagem ao Estado. Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.

A identidade cultural configuraria um elo para a manutenção do senso de pertencimento inerente à necessidade coletiva da feira, pelo ponto de vista dos substantivistas²⁵. Coloca-se, segundo Ferretti (2000), que a feira seria atribuída como *fenômeno social total*, marcada pelas especificidades históricas e culturais. Mauss definiria a denominação de *fenômeno social total* como atividade ao mesmo

²⁵ Segundo o professor Luiz Mott, são duas as correntes de pesquisadores sobre a temática de mercados e feiras: os formalistas, que defendem os conceitos teóricos da economia clássica e os substantivistas, com viés antropológico.

tempo econômica, religiosa e lúdica. Ou seja, evento de concentração principal de diversão no cotidiano do lugar. Embora o conceito sociológico de feira a relacione enquanto instituição do sistema econômico pertencente à subárea da distribuição e consumo de bens e mercadorias.

Por outro ponto de vista, a identidade atribuída à feira agrega uma construção social que a considera enquanto patrimônio. Entretanto, há a necessidade de se atentar ao contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. Cabe relacionar que, por meio das práticas culturais costumeiras, os agentes sociais tendem a atribuir novos sentidos aos itens culturais patrimoniados ao reincorporar-lhes seu cotidiano e sua simbologia, podendo reiterar ou modificar os preexistentes.

2. As dimensões da feira

[...] O poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo [...]. BOURDIEU, P.

2.1. Aspectos do passado e atuais

A discussão antropológica sobre mercados e feiras foi muito marcada por dois focos teóricos que, basicamente, seleciona de um lado os pesquisadores formalistas, mais presos aos aspectos propriamente econômicos e formais destas instituições; do outro, os pesquisadores substantivistas, que buscam nas feiras suas especificidades históricas e culturais, seu lado mais social e não meramente mercantilista.

Detalhando um pouco mais, em Mott (1998), pontua-se que os formalistas defendem os conceitos teóricos da Economia Política Clássica, formulada nos séculos XIX e XX, — com conotação universal — que dá conta de explicar a realidade econômica, seja na sociedade urbana industrial, seja na sociedade tribal ou camponesa; não havendo inconveniente teórico em usar tecnicamente os termos *mercado, feira, moeda, comércio*, etc. para descrevê-la.

Já os substantivistas, ainda de acordo com Mott (Op. Cit.), postulam o contrário. Ou seja, que as economias tribais — inclusive as camponesas e antigas —, em grande parte, se regem por princípios tão específicos que torna inviável o uso da maioria dos conceitos da Economia Clássica, posto que foram abstraídos a partir da realidade específica da sociedade mercantil capitalista ou socialista. Os substantivistas preferem conceitos mais amplos e com inspiração antropológica — tal como *fenômeno social total, princípio de reciprocidade* —, abstraídos de Mauss (1966), mais explicativos da realidade econômica tribal ou camponesa.

Com um referencial cronológico, a limitada bibliografia produzida sobre a temática marca seus estudos parciais apenas nos anos de 1960 e 1970. Certifica-se um aspecto em comum nas principais cidades antigas do Brasil, como Rio de Janeiro e Salvador: a existência de um grande edifício onde funcionava o mercado

local. Em alguns casos funcionando diariamente ou em dias específicos, geralmente com um dia de maior concentração de comerciantes provenientes de áreas circunvizinhas. O que Mott (1998) considera como um fator padrão dos mercados medievais, comum também em Portugal, de onde os colonizadores trouxeram o modelo.



Figura 43: Registro do antigo Mercado Modelo contíguo ao porto em Salvador, Bahia.
Fonte: <http://www.mercadomodelobahia.com.br/foto.asp?foto=Antigas007>.



Figura 44: Imagem do Mercado da Glória no Rio de Janeiro no período entre 1853 e 1857.
Fonte: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>

Relata ainda o autor que historicamente no Brasil — diferente do observado nos países andinos e de muitas sociedades africanas, onde a feira fazia parte da economia tradicional — ela é uma prática introduzida pelo colonizador português, que tinha por hábito, desde a Idade Média, frequentar inúmeras feiras de norte a sul de Portugal.

Diferentemente, os índios brasileiros praticavam a coleta e a policultura de subsistência e não produziam excedentes que justificassem transações comerciais, nem dentro nem fora da aldeia, sendo apenas ocorrente a prática da chamada “troca silenciosa”²⁶.

As práticas ocorrentes sobre o modo de trocas de cada sociedade se apresentam com características peculiares.

Na África, se apresentam muitas sociedades com tradições econômicas mais complexas. Fazem uso de moedas, caravanas comerciais, além de feiras e mercados permanentes ou temporários. No México, os astecas possuíam mercados que reuniam milhares de pessoas. Já no Brasil, as feiras e mercados seguiram o mesmo modelo dominante em Portugal, funcionando quase exclusivamente nos centros urbanos, **geralmente circundando o prédio do Mercado**²⁷. O grosso do comércio era, contudo, realizado em vendas, estanques, lojas comerciais, além do comércio ambulante individual comandado por mascates e tropeiros, e pelos **negros e negras do taboleiro**, figuras cruciais no abastecimento das vilas e cidades (MOTT, 1998 apud FERRETI, 2000, p.21-22, grifos nosso).

²⁶ Apenas a título de ilustração, ocorria a troca silenciosa dos indígenas relatada pelos primeiros viajantes (visitantes de fora do Brasil no período de seu descobrimento): em um terreno descampado, inimigos mortais estabeleciam uma rudimentar “paz do mercado” — de um lado ficavam os Tupinambás, e de outro os Tupiniquins. Intercambiavam apenas dois produtos altamente valorizados e especialidades de cada grupo: os primeiros ofereciam quantidades de penas coloridas, enquanto os outros traziam pedras de cores, utilizadas para fazer enfeites faciais. Os Tupinambás colocavam seus produtos no meio do descampado, e se retiravam. Vinham os Tupiniquins, levavam as penas e deixavam as pedras semipreciosas. Em seguida era a vez dos Tupinambás de recolherem os bens deixados pela tribo inimiga. Cada grupo levava o produto trazido pelo outro, sem qualquer comunicação intergrupar, e mal se distanciavam do local, interrompia-se a trégua, reiniciando as hostilidades (MOTT, 1998 apud FERRETTI, 2000, p.21).

²⁷ Tal como ocorreu na cidade do Penedo.



Figura 45 e 46: Durante a passagem de Pierre Verger por Penedo em 1947 e 1951, registrou através de seu enfoque estético peculiar, o cotidiano sociocultural da época, e em particular também registrou o movimento da feira livre nos arruamentos em que até hoje se encontram. Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.

Segundo o autor, o conceito sociológico que definiria a feira coloca as feiras e mercados como instituições integrantes do sistema econômico. Valendo aqui ressaltar que a sociedade é o resultado do conjunto de sistemas: político, econômico, de parentesco, etc. O sistema econômico, por sua vez, se baseia na produção, distribuição e consumo de bens e mercadorias ao qual a feira se enquadra abrangendo até vendas de esquina, lojas, supermercados, etc.

Há, no entanto, uma distinção entre feiras urbanas e feiras rurais posta por Belshaw (1965 apud FERRETTI, 2000), onde cada qual possui uma estrutura, uma

função e uma dinâmica específicas. Nas feiras rurais, percebe-se que há uma distinção espacial fundamental: de um lado a feira propriamente dita, ao ar livre, onde se distribuem as barracas; do outro, o mercado, um prédio coberto com a concentração de venda de alguns produtos específicos.

Nas pequenas cidades do Nordeste, via de regra, há um mercado público com funcionamento diretamente relacionado à feira.

Depois da igreja, costuma ser a maior construção urbana da cidade. Local inclusive, onde vendiam os principais produtos da feira, a farinha e a carne. O peixe, mesmo na região ribeirinha do São Francisco, não era vendido dentro do mercado, diferente do observado na região amazônica, onde os frutos do rio são expostos em mesas de cimento e ladrilhos. Interessante ser observado que mesmo no espaço aberto da feira ao ar livre, há valorizações diferentes dos locais, baseando-se tanto em função do maior fluxo de compradores quanto em proximidade do prédio do mercado ou das vias de comunicação, ou condicionantes relativas ao fato de estar mais protegido do sol, entre outros fatores (MOTT, 1998 apud FERRETI, 2000, p.25).

Ainda relatada por Mott (1998), a feira é uma tradição alternativa a contemporaneidade dos supermercados e shoppings. Talvez o fato de ser ao ar livre, com uma dinâmica de contatos primários — muitas vezes permeados pelo ritual da barganha —, condicione outro tipo de apelo de venda.

[...] O cumprimento sedutor dos vendedores disputando transeuntes, as relações simpáticas que se estabelecem entre feirantes e fregueses nos anos seguidos de interação, todos esses valores a meu ver, deveriam ser preservados como alternativa à *secura* e *despersonalização* cada vez mais asfixiantes de nossa sociedade moderna [...] (MOTT, 1998 apud FERRETI, 2000, p.32-33).

Segundo constatações de Ferretti (1985, 2000), os termos *feira* e *mercado* apresentam muitas diferenças. Em Portugal, o termo *feira* designa uma grande reunião comercial, usualmente com largos intervalos de tempo. Enquanto mercado seria o local destinado ao abastecimento local. No Brasil, tanto as pequenas quanto as grandes reuniões comerciais ao ar livre se consolidaram como feiras, sendo mais próximas às características de mercados do que de feiras de outros países.

Há entre os poucos estudiosos da temática feira um entendimento sobre as diversas caracterizações que esse tipo de instituição comercial adquiriu no país;

Mott (1998) denominou as classificações em feiras urbanas, rurais, tradicionais, regionais, sertanejas, entre outras, que com nuances sutis de variações entre elas destacam-se com maior proeminência no Nordeste; Issler (1967 apud FERRETTI, 2000) também as ressaltou. Mott enfatiza que as feiras rurais do tipo tradicional²⁸ são encontradas apenas no Nordeste, assim como as feiras antigas que persistem até os dias atuais²⁹.

[...] Embora encontremos vendas e bodegas onde são vendidos os principais bens e gêneros alimentícios exigidos pela população local, é na feira que a totalidade dos nordestinos tem sua principal fonte de abastecimento. [...] Daí ocuparem as feiras papel crucial dentro da estrutura socioeconômica da região nordestina. (MOTT, 1970 apud FERRETTI, 2000, p. 44)

Efetivamente, a incidência da feira no nordeste brasileiro é marcada por múltiplos aspectos proporcionados pela estrutura econômica regional, já ancorada em produtores autônomos, grande densidade demográfica, proximidade entre municípios e predominância da população negra — conforme já frisados em dados históricos da época da colonização, aos quais Mott (1998) relaciona diretamente o modelo de implantação da feira no Brasil com o praticado em Portugal e na Costa Ocidental da África.

Tal informação corrobora o desenvolvimento de feiras em regiões de maior número de escravos africanos. O autor ainda cita que, segundo Roger Bastide, as vendedoras negras da Bahia repetem fielmente o *marchés noctunes* das aldeias Youruba de Daome.

É fato que a denominação de feira livre está associada à urbanidade, principalmente por sua ocupação no centro urbano.

²⁸ Denominação atribuída a feiras em que se caracteriza grande número de produtores primários onde momentaneamente se transformam em comerciantes.

²⁹ Segundo pesquisa documental sobre o Brasil tradicional realizada pelo professor Luiz Mott.



Figura 47: Ambiência da Feira Livre do Penedo registrada por Pierre Verger, indicada na placa de sinalização da rua como Avenida Rezende, entretanto a edificação ao fundo não é mais existente, ou está alterada o suficiente impossibilitando de identificá-la.

Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.

Em Issler (1967 apud FERRETTI, 2000), ainda se destacam as funções econômicas e sociais das feiras nordestinas, ao afirmar que nos pequenos centros elas encarnam e tornam concreta a função comercial. Acrescente-se que a importância da feira aumenta à proporção que é menor o núcleo urbano que a acolhe. Guimarães (1969 apud FERRETTI, 2000) também enfatiza o contexto social relacionando a feira urbana como peça essencial à vida da cidade, uma vez que atende diretamente a uma classe da população de nível econômico mais baixo.



Figura 48: A sensibilidade estética dos registros de Pierre Verger apresentam uma mostra do acervo arquitetônico do Penedo à época. Hoje, muito descaracterizada, foi impossibilitada sua locação atual.

Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.



Figura 49: As edificações que servem de pano de fundo ao estilo eclético, registradas por Pierre Verger entre 1947 e 1951. Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.

Os peculiares registros de feiras no nordeste do Brasil foram escritos na década de 1960, correspondente a um período de crise econômica do setor açucareiro, que incidiu diretamente com um momento de maior proliferação de feiras. Na década de 1970, trabalhadores liberados dos engenhos e usinas se deslocaram para as cidades provocando mudanças na composição social. As feiras passaram a ser fonte de emprego, atuando, então, como centro de distribuição de trabalhadores que se tornaram pequenos produtores ao receber pequenas porções de terra como indenização.

No século XXI, após quarenta anos da ocorrência desse processo, gerações se estabeleceram nesse tipo de comércio. A feira, basicamente, virou um negócio familiar. No Penedo, especificamente, ainda são encontrados feirantes que surgiram desse período e transmitem o ofício para outros familiares. Constatou-se, entretanto, que em pesquisas aplicadas em campo é essa atividade econômica que além de contribuir para o sustento familiar, trouxe melhorias na qualidade de vida. Alguns filhos e netos de feirantes já não “fazem a feira”³⁰ por possuírem “estudo” e seguirem outras profissões.

³⁰ Expressão comum entre os feirantes aplicada ao ofício cotidiano de ir trabalhar na feira, *fazer a feira* ou *dá a feira* traduz o “ser feirante”.

2.2. Apropriação urbana através da conformação espacial e percepções atuais do “fazer a feira” no Penedo.

A manifestação da Feira Livre do Penedo agrega o caráter da historicidade não apenas pelo seu registro inicial no século XIX, mas por notadamente encontrar-se situada no Centro Histórico da cidade, que se caracteriza por um acervo arquitetônico de relevância histórico-cultural, reconhecido inclusive por Tombamentos Federal, Estadual e Municipal. Embora o entorno da feira possua tais pertinências, com as ruas que o circundam mistas em atividades comerciais e residenciais que se fundem ao elemento de ligação que é a Feira Livre, são destacadas as edificações do Mercado Público e Pavilhão da Farinha³¹ como elementos aglutinadores da relação entre a materialidade e a imaterialidade do lugar.

Num primeiro momento, ao olhar à distância a edificação do Mercado Público pela sua fachada principal, na amplitude da Rua Floriano Peixoto, a vista discorre pela plenitude em que ele se apresenta. Momento único, já que ao nos aproximarmos percebemos sua conectividade com o entorno, seu envolvimento com o início da Feira Livre que o cerca.

A edificação do Mercado, atualmente passando por intervenção restaurativa, teve suas atividades transferidas precariamente para um galpão próximo, também dentro do perímetro de apropriação da feira. No seu uso setorizava-se o comércio de carnes, com a predominância da carne bovina. O edifício em si simboliza um marco divisor das atividades do comércio formal e feira. Por seu referencial histórico, a sua construção no final do século XIX favoreceu a migração do local da feira originária, antes situada na Rua da Praia (beira-rio) e Rua do Sol, chamada de Feira do Barro³². Nessa época, dentre os produtos comercializados predominavam as cerâmicas artesanais.

³¹ Torna-se pertinente relembrar aqui as considerações anteriormente apresentadas (p.39) sobre o modelo dominante em Portugal de feiras em núcleos urbanos com funcionamento diretamente relacionado no entorno do prédio do mercado.

³² Já anteriormente relatado no capítulo 1 – item 1.2.

Atualmente, ainda se expõem cerâmicas à venda, porém não são mais manufaturadas na cidade, sendo a maioria do outro lado da margem do Rio São Francisco, na cidade de Carrapicho/SE. A antiga Feira do Barro foi praticamente extinta. Antes as pessoas tinham o costume de ir a Penedo à procura de peças peculiares em formatos de vasos,oringas, santos e carrancas. O rompimento dessa prática tradicional provocou alterações na relação do cotidiano de moradores ligados à Feira do Barro, o que incidiu na queda de empregos e renda. A escassez da matéria-prima adequada contou bastante para levar os ceramistas a abandonarem seu ofício em busca de outro meio de subsistência. O local onde se instalava essa feira passou por processo de reurbanização da Prefeitura, com a inclusão de bancas de *souvenirs* e lanches.



Figura 50: Feira do Barro em Penedo, foto datada de 1907. Fonte: IHGAL, 2007.



Figura 51: Pierre Verger registrou também a Feira do Barro em Penedo, separada da Feira Livre que migrou para o entorno do Mercado Público. Penedo chamou a atenção de Verger, principalmente o Rio São Francisco, os tipos físicos, as canoas, as velas, a religião, a vegetação e a arquitetura.
 Fonte: DANTAS; BARADEL (Orgs.), 2010.



Figura 52: Local atual onde acontecia a Feira do Barro. Fonte: AUTORA, 2012.

O Mercado e o Pavilhão da Farinha — este construído posteriormente ao Mercado e localizado por trás do mesmo — servem como corredores de acesso à feira, e neles o fluxo é constante tanto de mercadorias quanto de consumidores. Nítido é o registro da correlação entre os dois, pela combinação da farinha e carnes, e da fusão de suas edificações, as quais aparentam quase se tocarem, já que apenas se separam por uma rua estreita tomada de bancas da feira. Ao observá-las ao longe, em dado momento, elas se sobrepõem; ter a visão das duas exige um exercício de ângulos e distâncias.



Figura 53: Fachada posterior do Mercado Público em foto atual. Após processo de restauração poucas bancas da feira voltaram ao local, em parte devido ao prédio não ter retomado suas atividades. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 54: Fachada posterior do Mercado Público na Rua Sabino Romariz , que fica voltada para o Pavilhão da Farinha, imagem registrada em 2007. Antes das intervenções restaurativas, as bancas usavam a fachada como suporte para prender sua cobertura. Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 55: Mesmo trecho da rua anterior, voltado para o Pavilhão da Farinha, com as bancas de feira, em primeiro plano, em toda sua extensão. Fonte: AUTORA, 2007.

O Pavilhão da Farinha³³, como o próprio nome diz, abriga a comercialização de cereais, embora momentaneamente se encontre desocupado por passar por serviços de restauração, tal como o Mercado. A venda desse gênero alimentício, ao contrário das carnes, possuía também bancas nas ruas da feira, predominantemente nas ruas laterais a esse prédio. Os comerciantes de cereais e farinhas que eram locados dentro do Pavilhão foram distribuídos na Praça Costa e Silva e ficaram afastados do local da venda de carne³⁴, o que segundo eles prejudicou bastante o faturamento.

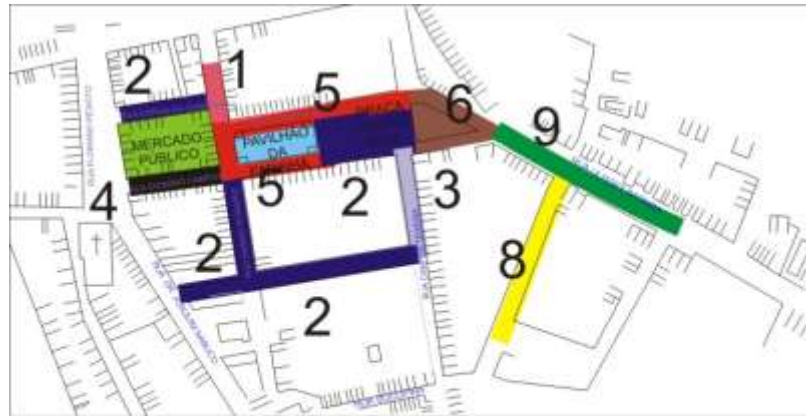
³³ Não foi encontrado registro documental sobre a construção do Pavilhão da Farinha, mas sua tipologia denota características arquitetônicas posteriores à construção do Mercado Público. Cabe considerar a imponência comercial da cidade do final do século XIX a meados do século XX como uma razão para se edificar um prédio específico para abrigar comerciantes de farinhas e cereais.

³⁴ Transferidos para um galpão no final da Rua Sabino Romariz, enquanto os vendedores de cereais e farinha foram alocados no final da Praça Costa e Silva.



Figura 56: Foto atual do Pavilhão da Farinha, fachada principal sem a interferência visual das bancas da feira. Fonte: AUTORA, 2012.

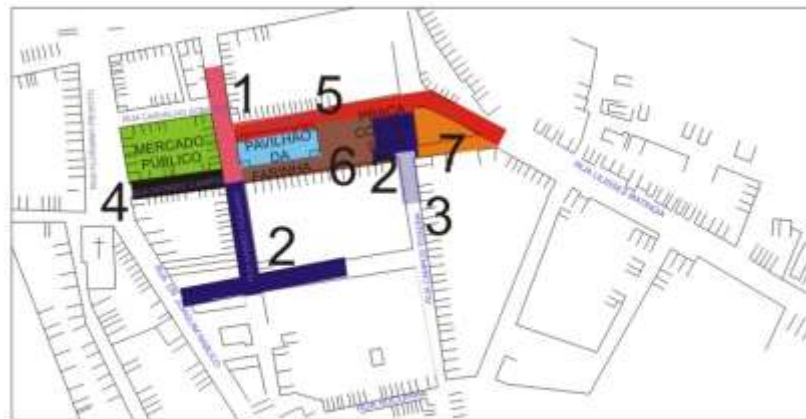
As ruas laterais ao Mercado, em consequência da obra do prédio, tiveram o calçamento retirado, ficando a sua lateral esquerda totalmente desocupada e a lateral direita, apenas com alguns poucos vendedores de produtos semelhantes aos populares camelôs: roupas, DVDs, CDs, cintos, bolsas. Alguns migraram para outras ruas como a Floriano Peixoto e a Praça Costa e Silva. Considerando-se que há uma ligação que faz com que esse comércio adquira características de atividade formal, no entanto é informal e se transforma em uma continuidade do comércio formal, nos calçadões em frente às casas comerciais. Em virtude de seu funcionamento, seguem os mesmos horários oficiais do comércio, nutrindo a relação entre comércio/feira e outros serviços próximos: bancos, correios, entre outros.



CONCENTRAÇÃO DOS PRODUTOS EM 2007

s/escala

Fonte: UEP - PENEDO



CONCENTRAÇÃO DOS PRODUTOS EM 2012

s/escala

Fonte: UEP - PENEDO

- 1. Diversos: parafusos, miudezas, temperos, etc.
- 2. Alimentos: frutas, legumes, vegetais, carnes, biscoitos, queijos, etc.
- 3. Artigos de couro e utensílios domésticos
- 4. Diversos: cds, dvds, relógios, celulares, lanches, etc.
- 5. Alimentos: cereais, farinhas, carnes, legumes e frutas.
- 6. Roupas, sapatos, lingerie e celulares.
- 7. Farinhas, cereais, grãos e temperos.
- 8. Frutos do mar: peixes, camarões, muçunis, caranguejos, etc.
- 9. Utensílios domésticos e mobiliário.

Figura 57 e 58: Mapas de concentrações dos produtos comercializados na feira em dois momentos 2007, antes das intervenções restaurativas, e em 2012, com as restaurações finalizadas, embora sem a retomada dos usos dos edifícios. Fonte: AUTORA, 2012.

Ao visualizarmos as edificações, invariavelmente nos deparamos com as ruas, opostas e complementares. Estas mantêm o estreitamento característico dos Centros Históricos, evidenciado pela enorme quantidade de produtos com os quais as bancas são abastecidas. De segunda a quinta-feira, o movimento é menos intenso e, como corredor de acesso, não ficam aglutinadas como nos dias de sexta e sábado, em que o trânsito de consumidores se intensifica. Em outros pontos, onde se comercializam gêneros alimentícios, o fluxo costuma ser mais tranquilo — mesmo em dias de sexta e sábado — e o olhar corre mais livremente. Essa tranquilidade se justifica devido à especificidade dos produtos não serem vendidos apenas em um único logradouro, mas por se espalharem em trechos de outras ruas — como observado no mapa acima.

A feira enquanto sistema vivo é mutável e espontânea em seu zoneamento e distribuição, segundo expresso em Morin (1991 apud MORAES, 2007). Embora haja uma necessidade de “organização” através do olhar de um usuário, facilitando ao transeunte sua racionalização, suas interrelações funcionam e sedimentam-se por meio do cotidiano arraigado em tantos anos de convivência.

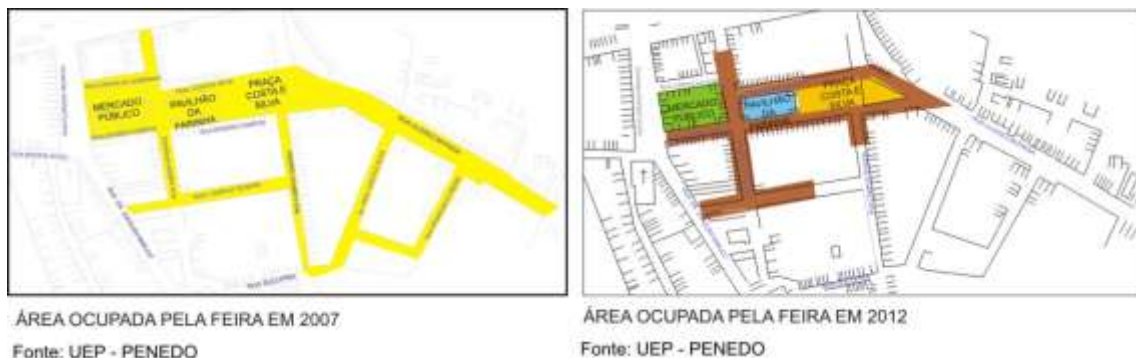


Figura 59 e 60: Mapa de ocupação da feira em dois momentos: 2007 e 2012.
Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 61: Mapa de ocupação da Feira Livre de segunda a quinta em 2012.
Fonte: AUTORA, 2012.

Ao chegarmos à Praça Costa e Silva, local de maior concentração da Feira Livre, a praça se estende por um largo que atinge o ápice de ocupação nos dias de sexta e sábado, quando feirantes de outras regiões³⁵ vão a Penedo comercializar — o “fazer a feira”. Ainda sob sua influência, as bancas mais próximas ao Pavilhão são de cereais e ao se afastar as confecções predominam. A quantidade das bancas que ficam fechadas é grande e impressiona quando abertas, com esse caráter flutuante e mutável que transforma visualmente o espaço e amplia o fluxo de clientes.

Como uma descrição do lugar, pode-se dizer que a Feira Livre no Centro Histórico do Penedo se subdivide em duas: uma menor, praticamente como uma feira de bairro e outra maior, com feirantes, produtos e consumidores vindos de cidades próximas. Todavia, essa proporcionalidade não era tão claramente perceptível em 2007. Porém, em 2012, percebeu-se que a quantidade de bancas “abertas” aumentava nas sextas e sábados, entretanto a apropriação nos

³⁵ Feirantes do sertão, agreste – com destaque para Arapiraca, e locais mais próximos como a Ilha das Flores, Piaçabuçu, comercializam no Penedo. Os produtos também são trazidos de outros locais: roupas de Caruaru e Arapiraca, frutas e verduras de Arapiraca, Petrolina, Itabaiana e Platô, e frutos do mar de Piaçabuçu.

arruamentos permanece a mesma. No período da Festa de Bom Jesus dos Navegantes, contudo, a feira de fato se duplica, retomando inclusive trechos da rua do cais do porto, com roupas e demais acessórios de consumo mais imediato para os frequentadores da procissão.



Figura 62: Mapa de ocupação da feira nos dias de sexta a sábado em 2007.
Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 63: Desdobramento da feira pela Rua Batista Acioly até a Rua da Praia no fim de semana da Festa de Bom Jesus dos Navegantes em janeiro de 2012. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 64: A feira se estendeu até a Rua da Praia no fim de semana da Festa de Bom Jesus dos Navegantes em janeiro de 2012. Na imagem, o arruamento da lateral direita do supermercado Kibarato. Fonte: AUTORA, 2012.

Apesar de muitas bancas fechadas permanecerem armadas na Praça Costa e Silva, detectamos vazios no seu centro. No largo, a continuidade das atividades prevalece com frutas, roupas, grãos e produtos diversos. Embora existam relatos orais que citam uma “Feira da Laranja” nesse local, não observamos uma concentração específica desse produto que justifique essa denominação.

Como registro de uma linha temporal da dinâmica que impulsiona a própria feira, em 2007, havia a “Feira do Peixe”, localizada numa parte segmentada na Rua Francisco Freire; porém as interferências ocorridas nos edifícios correlacionados do Mercado e Pavilhão acarretaram a redução do comércio específico dessa rua. Os vendedores de peixes adaptaram carrinhos de mão como expositores, provocando uma migração para uma das laterais do prédio do Mercado. No passado, a Rua do Peixe era bastante peculiar e não passava despercebida para os frequentadores. Os clientes chegavam logo cedo para comprar os pescados fresquinhos ou, até mesmo, os já salgados.

Os frutos do mar também são comercializados no Mercado do Peixe, localizado na Rua da Praia — beira-rio. Segundo Sales (2003), eram acordados os dias de trabalho entre os vendedores do Mercado e os da feira. Nos dias de feira, o Mercado do Peixe não funcionava. A relação era pacífica e os vendedores do mercado trabalhavam em outras cidades quando a feira acontecia, reforçando a pertinência da sua relação nos municípios circunvizinhos. Todavia, o movimento na

feira em si, ainda era maior e preferencial ao do Mercado, fato também observado na feira de São Joaquim em Salvador³⁶.

A coexistência contemporânea estabelecida pela imaterialidade da feira e a materialidade de seu entorno edificado cria uma duplicidade espacial no traçado urbano da cidade e do Centro Histórico. A cidade altera o seu comportamento nos dias de maior movimento da feira – sexta e sábado. Ruas são apropriadas; fluxos de pedestres são “criados” para acesso ao percurso do Rio São Francisco através da balsa. Esse fluxo, particularmente, adquire uma importância peculiar pela intensidade que costuma movimentar – de forma ininterrupta – o porto com o transporte de pessoas e produtos que atravessam o rio para a margem de Sergipe. A aglomeração de pessoas ativa o Centro e confere vitalidade máxima à cidade.



Figura 65 e 66: Travessia de consumidores da feira e seus produtos para a margem de Sergipe.
Fonte: AUTORA, 2007.

Analisando-se atentamente a feira na sua essencialidade física, percebe-se que com a população e *locus*, onde se travam as relações de compra e venda, diálogos de pechincha e eventuais contatos de amizade que se estabelecem, a banca é seu elemento básico agregador do contato entre o feirante e seus clientes. Estão elas fixas em alguns locais, mas mesmo que não estejam com produtos expostos ficam parcialmente armadas, ocupando um espaço que é público e até

³⁶ Onde no processo de “reordenamento” transferiram todo o comércio de frutos do mar para uma edificação que, mesmo com uma maior estrutura física e condições higiênicas mais apropriadas, interrompeu a relação entre a feira e os consumidores, diminuindo o movimento dos clientes e a satisfação dos feirantes.

interfere no fluxo de veículos e pedestres, além de interferir também nas fachadas e na paisagem como um todo. Essa apropriação das vias é um fator questionado e reivindicado por parte da população como área a ser utilizada para outros meios.

De acordo com pesquisas do Programa Monumenta em 2007, a cidade é carente em atrativos de entretenimento e possui em sua historicidade acervo peculiar de conjunto histórico e uma comunidade com raízes culturais alicerçadas em liceus, clubes de poesia e canto.



Figura 67: A Rua Ulisses Batinga é um prolongamento da Praça Costa e Silva, e também fica apropriada pela feira em seus dias mais cheios. Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 68: Mostra do acervo arquitetônico parcial de entorno da feira livre na Praça Costa e Silva, com visíveis descaracterizações. Fonte: AUTORA, 2007.

Na pesquisa realizada por Moraes (2007), foi constatado que se fossem retomadas formas de lazer que pudessem revitalizar seu Centro Histórico aliadas a instituição da feira traria, certamente, benefícios à manutenção e valorização de todo seu entorno. Foram, ainda, identificadas várias edificações em estado de abandono e vários logradouros tomados como área de carga e descarga e estacionamento de veículos em dias de feira. Em outras palavras, várias ruas são ocupadas durante toda a semana apenas como local impróprio de estacionamento.



Figura 69: Ruas apropriadas como área de carga/descarga e estacionamento por decorrência da feira. Fonte: AUTORA, 2007.

Vale considerar que as análises obtidas em campo nos anos de 2007 e 2012 levantam o questionamento sobre o enfraquecimento econômico da feira³⁷. É possível que a interrelação estabelecida pelas práticas sociais inseridas nesse cotidiano tenha sido abalada quando ocorrido o esvaziamento das atividades do Mercado e Pavilhão? Será esse um elemento que ratifica a não dicotomia entre materialidade e imaterialidade intrínseca à existência da feira?

³⁷ Uma pesquisa de 2002 identificou cerca de 420 ambulantes que diariamente se instalam nas ruas da cidade. Em 2005, esse número era de 715 feirantes cadastrados, segundo dados do Sebrae/Seplanic.

2.3. A diversidade dos sujeitos: agentes, produtos, exposições e sensações.

Baseados em Mott (1975 apud FERRETTI, 2000), obtivemos o conceito em que a feira é um conjunto de interações sociais que tem local específico e período determinado, sendo estas norteadas por um complexo de ideias que envolvem dois grupos sociais — o dos feirantes e o dos compradores — com interesses predeterminados de compra e venda. Cabe ressaltar aqui, a escolha de abordar no objeto de estudo apenas a percepção e a apropriação do feirante, buscando-se aferir a hipótese desse agente como ente de conservação ou degradação do patrimônio histórico. Sobre a caracterização do agente e da metodologia da pesquisa de campo tratarão os capítulos posteriores.

Olhar para o movimento de troca, vivenciar as sensações que nos cercam dentro do sistema vivo transmitem-nos significados que remetem a uma memória transmitida pela história documentada e pelos registros de vivência de gerações, um registro de memórias coletivas. A marcação do tempo determinada pelas características estéticas das edificações históricas no centro da cidade, segundo Rolnik (1995 apud MORAES, 2007), traça um paralelo temporal e assiste à migração constante na feira, estimulando os sentidos, mobilizando e fortalecendo relações sociais que vão desde o gari — no seu ofício final de limpeza — à criança que de tenra idade já acompanha os familiares na comercialização. Tanto ao banqueiro que aluga a estrutura da banca quanto ao órgão público que o fiscaliza que demonstram a riqueza cultural encontrada nas coisas mais simples.

A forma empírica ou não de se fazer ver e atrair a clientela é subjetiva quanto a sua gama de variações. De opções “inventadas” que vão das nuances de timidez em abordagem ao apelo direto e constrangedor, mas quase sempre muito simpático e humorado. Os feirantes almejam ser valorizados e incluídos. Prestativos, não se incomodam em serem interpelados a uma presença externa, apenas receiam ações que desconhecem e que não lhes assegurem suas permanências.



Figura 70: Apelo de venda criativo e peculiar de um feirante. Fonte: AUTORA, 2007.

Providos dessa rede de significações plenamente estruturada em seu contexto e, portanto, capaz de transformá-lo em um verdadeiro artefato cultural, bem como a própria manifestação em si — a feira —, o homem assim se configura por meio das suas experiências impressas no tempo e no espaço. Essa teia tão rica e impregnada de significações apenas se apresenta dessa forma por estar indissociada da ação humana. Envolve diversas ramificações interligadas, personagens do universo do cotidiano popular das feiras livres brasileiras. E o que se processa no Penedo é bem similar.

Na feira encontra-se, em suas peculiares conexões, o saber do feirante passado por gerações e o feirante de muitos anos no ofício que se orgulha por ter conseguido manter e proporcionar a seus filhos melhores condições de educação, conseguindo até que alguns deles obtenham o ensino superior. Um parâmetro observado é que tanto os antigos feirantes sentem orgulho de transmitir seu ofício, saberes e fazeres, quanto de ter familiares seguindo profissões diferentes, pois consideram a sua profissão tão digna e valorizada quanto outra qualquer.



Figura 71 e 72: Disposição de venda com produtos, apenas acondicionados sobre um anteparo diretamente no chão. Fonte: AUTORA, 2011.

Entre os personagens atuantes e “fazedores” da feira, o feirante, o consumidor e as instituições são os agentes transformadores com efeito multiplicador desse sistema. Suas sutilezas de trocas estão configuradas a olhos vistos. Apesar de reconhecerem a necessidade de melhorias nas condições de higiene e infraestrutura para o local, o *ser feirante* é, além de tudo, mais um atrativo para a feira em si. Dotado das características caricaturais que ficam no imaginário popular, podemos dizer sim, que são figuras ímpares. Misturam-se, destacam-se perante os seus produtos e exercem um verdadeiro jogo de conquista com seus consumidores.



Figura 73 e 74: Modo de exposição de venda por meio de tablados, prateleiras e guarda-sóis adaptados. Fonte: AUTORA, 2011.

Embora suas caricaturas não sejam estereotipadas, ao dar-se a oportunidade de se envolver, é revelada uma porção de histórias e lições de vida. Muito desgaste físico e emocional, mas sempre uma grande aventura do acordar, ao transportar o produto, ao último cliente do dia. E aos clientes, o que lhes cabem?! Cabem-lhes as oferendas, de tudo um pouco: dos sentidos, dos sorrisos e gracejos, da pechincha e da fartura de variedades. Sua importância como mola condutora que faz com que tal manifestação tenha pertinência em existir.

Servida por uma gama variada de frutas, verduras, carnes, ovos, frutos do mar, grãos, especiarias, artigos de alumínio, plásticos, CDs, DVDs, aviamentos, roupas, tecidos, doces, bolos, galinhas vivas, comidas típicas e achados regionais, a feira se encontra, justamente, em um espaço delimitado por expressões materiais e tradições, um traço significativo de identidade cultural onde facilmente as pessoas se identificam com algo dali. As frutas possuem cores mais vibrantes, os legumes e verduras parecem recém-colhidos da terra, os frutos do mar exalam suas mais variadas possibilidades culinárias. Não é possível apenas assistir impassível a esse espetáculo. O observador se torna parte dele, se impregna e finalmente se entrega ao imbricado de expressões visíveis edificadas, portáteis (materiais) e às expressões sonoras, sensoriais da prática cultural em si.



Figura 75 e 76: Modelos de bancas fixas da Feira Livre do Penedo. Fonte: AUTORA, 2011.



Figura 77 e 78: Modelos de exposição móvel da Feira Livre do Penedo. Fonte: AUTORA, 2011.

Por intermédio dos carrinhos de mão, ambulantes apresentam artigos peculiares: coquinhos verdes, maçunins de água doce, pés-de-moleque, que sofrem a influência da divisa com o Estado de Sergipe no seu feitio, e surpreendem por não serem conhecidos por consumidores de outros locais. A miscelânea de texturas encanta o olhar e envolve os sentidos, retrata uma parte da riqueza inerente à manifestação popular que é a feira. Salvo modismos e regionalismos, encontram-se combinações de ervas milagrosas para a saúde, receitas familiares, produções do *saber fazer* culinário que permanecem vivos. Muitas são as ofertas de frutos do mar, contudo o Rio São Francisco está sofrendo com o assoreamento. Antes, famoso por seus peixes e piranhas — que mantinham afastados os banhistas —, atualmente, não produz mais pescados na margem da cidade do Penedo.

A percepção do feirante e seu envolvimento com a feira apresentam pressupostos em Leite (2005) que trazem à luz códigos inseridos na cidade e nessa relação específica do objeto, que se formam por meio da miscelânea de sons, palavras, cores, texturas, cheiros, sem que exista necessariamente uma convenção predeterminada. A formação do gosto de um determinado grupo, mesmo acordado em certos aspectos, por si só representa uma multiplicidade de valores de uso e dinâmicas que envolvem o valor de troca entre os agentes.



Figura 79: Modo peculiar de medição de feijão verde para a venda na Feira Livre do Penedo de sacos de 1 litro. Fonte: AUTORA, 2011.

O gosto é definido por ser um julgamento imposto como generalização de alta complexidade organizacional, de acordo com Oliveira (2001 apud MORAES, 2007). No questionamento e aplicação do envolvimento sensorial, o gosto está diretamente associado aos sentidos, porém entre o entendimento e apreciação existem muitas variações imprescindíveis para a formação da compreensão do objeto em singular ou em um conjunto de sentidos.

A Feira Livre imprime características interativas capazes de distintas manifestações que marcam o espaço público, embora caia no senso popular com figuras imaginárias caricaturadas, a banca em si é seu grande símbolo e nela, dentro de um comportamento coletivo, demandam jogos corporais do *corpo-a-corpo* e representações que estão relacionadas à capacidade que o ser humano tem para produzir alternativas de subsistência e a encontrar, no cotidiano, soluções para se comunicar individual e coletivamente. Diferente do espaço privado — que como sua própria denominação diz: é particular, reservado —, o público pressupõe uma troca, uma comunicação. Sua conexão gera um deslocamento do território físico e transforma-se em imagem, multiplicando-se em espaços momentâneos, sem limitação estabelecida.



Figura 80 e 81: Tipos de disposição de venda das bancas fixas da feira do Penedo, que concebem a exposição de produtos variados. Fonte: AUTORA, 2011.

Os signos orais, visuais e verbais estimulam e aguçam os sentidos à proporção que nos aproximamos do conglomerado de gente. O burburinho vai ficando cada vez mais alto, a agitação se acentua, as narinas são invadidas pela mistura de odores e o olhar se deslumbra.

O apelo oral dos vendedores não se apresenta como tão comumente esperado no imaginário popular das feiras do interior, permeado por cantadores, repentistas, curandeiros milagrosos, *esse tipo de gente* que parece habitar “outro mundo”: o mundo lúdico das feiras livres, mas em apenas um ou outro trecho da feira, com nuances de timidez e espontaneidade.



Figura 82: Fruta típica – tamarindo - exposta à venda em uma banca da Feira Livre do Penedo. Fonte: AUTORA, 2011.

O maior apelo de venda é visual, expondo todo o produto que tiver disponível, como se apenas dessa maneira fosse possível expressar o poder de ter muitas ofertas, criando a ilusão de que é possível encontrar de tudo um pouco, inclusive o que não se pode ver, “a um preço bem camarada”. Uma característica observada no modo de organização de estabelecimentos de artigos populares, onde seu público não possui grande poder aquisitivo. De forma geral, em toda a ambiência da feira, o modo de exposição dos produtos aborda um pouco da estratégia de exposição comum de uma vitrine tradicional. Logicamente, sem uma estrutura de elementos preestabelecidos por uma composição estética mais elaborada, onde o elemento que isola ao mesmo tempo aproxima — o vidro não está presente, gerando também *status* e distinção aos produtos expostos, que permitem uma contemplação mesmo sem vendedores.



Figura 83 e 84: Modos improvisados de exposição de produtos para venda encontrados na Feira do Penedo. Fonte: AUTORA, 2011.

Nas feiras livres, de modo geral e igualmente na Feira Livre no Centro Histórico do Penedo, os feirantes montam seus produtos de acordo com a estrutura de banca condizente com sua condição econômica — existem bancas de diferentes tipos e preços — provavelmente é a questão vivencial que estabelece o padrão “estético” a seguir. São criadas simetrias ou assimetrias na distribuição dos produtos, dado o fato de apenas possuírem um conhecimento empírico sobre

técnicas de venda e exposição. Entretanto, observam-se composições mais elaboradas também, intencionando estratégias específicas para atrair os clientes e destacar o produto perante todos os outros ofertados, bem como, em contraponto, nota-se a simples “colocação” sem nenhum tipo de apelo mais específico.



Figura 85 e 86: Apropriação espacial e arranjo expositivo de algumas bancas na Rua Sabino Romariz. Fonte: AUTORA, 2010.

Os vendedores ambulantes são frequentes e caracterizam-se pela venda de produtos perecíveis, geralmente utilizam carrinhos de mão que facilitam a mobilidade levando o produto aonde o consumidor estiver, em alguns casos aproveitam o próprio corpo como eficiente estrutura de comunicação, usando-o como meio de exposição e venda; entre todos, costumam ser eles os que possuem o maior apelo oral, juntamente com os comerciantes de frutos do mar, exatamente

os que precisam vender mais rapidamente seu produto pela condição de ser perecível.



Figura 87 e 88: Uso do corpo como instrumento de apelo de venda do produto.
Fonte: AUTORA, 2007.

3. O caminhar pela feira

“[...] Vozes pelas quais o corpo social ‘fala’ em citações, em fragmentos de frases, em tonalidades de ‘palavras’, em ruídos de coisas. ” DE CERTEAU, M.

3.1. Apreensões na pesquisa de campo

Ao se deparar com o desafio de analisar um objeto com tantos caminhos a serem seguidos, fez-se necessária a escolha por uma abordagem capaz de atender às respostas esperadas. Não foi possível elencar apenas um foco, mas a junção das leituras – Merleu-Ponty, Le Breton, Bourdieu, De Certeau, entre outros - direcionaram tais inquietações para o viés social. Os caminhos trilhados seguiram etapas parciais para a formação final da análise em caráter conclusivo, sendo pertinente aqui elucidá-las. Consideraram-se ainda como referência, alguns critérios utilizados por Mott (1975 apud FERRETTI, 2000) ao pontuar os aspectos estruturantes de uma feira: origem, área de abrangência (local, regional), periodicidade, caracterização de gênero e/ou étnica do feirante (homem, mulher, adultos, idosos, etc.), apelo comercial (visual, oral) e tipologia do suporte de venda (carrinhos, tabuleiros, banca, etc.), como meio de serem descobertas as várias faces que envolvem tal ‘organismo complexo’.

Nas etapas primárias coletou-se dados sobre o objeto, entre bibliografias/iconografias e mapeamentos de uso do solo. Com esse material de base partiu-se para a exploração entre as estratégias de pesquisa amplamente utilizadas em ciências sociais para estudos de caso.

Admite-se que uma visão pluralística com os propósitos exploratório, descritivo e explanatório, segundo trata YIN (1981a, 1981b), possibilita, inclusive, a existência das três abordagens em um mesmo experimento, sem implicar em limites claramente estabelecidos, já que são permissíveis grandes áreas de sobreposições. Essas três condições consistem: (a) no tipo de questão de pesquisa proposto, (b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais efetivos; (c) no grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a

acontecimentos contemporâneos. Assim o planejamento da estratégia de pesquisa para a definição das entrevistas pode ser visualizado como no quadro abaixo:

Estratégia	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	Como, por que	Sim	Sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos, quanto	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto	Não	Sim/não
Pesquisa histórica	Como, por que	Não	Não
Estudo de caso	Como, por que	Não	Sim

Figura

89 : Quadro de situações relevantes para diferentes estratégias de pesquisa.

FONTE:

YIN, 2001, p.24.

Conforme já referenciado, nas Ciências Sociais é frequente o “estudo de caso” possível de ser explorado analiticamente:

[...] O estudo de caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional [...]. (YIN, 2001, p.27).

A formatação das questões aplicáveis à pesquisa em foco seguiu esse método e essas serão apresentadas nos procedimentos metodológicos mais adiante.

Em um momento posterior a essa "experienciação" em campo, elege-se a realização de pesquisa piloto como instrumento teste de aplicabilidade da metodologia que a princípio aporta-se na Corporeidade³⁸. Entendendo-se que à Corporeidade se aplicam estudos transdisciplinares que envolvem o objeto corpo. Implicando-se nesse contexto a qualidade, propriedade do que é corpóreo, corporalidade. Com isso, em um momento inicial – o da "experienciação" de fato –, apreende-se a impressão sensorial do corpo nos arruamentos ocupados pela Feira Livre, registrando sua "Corpografia" em um diário de bordo.

³⁸ Segundo o Dicionário Houaiss (2012), sendo então a Corpografia mais uma concepção nesse campo.

3.1.1. Um instrumento fenomenológico

Para uma avaliação da integração entre o *locus* onde se processa a feira, os feirantes, os compradores e o espaço do próprio Centro Histórico, achou-se pertinente explicar os conceitos estabelecidos sobre os termos que envolvem o objeto corpo. Para tanto, tornou-se necessário entender as variações dos termos em que se aplica da Corporeidade à Corpografia na construção do instrumental fenomenológico.

Por meio de Husserl (1907), obtiveram-se considerações sobre a Fenomenologia com o desprendimento da Metafísica na crítica do conhecimento e na tarefa de elucidar sua essência, sua objetividade cognitiva. A Fenomenologia, portanto, seria designada enquanto ciência, conexão de disciplinas científicas, mas ao mesmo tempo um método e uma atitude intelectual filosófica. Na esfera da sua investigação, o autor concebe uma ciência que pode se edificar sobre outra, bem como servir de modelo metodológico baseado em parâmetros definidos pela natureza do respectivo campo de investigação.

Todo fenômeno de pensamento, portanto, possui a sua referência objetiva. Tem em seu conteúdo o total dos momentos que o compõem; e, por outro lado, tem o seu objeto intencional que visa sua índole essencial (Ibid, 1907).

Ao fazer uma releitura dos pressupostos anteriores de Husserl, Merleau-Ponty assim discorre ao colocar,

A fenomenologia [como sendo], o estudo das essências; e todos os problemas, segundo ela, voltam a definir as essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que recoloca a essência na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma, que não seja a partir de sua facticidade. É uma filosofia transcendental, que põe em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre lá, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço de reencontrar o contato ingênuo com o mundo pode lhe dar, enfim, um status filosófico (MERLEAU-PONTY, 1999, p.05).

Percebe-se que Merleau-Ponty não interpreta Husserl de modo literal, mas percorre o seu caminho ao retomar o pensamento do criador do método

fenomenológico. Em Moreira (2004), percebem-se inquietações sobre a questão da consciência conceber um produto por meio de uma experiência. A Fenomenologia não caminharia, então, na direção da ciência, porque põe entre parênteses as informações científicas e não seria um retorno idealista. O autor ainda considera que Merleau-Ponty — ao afirmar que não há homem interior — além de transcender uma perspectiva dualista, que divide o homem em interior e exterior, nega o idealismo transcendental. Coloca a percepção como o fundo sobre o qual todos os atos se liberam, ao mesmo tempo em que ela é pressuposta por estes. A percepção, para Merleau-Ponty, é o campo de revelação do mundo, campo de experiência, não um ato psíquico. Na percepção, fundem-se sujeito e objeto.

Merleau-Ponty (1999) retoma a crítica husserliana a Descartes e Kant, que diferenciam sujeito e objeto e para quem as relações não são bilaterais, mas o mundo é reconstruído pelo sujeito. Defende ainda a ideia de que o homem é mundo e o mundo é homem, um faz parte do outro e vice-versa. Moreira (2004) trata tal consideração como um enraizamento do homem no mundo que justificará a necessidade de uma redução fenomenológica, como um artifício para que o pesquisador possa atingir a realidade. Mesmo ao conceber que a prática da redução fenomenológica será sempre uma tentativa, nunca exatamente realizada, pela mundaneidade intrínseca ao homem.

De acordo com Moreira (1987 apud MOREIRA, 2004), para o fenomenólogo, a redução é um artifício para revelar o mundo, ou seja, duvidar deste mundo para dar-se conta dele. Contudo, a Fenomenologia não é idealismo transcendental, seu destino é existencial, sendo, portanto, o contato com os paradoxos da facticidade. Por conseguinte, não é possível ver a essência como objeto, tornando-se um grande engano pensar a essência desvinculada do mundo, tal como sintetizou Merleau-Ponty: “a Fenomenologia recoloca a essência na existência” (MERLEAU-PONTY, 1999 apud MOREIRA, 2004, p.448).

[...] Merleau-Ponty considera que não se deve banir em nome da razão aquilo que a precede, pois essas forças irreflexivas, que outros chamam de inconsciente, desempenham importante papel na produção artística, científica e filosófica. O pensamento *merleau-pontyano* procura superar o dualismo entre o *sentir* e *entender*, defendendo uma interação entre ambos. Nesta relação de conhecimento, é necessário um mergulho no *sensível*,

unindo o sujeito que conhece ao objeto que é conhecido [...] (CARMO, 2000, p.31).

Por meio da *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty apresenta o ser humano com a apreensão primeira do objeto pela sua consciência, mas, posteriormente, torna à sua percepção harmonizada com a forma, passando a ser um fenômeno.

Silveira e Furlan (2005) pontuam que o questionamento, em relação à Fenomenologia, se direciona para a ausência da consciência corporal, da relação do *eu-corpo* com o meio. Afirmam o corpo como veículo do ser no mundo. Os autores ainda corroboram a tese de Merleau-Ponty ao partirem da noção de *corpo próprio*, imbricado na sua relação com o outro por intermédio da experiência perceptiva, primordial para a constituição dos sentidos e da subjetividade, considerando-o ponto de apoio de percepções e sensações na expressão de existência do indivíduo.

Sob essa ótica, o corpo pode, então, ser tomado como um instrumento fenomenológico de grande alcance em processos de análise, conforme estejam referenciados para esta busca de percepção intrínseca entre a Feira Livre e o Centro Histórico do Penedo. Optou-se assim, utilizá-lo enquanto meio de captação para traduzir as percepções apreendidas por seus agentes no processo de análise da feira e entorno.



Figura 90: Feirante sentado em caixote na banca da feira. Fonte: AUTORA, 2012.

A partir dessa perspectiva, houve o entendimento de que a leitura do sujeito – corpo – e do objeto de estudo – Feira Livre – deve se amparar na composição de organizações aparentemente casuais e processos sociais que se interligam com efeitos modificadores por intermédio da divulgação de seus significados e compartilhamento de seus conhecimentos dentro de seus grupos sociais e culturais. Abrangem-se aqui várias categorias que permeiam desde representações sociais até a semiótica, entre outros. Entretanto, embora os signos estejam presentes, não se intenciona caminhar pela vertente em que se aprofunda a semiótica.

Foi depreendido, também, que vários outros caminhos podem vir a ser usados como ferramenta para essa leitura; entre eles o diálogo com outros campos como História Oral, Sociologia e Antropologia, que permeiam diferentes *roteiros de leitura* para uma compreensão mais ampla das nuances e facetas desse fenômeno.

Novos contextos analíticos são pautados pelo surgimento de tecnologias que, por vezes, parecem conflitar com hábitos tradicionais com os quais o corpo interage bastante. Os contextos analíticos devem, pois, envolver aspectos sociais imbuídos entre os valores agregados da troca, seja de bens materiais ou simbólicos.

Segundo o sociólogo francês Le Breton (2007, p.07),

a sociologia do corpo constitui um capítulo dedicado à compreensão da corporeidade humana enquanto fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginário. Sugere que todas as ações do cotidiano, das mais fúteis a menos concretas, e até as cenas públicas, envolvem a mediação da corporeidade. Fosse tão somente pela capacidade perceptiva que o homem tem de se desenvolver através do ver, ouvir, sentir, saborear, tocar, colocando assim significados ao mundo que o cerca. Moldado pelo contexto social e cultural, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, ritos, gestos, produção da aparência, exercícios físicos, jogos de sedução, relação com dor e sofrimento. Tudo é corporal.

Le Breton (2007) enfatiza a construção do pensamento sociológico sobre o corpo por meio de uma linha cronológica que perpassa pela legitimidade das modalidades de estudos físicos da relação do homem com os outros, bem como à crise de significação de valores da contemporaneidade.

O corpo faz, em 1960, sua entrada triunfal, de fato, nos estudos das ciências sociais com renomados pesquisadores como Jean Baudrillard, Michael Foucault, Pierre Bourdieu, entre outros; porém apenas após trinta anos é que a sociologia aplicada ao corpo torna-se sistemática e alguns pesquisadores lhe prestam significativa atenção. No entanto, em *O Capital* de Marx (1867), fora feita uma análise clássica da condição corporal do homem no trabalho, contemplando a primeira condição para a abordagem sociológica do corpo.



Figura 91: Homem puxando carroça de transporte de balde de água. (Mais uma ilustração do corpo como instrumento de trabalho na Feira Livre do Penedo). Fonte: AUTORA, 2012.

A princípio, é uma visão organicista que vai mudando ao longo do tempo com novos questionamentos e amadurecimentos sobre a temática, que o transforma em estrutura simbólica, ocorrendo ainda a transição entre a antropologia física e a construção do corpo como fator social.

Ilustraram esse panorama alguns estudos marcantes que abrangeram desde pesquisas sensoriais sobre a troca de olhares e a fisionomia de Simmel — em 1901 e 1908—, a predominância do lado direito sobre o esquerdo por Robert Hertz de 1909, até as Técnicas Corporais de Mauss em 1936. Nesse ponto, Le Breton (2007) enfatiza que mesmo sendo o corpo uma ferramenta, ele continua sendo o “fato do homem” e depende, então, da dimensão simbólica.

Considera ainda o autor que o corpo não é um simples objeto técnico, e mesmo a utilização de certos segmentos corporais como ferramenta não torna o

homem um instrumento. Os gestos executados partem sempre do pressuposto de significação e valor agregados às representações sociais de seu grupo. Os sentimentos expressos fisicamente em nós estão enraizados em normas coletivas implícitas³⁹. São virtualmente organizados visando os outros, tendo sua compreensão composta no repertório cultural de seu grupo.



Figura 92: Feirante preparando sacolas para venda de maracujás. (Uso das mãos enquanto ferramenta consolidada na *práxis* do cotidiano da Feira Livre do Penedo).
Fonte: AUTORA, 2012.

Sem sombra de dúvidas, a configuração dos sentidos, a tonalidade e o contorno de seu desenvolvimento são de natureza não somente fisiológica, mas também social, onde a cada instante são decodificados sensorialmente no mundo e transformados em informações visuais, auditivas, olfativas, táteis ou gustativas. Assim, considera-se que *certos sinais corporais escapam totalmente ao controle da vontade ou da consciência, mas nem por isso perdem sua dimensão social e cultural* (LE BRETON, 2007, p.55).

Aceitando essa condição limitante, a sociologia do corpo aponta a importância da relação com o outro enquanto fator social para a formação da Corporeidade. Constata de forma irrestrita a influência dos pertencimentos culturais

³⁹ Como mencionado na citação anterior, o corpo como meio de comunicação não verbal agrega aos gestos e comportamentos significados reconhecidos e apropriados a um grupo.

e sociais ao elaborar sua relação com o corpo, contudo não desconhece a adaptabilidade que permite a integração de sujeitos de outras sociedades. Concebe que se a Corporeidade é *matéria de símbolo, ela não é uma fatalidade que o homem deve assumir e cujas manifestações ocorrem sem que ele nada possa fazer. Ao contrário, o corpo é objeto de uma construção social e cultural* (Ibid, 2007, p.65).

O conceito de corpo, de acordo com Bolsanello (2005), enquanto experiência, toma forma, em paralelo, às concepções contemporâneas de “body builder”, “corpo objeto”, “corpo máquina”, “corpo cibernético”, “corpo biomédico” e emerge de uma mudança de paradigma no mundo das ciências e do aprofundamento dos questionamentos epistemológicos anunciados pela Fenomenologia. A experiência humana e a subjetividade deixam o *status* de “simples opinião” e passam a ser validadas como fonte de conhecimento.

Com esse pressuposto, sob o viés apresentado pela *Corpografia*, ao considerar que por Corpografia consiste em um termo usado inicialmente pelo arquiteto urbanista Alain Guez e apresentado por Paola Berenstein Jacques em 2006, para designar um tipo de registro da cidade no corpo de seus habitantes, e através dele é possível formular o resultado da experiência espaço-temporal que o corpo processa, relacionando-se com tudo o que faz parte do seu ambiente de existência: outros corpos, objetos e lugares.

Britto (2010) interpreta a cidade como um conjunto de condicionantes dessa dinâmica; sendo o ambiente — no caso, o urbano — um campo de processos onde se instauram ações interativas para produzir relações corporais com o meio. Partindo desse entendimento, o autor coloca que as Corpografias

permitem tanto compreender as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência de espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias espacializadas dos corpos que as experimentaram. Elas expressam o modo particular de cada corpo conduzir a tessitura de sua rede de referências informativas, a partir das quais o seu relacionamento com o ambiente pode instaurar novas sínteses de sentido ou, coerências (BRITTO, 2010, p.15).

Em Britto e Jacques (2008), temos a Corpografia como uma cartografia que parte da hipótese em que a experiência urbana fica inscrita no próprio corpo daquele

que a experimenta, e, dessa forma, também o define ao pressupor a relação entre a cidade e o corpo. O corpo faz uma leitura da cidade como um conjunto de condições interativas, sendo sua síntese expressa em sua corporalidade sob a denominação de uma Corpografia urbana. Elas revelam ou denunciam o projeto urbano tradicional excludente que não alcança as peculiaridades das práticas cotidianas do espaço vivido e suas diversas apropriações.

Ao escolher a Corporeidade como “um estado de corpo” fenomenológico para a atividade perceptiva, intenciona-se que o feirante possa traduzir, pela sua percepção, o seu modo de apropriação e pertencimento. A escolha do feirante como usuário do *locus* para obter a Corpografia foi preferencial, tendo em vista os aspectos que o relacionam cotidianamente com o meio – Centro Histórico e a *práxis* do comércio informal. Objetiva-se captar a apropriação física relacionada a alguma ressonância com dimensão simbólica que possa respaldar o senso de valorização no lugar.

Ainda segundo De Certeau (1994), são os “praticantes” ordinários da cidade, os andantes que apreendem um saber subjetivo, lúdico e amoroso além do visível.

[...] Esses praticantes brincam com os espaços que não são vistos; eles têm um conhecimento tão cego do espaço quanto no *corpo a corpo amoroso*. Os caminhos que aparecem nesses encontros, poesias tiradas de cada corpo é um elemento assinado entre vários outros, que escapam a lisibilidade [...] (DE CERTEAU, 1994, p.119).

Para o errante⁴⁰, os outros sentidos é que são despertados pela experiência, e o corpo é que faz a sua leitura, sua *Corpografia*. O registro da ambiência adquire uma condição de “memória urbana” impregnada no corpo mediante cheiros, gostos e demais complexidades de sensações. Coloca-se a Corporeidade como instrumento entre o meio físico ou social que circunda o sujeito, sendo o corpo mediador dessa vivência.

⁴⁰ Estabelecido no contexto como sujeito que transita, que é passante, mas que concebe as mesmas percepções que os “praticantes” de De Certeau. Considera-se um contraponto para a execução do percurso sensorial concebendo a Corpografia dos feirantes no capítulo 3. A errância, segundo o autor, é compreendida como um modo de experienciar os espaços.

É interessante salientar que são os *praticantes*, que De Certeau cita, que validam a apropriação e pertencimento do espaço. A relação dos usuários do espaço é alterada pelo ritmo alucinante do *viver* da contemporaneidade. A errância nas cidades é uma proposta de ação oposta às ações automatizadas do cotidiano. Na verdade, é um movimento de lentidão, de perder-se, onde a troca do corpo físico com o meio pressupõe uma *incorporação*.

[...] A contaminação corporal leva a uma incorporação, ou seja, uma ação imanente ligada à materialidade física, corporal, que contrasta com uma pretensa busca contemporânea do virtual, imaterial, incorporeal [...] (DE CERTEAU, 1994, p.21).



Figura 93: Detalhe do movimento da Feira Livre do Penedo, com consumidores transitando entre os modos de venda adaptados em carrinhos de mão. Fonte: AUTORA, 2012.

Pretende-se, amparados por esses subsídios da teoria fenomenológica, obter uma apreensão do cotidiano relacionando os aspectos físicos traduzidos pela Corporeidade dos feirantes da Feira Livre e entorno edificado⁴¹ do Centro Histórico do Penedo, a fim de reafirmar ou não sua ligação intrínseca.

⁴¹ Reconhecido e classificado institucionalmente como Patrimônio Histórico Tombado.

3.1.2. Trocas entre feirantes e entorno edificado

Ao iniciar as análises dos dados coletados, subsidiaram-se as considerações feitas sobre a apropriação espacial, as multiplicidades de usos e os apelos de venda, entretanto, também permitiram a ampliação do olhar sobre o entorno. Partiu-se da premissa de conceber o Centro Histórico enquanto objeto artístico consolidado, o que implica analisar as imagens que ele evoca e perceber que tal representação — manifestada sobre os mais variados suportes, pictóricos e descritivos — suscita impressões subjetivas do real, mas que permite ter um contato mais amplo e multifacetado da realidade.

Na contemporaneidade, os lugares com significância cultural têm sofrido uma crescente descaracterização, ora em decorrência de uma “modernização” dos equipamentos e mobiliários urbanos⁴², ora pelo processo de *espetacularização* das cidades no intuito de realçar os aspectos visuais que correspondam aos anseios do turismo, abalando sua identidade cultural própria. Consoante Macêdo (2005), tal efeito se consolida em descaracterização, traduzida em poluição visual que ocasiona deterioração dos espaços, impedindo ou dificultando a percepção do centro histórico pela população, por exemplo: a utilização de cores e materiais distintos, o uso de marquises, letreiros e elementos chamativos na fachada⁴³, a desordenação de elementos presentes na paisagem⁴⁴, espaços públicos abandonados ou relegados, entre outros.

No caso específico do conjunto edificado no Centro Histórico do Penedo, registra-se o uso predominante da parte baixa da cidade como área de comércio. Fato que contribuiu para uma crescente descaracterização arquitetônica, visto que os estabelecimentos comerciais se utilizam, indiscriminadamente, de marquises, toldos, letreiros e elementos de propaganda nas fachadas dos prédios. De um modo geral, produzem um efeito degradativo à estética original, sobretudo quanto à aplicação de cores vibrantes, tintas e revestimentos inadequados. Macêdo (2005)

⁴² Cabos e posteamentos de rede elétrica, cabos de telefonia, antenas de tv, etc.

⁴³ Além da questão estética, essas soluções costumam agravar os problemas físicos dos edifícios, ou por escondê-los atrás das marquises, ou pelo uso de materiais inadequados como cerâmica, cimento, tintas plásticas, etc.

⁴⁴ Placas de logradouros, placas de trânsito, bancas, cabines telefônicas, etc.

ainda relaciona os esquemas de comunicação visual dos estabelecimentos comerciais como outro aspecto que compromete a historicidade e a leitura tipológica do edifício.



Figuras 94 e 95: Detalhe dos revestimentos cerâmicos nas alterações de fachadas e acréscimo de platibandas para comunicação visual dos estabelecimentos comerciais. Fonte: AUTORA, 2012.

Contudo, mesmo com tais fatores elencados, o Centro Histórico do Penedo, no perímetro de entorno da Feira Livre, se caracteriza pela harmonia do gabarito das edificações, com a predominância tipológica do pavimento térreo.



Figuras 96 e 97: Amostra da característica predominante da tipologia das edificações de pavimento térreo nos arruamentos em que a Feira Livre se estabelece. Fonte: AUTORA, 2012.

Tal característica é amparada pela Lei Municipal nº 83 de 28 de abril de 1920, documento referencial para composição de análise do estado do acervo arquitetônico, face aos tombamentos posteriores nos anos de 1980⁴⁵ que cita:

4°. Nenhuma casa será edificada ou reedificada sem que tenha **a altura de 4 metros de soleira ou architrave, portas de 3 metros e 20ctm sobre 1 metro e 10 ctm, e janellas de 2m e 20ctm sobre 1 metro e 10ctm** e que seja servida de encanamentos conductores das águas pluvias, que despejam ao nível do calçamento ou do solo e tenham as **frentes encimadas por platibandas.**

§1 Compreende-se por **reedificação** qualquer serviço feito na **frente** de qualquer prédio.

5° Os sobrados no mesmo caso deverão ter altura de 9 metros.

9° Os proprietários de casas que não estiverem construídas dentro do estabelecido nos artigos 4 e 9 situadas em ruas, praças e avenidas onde estejam sendo feitos ou venham-se a fazer-se melhoramentos materiais, taes como calçamentos, reforma de calçamentos, ajardinamentos etc. serão obrigados a reformarem as frentes dos seus prédios no prazo de 60 dias.

11° É vedada a edificação ou reedificação de casas, sobrados e muros em lugares que **impeçam** o desenvolvimento das ruas ou **embellezamento** das avenidas e praças.

14° O proprietário de qualquer prédio ou sobrado que ameaçar ruína, depois de intimado pelo fiscal, será obrigado a começar a demoli-lo dentro de 24 horas e terminará a demolição dentro do prazo marcado pela Intendencia. (grifo nosso).

Os documentos usados como subsídios para análise cobrem o período referente ao apogeu econômico da cidade — do final do século XIX a meados de 1980 — e por esses pressupostos colocam-se os parâmetros de valoração do acervo arquitetônico e ações degradativas com interferência direta ou indireta da manifestação da Feira Livre. Deparam-se os aspectos subjetivos no instrumento legal que dão margem à ocorrência de descaracterizações, quando apenas estabelecem padrões de aberturas, sem fazer consideração à composição estética. As leis de Tombamentos Federal, Estadual e Municipal da década de 1980, entretanto, avaliaram as conformações históricas e artísticas, o que pressupõe que o estado conservativo já se compunha alterado nesse período — como ilustra o trecho da Lei Estadual nº 4460 de 03 de outubro de 1983, que toma a iniciativa de amparar por meio de recursos legais a cidade do Penedo.

⁴⁵ A título de esclarecimento, apenas será feito uso dos trechos relevantes das leis para elucidar a análise. Os documentos serão anexados na íntegra, após o Capítulo 4.

Contudo, apenas no Decreto nº 29.595 de 08 de março de 1986, fica estabelecido o Polígono de Tombamento Estadual, assim constando na Resolução do Conselho Estadual de Cultura:

2. A delimitação da área de interesse teve como preocupação incluir não só os conjuntos arquitetônicos mais significativos, como também seu entorno, formado por colinas, áreas verdes e alagados, objetivando resguardar o acervo cultural e natural de Penedo.

4. Os bens do patrimônio público e particular situados nos limites da área tombados ficam sujeitos, no pertinente ao seu uso e gozo, às normas que dispõem sua manutenção e preservação do patrimônio histórico e artístico estabelecidas nas legislações estaduais e federal específicas.

5. Os projetos de restauração ou reforma de edificações consideradas como de valor histórico ou artístico, bem como os daquelas não classificadas como tal, observarão as diretrizes estabelecidas na Carta de Veneza de 1964, de que o Brasil é signatário.

Os trechos dos arruamentos onde se estabelece a feira, inseridos no perímetro desse Polígono de Tombamento, foram escolhidos para o percurso da Corpografia. Embora sob proteção legal, o conjunto formado pelas edificações se apresenta bastante alterado como demonstrarão as imagens que compõem a pesquisa, bem como outros tipos de degradações.



MAPA ENTORNO
s/escala

- 1. Rua Carvalho Sobrinho
- 2. Rua Dionísio Campos
- 3. Rua Sabino Romariz
- 4. Travessa Costa e Silva
- 5. Praça Costa e Silva

Figura 98: Mapa esquemático dos arruamentos em que se estabelece a feira Livre onde foram realizadas as corpografias. Fonte: AUTORA, 2012.

Rua Carvalho Sobrinho



Rua Dionísio Campos



Rua Sabino Romariz



Travessa Costa e Silva e Praça Costa e Silva



Figura 99: Imagens dos arruamentos escolhidos para a execução do percurso com suas fachadas alteradas da feição original. Fonte: AUTORA, 2012.

A ausência de registros fotográficos das ruas da feira não nos possibilitou aferir a progressão ou não da feição original dos edifícios. Contudo, essa alteração pode ter sido provocada pela atividade comercial, enfatizada pela ambiência da feira, dado o longo período em que ela migrou suas atividades para essa área, quando da implantação do Mercado Público no final do século XIX⁴⁶.



Figura 100 e 101: Detalhe do uso das edificações pelas bancas da feira como suporte de apoio.
Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 102 e 103: Resíduos de produtos comercializados na Feira do Penedo depositados nos arruamentos. Fonte: AUTORA, 2011.

⁴⁶ Embora não tenham sido encontrados registros exatos sobre a data dessa migração, os registros fotográficos de Pierre Verger de 1947 e 1951 apresentam imagens da Feira do Barro setorizada no cais do porto e os outros gêneros comercializados nas ruas internas.

Analisou-se que o recorte escolhido dos arruamentos levou em consideração essa apropriação dos feirantes ao longo do tempo nesses trechos. Os percursos foram realizados por feirantes adultos – com pelo menos dez anos de ofício de feira – mediante caminhadas que duraram de dez a quinze minutos, relatando livremente as sensações transmitidas por onde passava.



Figura 104: Trajeto completo onde se aplicou o percurso. Fonte: AUTORA, 2012.

Da Corpografia emergiram modos de fazer pelos quais os feirantes se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. Estes são comportamentos coletivos que dão visibilidade ao espaço social do grupo e a uma linguagem de troca simbólica pautada pela arte do convívio, absorvida como uma combinação de elementos cotidianos concretos e ideológicos realizados no dia a dia⁴⁷.

⁴⁷ Ao se adentrar na *práxis* do cotidiano da Feira Livre e Centro Histórico do Penedo, procurou-se relacionar o que De Certeau (2011) coloca em jogo como uma apropriação ou reapropriação e instaura um presente relativo a um momento e um lugar, pois se perceberam redes intrínsecas estabelecidas entre lugares e agentes.

A dinâmica da feira progride ao repetir o engajamento do corpo do feirante no espaço público até exercer uma apropriação. Apesar da trivialidade cotidiana, esconde-se uma complexidade enquanto prática cultural. Opta-se por considerar a feira livre como um termo médio de uma dialética entre o dentro e fora, de acordo com De Certeau (2011), ao conceber que essa tensão vai aos poucos se transmutando e tornando-se apropriação. Busca-se perceber uma analogia formal entre a feira, o entorno e essa apreensão pelos usuários.

A feira passa a ser poetizada por seus agentes e com ela está implícito o consumo do seu *locus* mediante seus aspectos formadores: trajetos cotidianos, relações de permanência, trocas e vizinhança, que somatizam um dispositivo social e cultural, segundo o qual o espaço urbano efetua-se como um lugar de reconhecimento. De Certeau (2011) discorre sobre como o corpo assume um papel primordial por meio de suas palavras e gestos que adquirem uma função simbólica capital equivalente à conveniência dos jogos de compra e venda. Os sinais escondidos no corpo emergem à superfície do rosto e das mãos e assim registram em sua “memória” seu reconhecimento.

Contudo, posteriormente, verificou-se a necessidade de ser adotada — enquanto procedimento metodológico associado às primeiras explorações da Corpografia e das entrevistas da História Oral — uma metodologia de auxílio na sistematização de todos os dados obtidos de modo mais objetivo, deixando mais claramente definidos os resultados para a análise final.

A Teoria das Classificações Múltiplas⁴⁸ por Canter, Brown e Groat (1985) foi escolhida como meio para estabelecer categorias e sistemas de classificação dos dados coletados pelos repertórios metodológicos acima descritos para assim objetivar as apreensões obtidas. Uma característica do método é a possibilidade de aplicação livre em contextos diversos em que se relacionam a análise das escolhas dos indivíduos. Tal abordagem tem o uso fortemente estendido em estudos de fenômenos específicos ao implementar o desenvolvimento de procedimentos que permitem examinar o conteúdo gerado pelas escolhas dos indivíduos, em particular, segundo Sixsmith e Murray (1991), na atribuição de qualidades dos lugares.

⁴⁸ Também conhecida como Multiple Sorting Procedure (MSP).

Também, a Teoria das Classificações Múltiplas possibilita aferir outros modos de aplicação além do verbal. Consoante Moscovici (2003), as pessoas fazem uso de imagens, valores ou símbolos para transmitir conceitos e valores pessoais no processo de avaliação. Soma-se a isto, o que Piaget (1978) reforça sobre a verbalização ser o externar dessa classificação, em que a MSP se enquadra por possibilitar o entendimento do elemento em estudo por várias categorias.

3.1.3. Primeiros procedimentos utilizados

Os passos metodológicos que constituíram a composição dos procedimentos foram coletados por meio de aspectos mnemônicos dos feirantes por meio da História Oral - embora esta tenha sido apenas parcialmente aplicada⁴⁹ -, a identificação da *práxis* consolidada do cotidiano, a partir de percepções obtidas nos percursos realizados pela Corpografia⁵⁰ nos arruamentos da Feira Livre, e que sistematizarão, a posteriori, todas as informações coletadas com o uso da Teoria das Classificações Múltiplas, como cruzamento dos dados para objetivar a análise conclusiva.

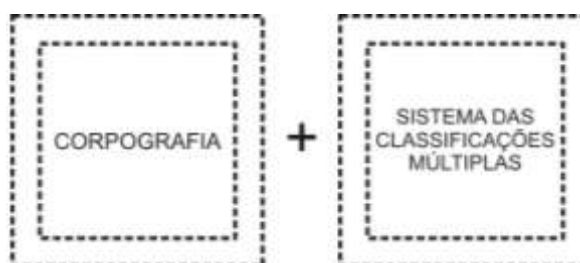


Figura 105: Esquema ilustrativo da composição dos aportes metodológicos.
Fonte: AUTORA, 2012.

Isto posto, ao ser definido o perímetro, foram traçados os parâmetros necessários para caracterização do agente escolhendo o feirante, para a participação da pesquisa de campo qualitativa, constituída por vinte e cinco entrevistas com perguntas abertas e quinze percursos cognitivos nos arruamentos em que a feira se apropria todos os dias, assim selecionadas: Rua Carvalho Sobrinho, Rua Sabino Romariz, Rua Dionísio Campos, Travessa Costa e Silva e um trecho da Praça Costa e Silva, nessa respectiva sequência de aplicação.

Conforme já ressaltado, foram extraídas das entrevistas feitas, as narrativas que corroboraram com o entendimento de aspectos diversos que envolvem a Feira Livre do Penedo, e o seu sistema peculiar de “funcionamento” tanto atual quanto no passado. Destaca-se que foram priorizados relatos sobre detalhes que implicaram

⁴⁹ Apenas foram aplicadas entrevistas como subsídio de registro da memória dos feirantes sobre as alterações ocorridas na feira e entorno.

⁵⁰ Corpografia aqui aplicada como método instrumental pela autora para captação da percepção sensorial dos feirantes sobre as edificações que circundam a Feira Livre.

diretamente na otimização das vendas dos produtos no contexto coletivo e no seu modo de apropriação no espaço urbano.

No roteiro de entrevista elaborado, as perguntas transitavam em arguir sobre a referência pessoal do feirante com o local: cidade de origem, tempo em que frequenta a feira, familiares ou conhecidos feirantes; percepção sobre a dinâmica da feira ao longo do tempo: diferenças entre a feira atual e do passado, mudanças que podem ou não ser feitas; percepções sobre as sensações transmitidas no lugar: confortos e desconfortos de modo geral; sua apreensão sobre o entorno edificado: seu envolvimento não só em usufruir do local, mas em se responsabilizar pela sua manutenção e sua desaprovação com as propostas de mudanças do espaço físico recorrente.

De fato, foram relatados reflexos de negação às medidas da municipalidade que alteraram a localização já consolidada tradicionalmente pelos feirantes, e que depois de realizadas as restaurações nos edifícios do Mercado Público e Pavilhão da Farinha, os arruamentos laterais — trecho da Rua Dionísio Campos e Rua Carvalho Sobrinho — onde alguns feirantes comercializavam ficaram desocupados; o poder público não autorizou a volta da feira nesses locais. Deduz-se que a intenção era evitar atitudes degradativas, que poderiam ser ocasionadas pelos feirantes. Contudo, observou-se, pela diminuição do movimento da feira, que essa estratégia estava enfraquecendo o seu comércio.

Permeia-se um desagrado constante nas falas, pausadas por sentimentos de frustração.

[...] Era uma coisa pra gente que tinha tradição. A gente saía de casa feliz da vida. Minha mãe tinha isso antes de eu ter nascido e depois passou pra mim. Faz bem uns 45 anos [...].

[...] Pois assim, 'nós vivia' num setor. O setor ali da rua do Teatro. Eu nasci lá, ajudando a minha mãe. A feira da minha mãe no caso. Hoje tiraram a gente daquele setor dizendo que não pode mais aquilo outro. Toda a vida pôde. Tenho 37 anos hoje, nasci lá ajudando ela. Hoje, jogaram a gente num lugar que significa uma favela. Pra gente que vivia lá, aqui hoje é uma favela. Então, todo mundo ficou revoltado com isso aí, todo mundo. Eles garantem que 'vamo' sair pra um local melhor e não faz. Só fica prometendo aquilo outro. Hoje nós 'tamo' no pior local da cidade do Penedo, é aqui 'pros' feirante. Pra todos, não é só pra mim, certeza. (Relato parcial do Entrevistado 1, 2012).



Figura 106: Rua Carvalho Sobrinho, entre o Mercado Público e o Teatro Sete de Setembro onde anteriormente às intervenções eram ocupadas pelas bancas da feira.
Fonte: AUTORA, 2012.

A feira, mesmo composta pelo atributo da dinâmica, implicitamente é regida por um ordenamento interno que mantém um funcionamento que procura atender a gama de produtos ofertados. Nos relatos obtidos, fica claro que uma interferência “externa”⁵¹ nessa ordem afeta o grupo dos feirantes.

A Feira do Peixe era aqui ao lado. A farinha de lado, ‘pertinho’. As verduras também e a carne. Tudo era ‘pertinho’. Tudo era bem organizado. Hoje tá o peixe muito distante, a verdura tá espalhada. A carne tá também espalhada por aí. Tá tudo diferente. [...]

O Mercado Público, o Mercado da Carne. A Feira Livre tem que tá sempre organizada, ‘direitinha’, no mesmo canto de sempre. Tudo ‘pertinho’, não pode ser mudado. A farinha distante, o peixe. Ah ‘como é que se diz’, a carne, tudo tem que tá ‘juntinho’ [...] (Relato parcial do Entrevistado 2, 2012).

⁵¹ Contextualizada como uma interferência imposta, sem a lógica comercial inerente aos próprios feirantes.



Figura 107: Não existe mais a Rua da Feira do Peixe, por conta disso carros de mão são adaptados como suporte para a venda de pescados.
Fonte: AUTORA, 2012.

Outros relatos ratificam que as mudanças afetaram diretamente o movimento da feira e, conseqüentemente, a economia dos feirantes.

[...] Muito, muito diferente! Antes a feira era bem melhor né?! A 'gente dava' pra sobreviver tranquilo e ainda fazer uma economia. E hoje a gente nem tá dando pra sobreviver direito. Depois dessa mudança do Pavilhão [e do Mercado] pra aqui, é que piorou tudo. É a gente devendo, devendo, devendo e a gente não sabe como vai sair dos débito [...] (Relato parcial do Entrevistado 4, 2012).



Figura 108: Galpão adaptado para abrigar os comerciantes de carnes que ficavam no Mercado Público, embora situado na Rua Sabino Romariz – um dos arruamentos da feira –, pelo seu deslocamento rompeu a logística com a farinha e demais produtos. Fonte: AUTORA, 2012.

[...] Queremos mesmo é ter espaço para trabalhar. Até mesmo como antes. É que aqui a Feira Livre, não entendo bem muito, mas é uma feira muito

antiga, não tem pra que mudar e sim padronizar. Padronizar né?! O que não pode ficar é essas bancas assim feia né?!. Até pra quando *chegar* as pessoas aqui nos visitar, vê uma desorganização dessa. [...] (Relato parcial do Entrevistado 5, 2012).



Figura 109: Precariedade da estrutura da cobertura de algumas bancas, que em alguns casos só possuem uma lona de cobertura. Fonte: AUTORA, 2012.

As respostas coletadas denotaram a fragilidade sobre o estado atual em que se encontra a comercialização da feira. Algumas pontuam a importância histórica da manifestação, tal como a necessidade de sua manutenção enquanto fluxo econômico para a cidade.

Procurou-se, nas entrevistas, aferir a prospecção das relações dos agentes com o lugar ao selecionar feirantes que atendiam ao perfil de pelo menos dez anos de prática de feira no local, independente do grau de escolaridade e gênero. Tal recorte intencionou analisar as relações de pertencimento e a prática incorporada pelo cotidiano nas percepções traduzidas pela Corpografia.

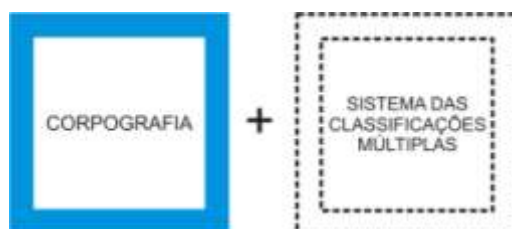


Figura 110: Esquema ilustrativo da 1ª fase da aplicação dos métodos onde se agrega a Corpografia como aporte metodológico ascendente. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 112: Registro em forma de diário de bordo na etapa “fazer o corpo” produzido pela pesquisadora. Fonte: AUTORA, 2012.

Na segunda fase, denominada “**ganhar o corpo**”, conceberam-se as observações registradas pelo corpo — por assim dizer incorporadas — ao serem sistematizados os registros aos sentidos como testes na relação entre o corpo e a espacialidade. Foram transferidas as informações gravadas em áudio e ao relacioná-las aos arruamentos percorridos, adotaram-se diferentes cores associadas às sensações obtidas. Pretendeu-se, com isso, registrar os meios de consciência da ambiência urbana no percurso transcrito, bem como ajudar a expor uma verbalização de implicações que possam estar implícitas no cotidiano.

No “**dar o corpo**”, última fase, buscou-se a implementação do registro do corpo envolvendo a criação de linguagens e de instrumentos narrativos específicos, numa tentativa de criar meios para traduzir a dimensão corporal da experiência urbana ordinária ao gerar mapas cartográficos ou outros recursos. Resultaram variados registros de apreensões cognitivas nos trechos dos arruamentos, citados anteriormente, que direta ou indiretamente se relacionam com o estado degradativo do lugar, - O Centro Histórico do Penedo, nos perímetros de ocupação da Feira Livre.

É válido observar que esse sistema de investigação — Corpografia — já se encontra em experiências pelo Laboratório Corpocidade da UFBA desde 2006 e fez parte do Programa de Pesquisa Interdisciplinar Cidade Meio Ambiente do CNRS – MEEDDM entre Brasil, França e Canadá⁵².

As experiências do Corpocidade têm por objetivo promover uma ampla discussão acerca das diferentes relações possíveis entre corpo e cidade buscando exemplificar, por meio desse tema, a multiplicidade e complexidade do campo da Estética Urbana. A proposta colocada em prática, desde então, é de se criar numa dinâmica laboratorial de experimentação de hipóteses acerca dos modos como se articulam essas noções de Corpo e Cidade em diferentes campos do conhecimento e, em particular, nos campos das artes visuais, dança, arquitetura e urbanismo, tomando o evento *Corpocidade: debates em estética urbana 1*, como princípio organizador dos trabalhos, onde buscava-se uma construção coletiva por meio de laboratórios e de outros agenciamentos teóricos possíveis.

A essa altura, toma-se como importante detalhar o prosseguimento dos percursos e sua análise para a composição da Corpografia dos feirantes nos trechos dos arruamentos escolhidos.

⁵² Porém, por seu caráter ainda experimental, houve o entendimento de que seria necessário associá-lo a outro método escolhido, a Teoria das Classificações Múltiplas (MSP), conforme já citado a ser apresentado, detalhadamente mais adiante. Também foram encontrados, na Base de Pesquisa BACOR/UFRN (2009), estudos para a construção e aplicação do método corpográfico de investigação e de intervenção, estruturados nos conceitos da Psicanálise com Freud, Reich, Lowen, Pierrakos, entre outros. Embora, neste campo de estudos, mais voltado para a área de Educação Física.



Trecho 1 - Rua Carvalho Sobrinho

Lado A



Lado B



Panorâmica da rua



Trecho 2 - Rua Sabino Romariz - 1o segmento

Lado A



Lado B



Panorâmica da rua

Figura 113-A: Percurso aplicado com os feirantes nos arruamentos rua Carvalho Sobrinho e Sabino Romariz. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 113-B: Percurso aplicado com os feirantes apenas na rua Sabino Romariz. Fonte: AUTORA, 2012



Figura 113-C: Percurso aplicado com os feirantes no arruamento da Dionísio Campos. Fonte: AUTORA, 2012



Figura 113-D: Percurso aplicado com os feirantes nos arruamentos da praça e travessa Costa e Silva. Fonte: AUTORA, 2012.

A Corpografia apresenta os pontos de desconforto e demais observações a seguir; culminando no mapa consolidado das sensações dos feirantes, que se assemelham às sensações obtidas, preliminarmente, do projeto piloto. Concebe-se que a Corpografia dos feirantes da Feira Livre do Penedo adquire um novo aspecto ao traçado urbano, pleno em referências não apenas corporais, sensoriais, mas imbuído de uma memória afetiva coletiva, refletida na fala coletada nas entrevistas.



Figura 114: Registro da apreensão das sensações dos feirantes no percurso para a Corpografia na feira. Fonte: AUTORA, 2012.



Figura 115: Síntese das sensações abstraídas pelos feirantes para a elaboração da corpografia.
Fonte: AUTORA, 2012.

Tais informações forneceram subsídios para alcançar uma explanação quase conclusiva; contudo aplicou-se mais uma metodologia associada enquanto instrumento de fechamento, objetivando-se a otimização dos resultados.

3.2. Uma metodologia associada

Como último aporte teórico metodológico, buscou-se no Sistema de Classificações Múltiplas um processo utilizado para explorar categorias e sistemas de classificação em diversos contextos. A técnica evoluiu mediante vários estudos que se fundamentam em planejar o esclarecimento do sistema de “construtos” das pessoas, a significância de sua compreensão do mundo. O processo permite uma exploração flexível de sistemas de conceituações no que concerne ao indivíduo ou ao grupo. Nesta discussão da natureza e organização dos sistemas de conceituações das pessoas, é importante enfatizar que deve ser feita uma separação entre os processos de categorização subjacentes e as explicações “ordinárias” que as pessoas dão para as suas ações, de acordo com os argumentos encontrados em Brown, Canter, Groat (1985). Ilustrou-se, assim, a composição final das metodologias aplicadas:



Figura 116: Esquema ilustrativo da composição final dos aportes metodológicos aplicados no estudo em questão com os 2 métodos consolidados. Fonte: AUTORA, 2012.

Os estudos dos sistemas pessoais de classificação e de explicações fazem parte de uma apreensão psicológica que enfatiza o entendimento do indivíduo ao lidar com o mundo e sua consciência do mesmo. Entretanto, eles evidenciam aspectos diferentes das conceituações das pessoas que são, conseqüentemente, parte de sua relevância particular dentro da pesquisa.

Nas palavras de Canter, Brown e Groat (1985:03) “... trabalhar diretamente com indivíduos nas suas próprias condições, respeitando as suas habilidades para formular modos de pensar sobre o mundo e a sua experiência nele” contrasta com o uso de questionários “standard” ou de processos de entrevistas estruturados. Nestes o pesquisador formula concepções sobre o que o respondente desejará comentar, e assim

conferem a extensão na qual o respondente endossará as especulações do experimento. (FIGUEIREDO, 2001, p.66).

Baseados em tais pressupostos a Teoria das Classificações Múltiplas busca explorar o conteúdo dos fenômenos. Na aplicação a este estudo Feira Livre do Penedo, foram adotadas três etapas de procedimentos: a primeira relaciona a apropriação da feira no espaço urbano com o entorno edificado, alocados em mapas; a segunda etapa associa o tempo de ofício de feirante e seu local de apropriação de venda; e a terceira e última etapa busca relacionar pontos positivos e negativos apreendidos pelos feirantes por mudanças ocorridas no espaço físico de sua abrangência que afetaram direta ou indiretamente a manifestação da Feira Livre. A partir desse entendimento temos:

- Procedimento 1: *associação livre* — fundamentam-se questões abertas — também utilizadas pelas entrevistas da História Oral — em que se permite tomar qualquer direção de resposta. Ao estimular os entrevistados a vários elementos relevantes ao objeto de pesquisa, apresentam-se os subsídios para formular as categorias significativas pelo viés dos próprios feirantes. A entrevista foi composta de vinte e duas questões em que se buscou coletar opiniões acerca do tempo de ofício do feirante, percepção sobre as mudanças ocorridas no espaço apropriado da feira e do seu entorno. Como demonstra o modelo abaixo:

Sobre o feirante e a Feira Livre:

1. De qual cidade você é?
2. Você frequenta a feira? Há quanto tempo? Por quê?
3. Faz tempo que frequenta a feira? Se sim, há quanto tempo?
4. Tem algum trabalho na feira? Se sim, qual? Como foi feita a escolha da atividade?
5. Tem familiares ou conhecidos feirantes?
6. A feira hoje é diferente de antes? Se sim, como?
7. Poderia descrever a feira no passado? E hoje?
8. Para você o que não pode ser mudado na feira?
9. Alguma coisa poderia ser mudada na feira? Por quê?

Sobre as sensações da feira:

10. Do que você mais gosta aqui? E do que menos gosta? Por quê?
11. O local da feira trás sensações boas? Ou ruins? Quais? Por quê?

12. Acha que a feira suja as ruas? Se sim, por quê? Teria algum programa para resolver o problema? Existe associação dos feirantes? Quem o coordena?
13. E o que você faria para resolver isso?
14. Algum cheiro ou imagem lembram-no da feira?
15. Sente algum incômodo ou desconforto em algum lugar daqui?
16. Onde se sente bem (no local de trabalho)?

Sobre o Centro Histórico do Penedo:

17. O que acha das casas antigas próximas à feira?
18. Lembra-se de alguma mudança nessas casas antigas nas ruas da feira?
19. Tem alguma recordação desse lugar?
20. Gostaria de ver as casas antigas pintadas e limpas? Por quê?
21. Acha importante cuidar da cidade? De que forma e por quê?
22. Como você cuidaria? Você tem possibilidades de cuidar da cidade? De que forma?

Foram realizadas vinte e cinco entrevistas (25) e compostas quinze (15) Corpografias, tendo como caracterização feirantes com dez (10) anos ou mais de prática de feira no local, e adultos com mais de trinta anos, de ambos os sexos. Foram selecionados por segmento do produto comercializado: farinha/grãos, roupas, frutas/verduras, temperos e miudezas, carnes e artigos diversos como DVDs, CDs. O tempo médio de duração da entrevista foi de quinze minutos. O quadro abaixo apresenta a composição da amostragem dos entrevistados:

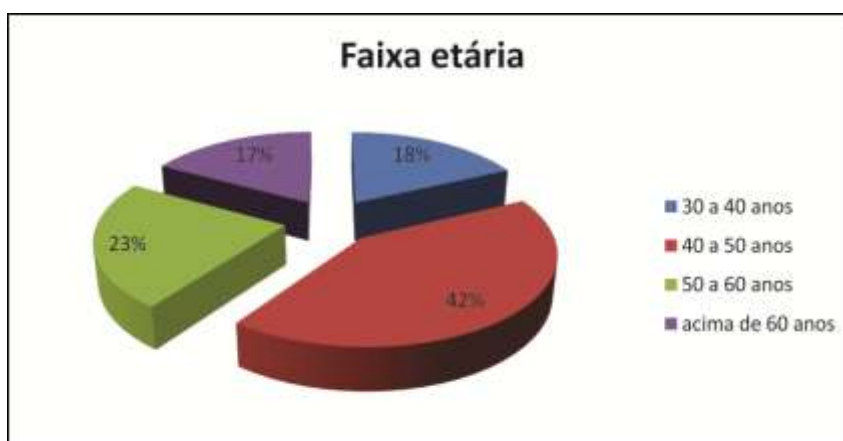


Figura 117: Gráfico da faixa etária dos entrevistados. Fonte: AUTORA, 2012.

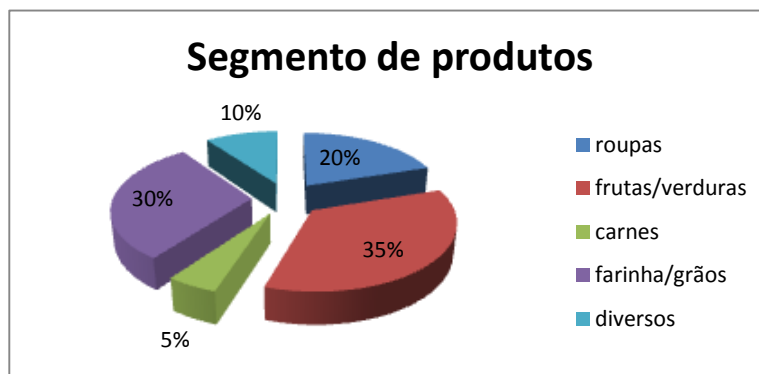


Figura 118: Gráfico do segmentos dos produtos comercializados pelos feirantes entrevistados. Fonte: AUTORA, 2012.

- Procedimento 2: utilizam-se as apreensões obtidas na caminhada urbana que formaram a Corpografia, por intermédio do percurso sensorial dos feirantes nos trechos em que a feira se apropria em todos os dias. O trecho a ser explorado foi determinado pelo pesquisador, destaca-se nesse recorte o entorno das edificações históricas e de ancoragem da feira — o Mercado Público e o Pavilhão da Farinha. Busca-se apreender a postura dos feirantes diante das alterações na ocupação espacial e das intervenções restaurativas concomitantes nesse período. A soma dos dois procedimentos visando uma investigação perceptiva possuiu um caráter experimental pelo fato de não ser conhecida a sua aplicação conjunta, mas que atende às expectativas almejadas no objeto em estudo. Apreendeu-se nesse procedimento a opinião dos feirantes sobre os trechos do percurso por meio das sensações:

- (1) Muito agradável;
- (2) Mais ou menos agradável;
- (3) Pouco agradável;
- (4) Não tem opinião.

Obtivemos as sensações em percentuais da seguinte forma: **55%** dos feirantes que fizeram a atividade consideraram os arruamentos do percurso **mais ou menos agradável**; **25%** apontaram o percurso como **pouco agradável**; **15%**

acharam **muito agradável** e **5%** não manifestaram a opinião. Resultando no gráfico abaixo:

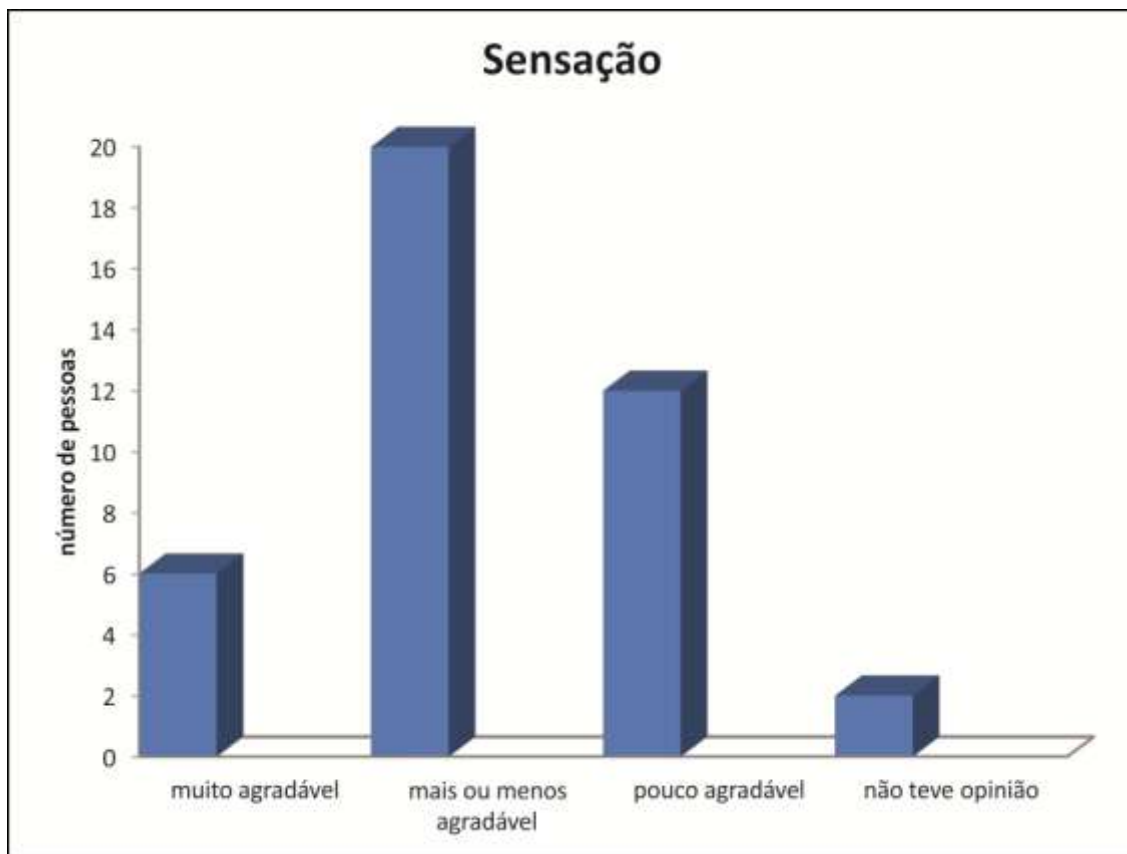


Figura 119: Gráfico das sensações obtidas pela amostragem.
Fonte: AUTORA, 2012.

Apresentam-se também as apreensões expressadas pela Corpografia nos recortes dos arruamentos determinados pelo projeto piloto. Segue-se, então, como os feirantes percebem os trechos na sequência em que foram realizados.

Na Rua Carvalho Sobrinho, **45%** classificaram o **vazio** como aspecto preponderante, seguido por **30%** que acharam o local **abandonado**, **15%** observaram a **tranquilidade** e **10%** consideraram-na uma rua **triste**.

O gráfico a seguir ilustra essa coleta de dados:

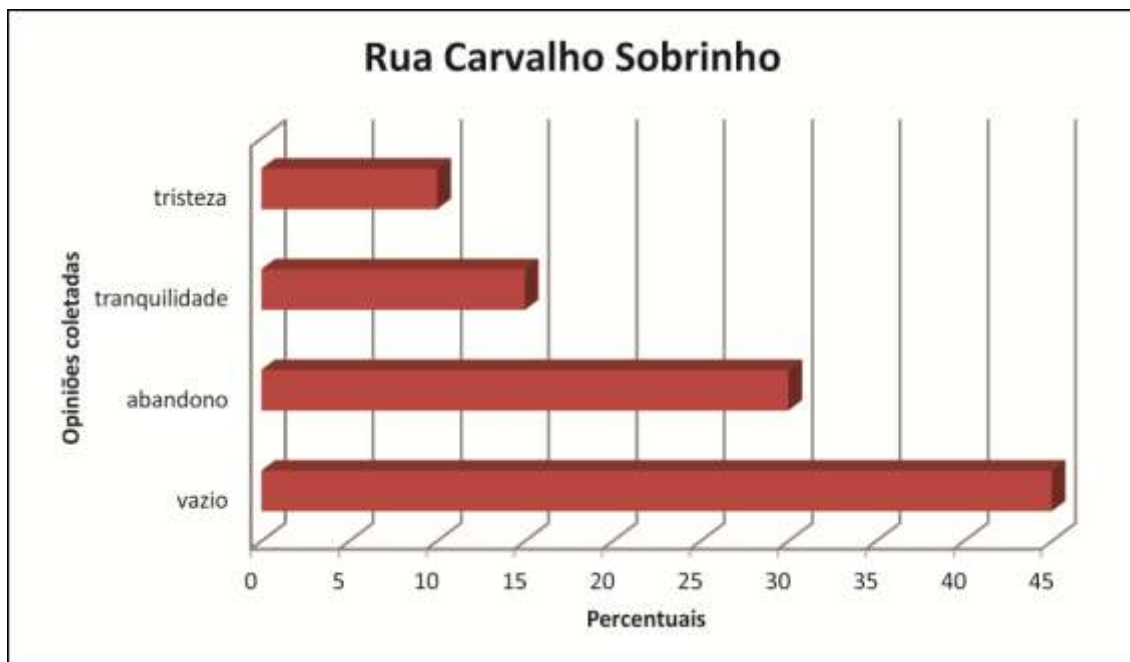


Figura 120: Gráfico das opiniões coletadas pela corpografia na Rua Carvalho Sobrinho.
Fonte: AUTORA, 2012.

Na Rua Sabino Romariz, **36%** dos feirantes destacaram a **amplitude** do lugar, enquanto **31%** consideraram mais importante a **tranquilidade**; a **alegria** foi colocada por **22%** como fator principal. O **colorido** das frutas e verduras foi observado por **11%**, como demonstra o gráfico a seguir:

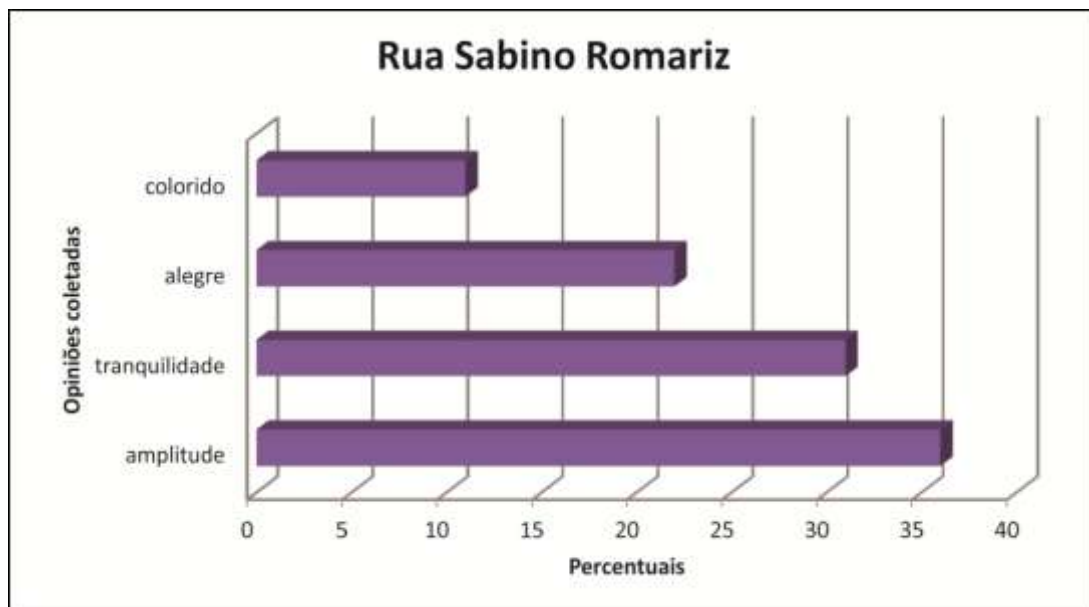


Figura 121: Gráfico das opiniões coletadas pela corpografia na Rua Sabino Romariz.
Fonte: AUTORA, 2012.

A Rua Dionísio Campos foi considerada **barulhenta** por **52%** dos consultados. Já **37%** pronunciaram o **movimento** como fator marcante, **6%** denotaram a questão do **cheiro forte** e apenas **5%** falaram sobre a rua como local **apertado**.

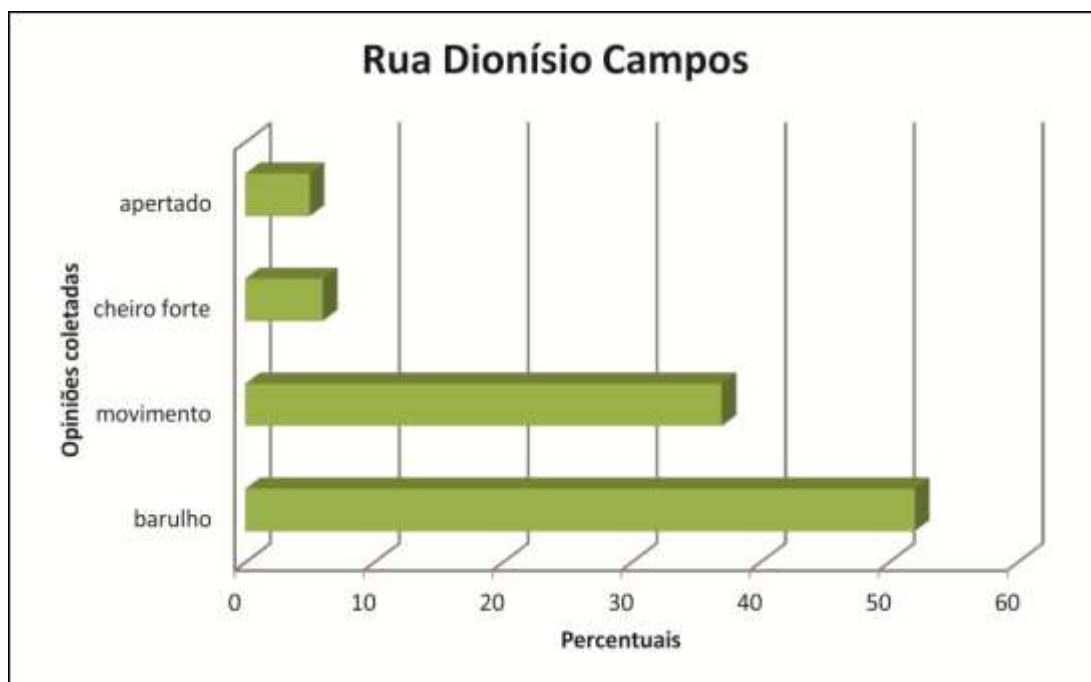


Figura 122: Gráfico das opiniões coletadas pela corpografia na Rua Dionísio Campos.
Fonte: AUTORA, 2012.

O trecho da Travessa Costa e Silva teve como maior aspecto o arruamento **abafado**, observado por **44%** dos feirantes; **30%** consideraram o trecho **apertado**; o **cheiro forte** foi apontado por **16%** e, por último, a rua foi considerada **quente** por **10%**.



Figura 123: Gráfico das opiniões coletadas pela corpografia na Travessa Costa e Silva.
Fonte: AUTORA, 2012.

O último trecho percorrido foi a Praça Costa e Silva. As observações dos feirantes conceberam o **movimento** como fator mais forte, apontando em percentuais **30%**. Não houve uma grande distância percentual entre o segundo aspecto mais apontado, a **amplitude**, com **26%**. A questão do calor na categoria **quente** teve **23%** e a aparência de **bagunçado** obteve **21%** dos comentários demonstrados no gráfico.

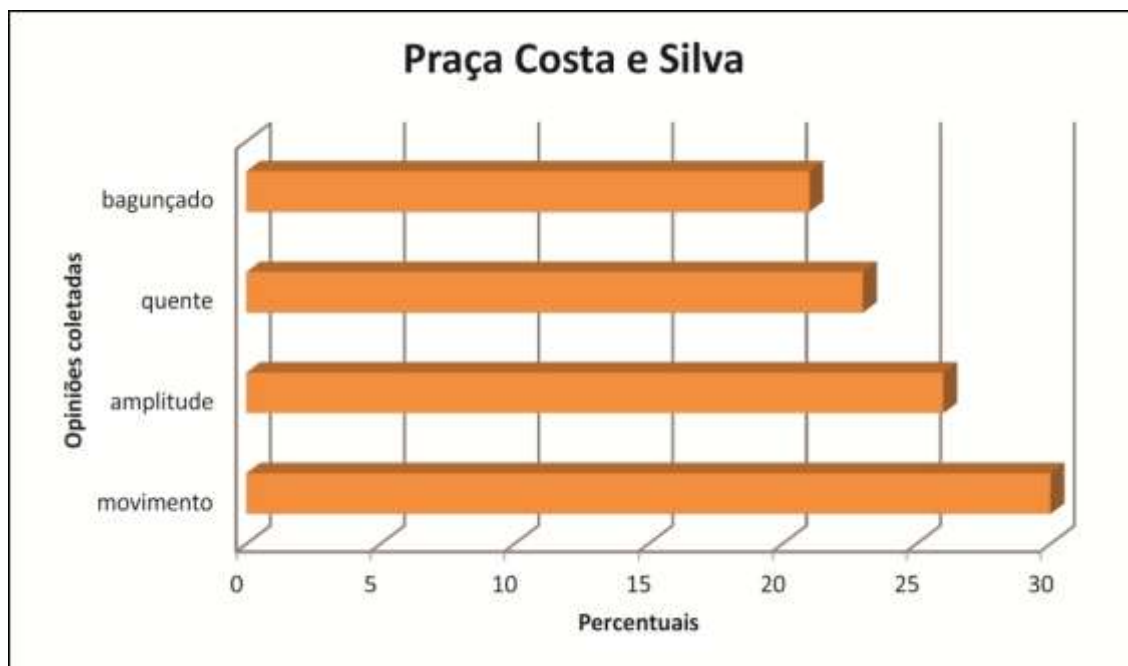


Figura 124: Gráfico das opiniões coletadas pela corpografia na Praça Costa e Silva.
FONTE: AUTORA, 2012.

Alia-se às sensações obtidas o porquê e associa-se ao lugar sua impressão. O quadro abaixo mostra os efeitos produzidos — com maior ênfase — nos feirantes e sua relação com os trechos específicos:

Lugar (trecho do arruamento)	Efeito mais importante	Sensação
1 – Rua Carvalho Sobrinho	vazio	pouco agradável
2 – Rua Dionísio Campos	barulho	Mais ou menos agradável
3 – Rua Sabino Romariz	amplitude	Muito agradável
4 – Travessa Costa e Silva	abafado	Mais ou menos agradável
5 – Praça Costa e Silva	movimento	Muito agradável

Figura 125: Tabela do cruzamento dos dados de sensações e efeitos mais evidenciados nos trechos dos arruamentos percorridos. Fonte: AUTORA, 2012.

- Procedimento 3: *associação valorativa* — desdobram-se os dados coletados pelo procedimento anterior para dar uma atribuição de valor às opiniões dos entrevistados quanto aos aspectos positivos e negativos apreendidos. Expressa a reflexão dos feirantes sobre o *locus*, apropriações e

pertencimentos verbais ou não verbais absorvidos pelas sensações corporais. Atribui-se a valoração dos aspectos positivos e negativos obtidos para a apreensão dos arruamentos.

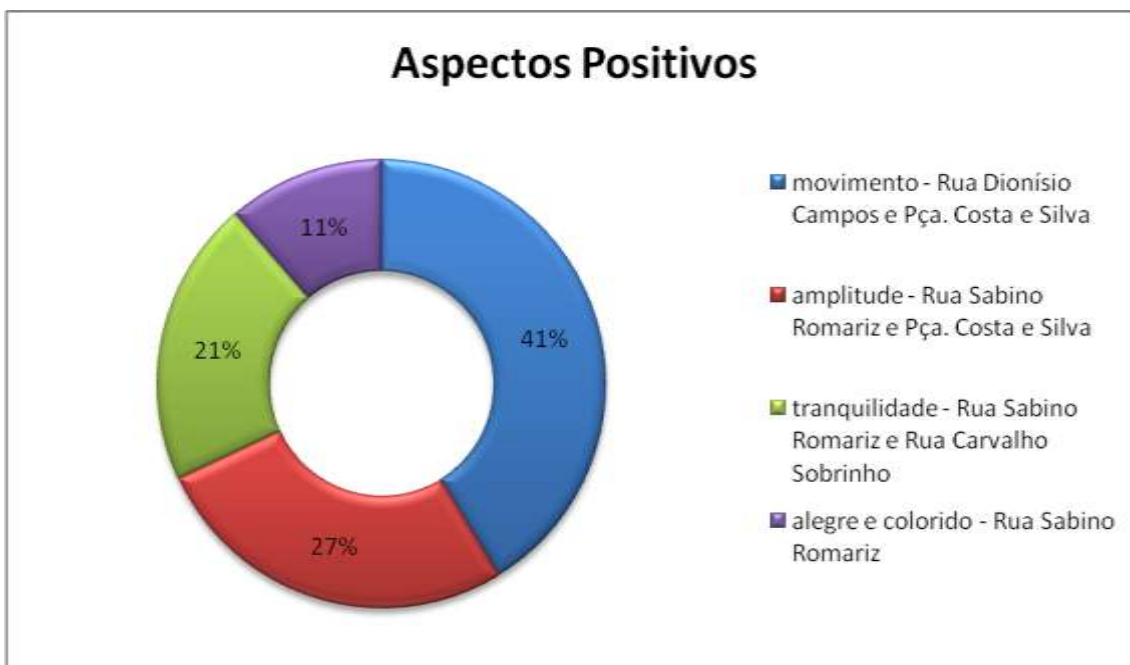


Figura 126: Gráfico dos aspectos positivos coletados nos arruamentos especificados pela pesquisa.
Fonte: AUTORA, 2012.

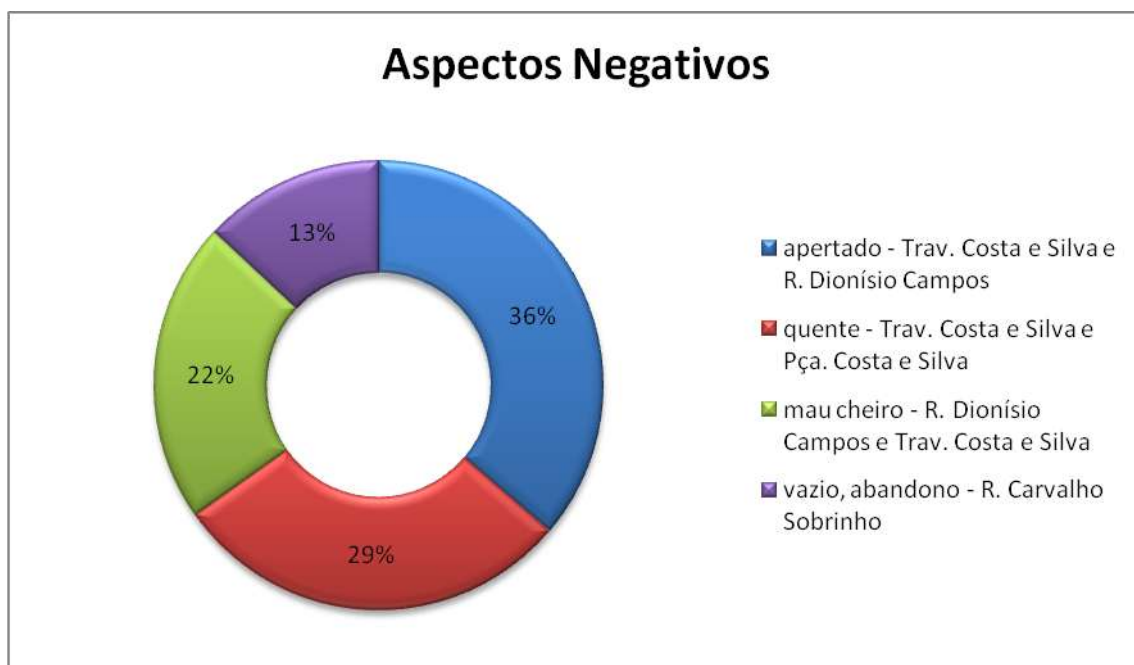


Figura 127: Demonstrativo dos aspectos negativos apresentados pelos feirantes.
Fonte: AUTORA, 2012.

O estabelecimento das categorias de análise para a investigação perceptiva surgiu dos aspectos mais enfatizados nas entrevistas pelos feirantes: estética, infraestrutura, economia, historicidade e social, que nos apresentarão os elementos como pressupostos para comprovar a hipótese da Feira Livre como agente degradativo ou não do Centro Histórico tombado. O quadro elaborado abaixo ilustra o cruzamento dos aspectos citados e os relaciona com os percentuais. Intenciona-se demonstrar que embora sejam vários os fatores, fica claro que o fator social permeado pelas amizades nutridas no lugar é o ponto positivo mais forte. Já o fator negativo mais forte apontado pelos feirantes advém do estado de manutenção em que a feira se encontra, pontuado principalmente pela sujeira.

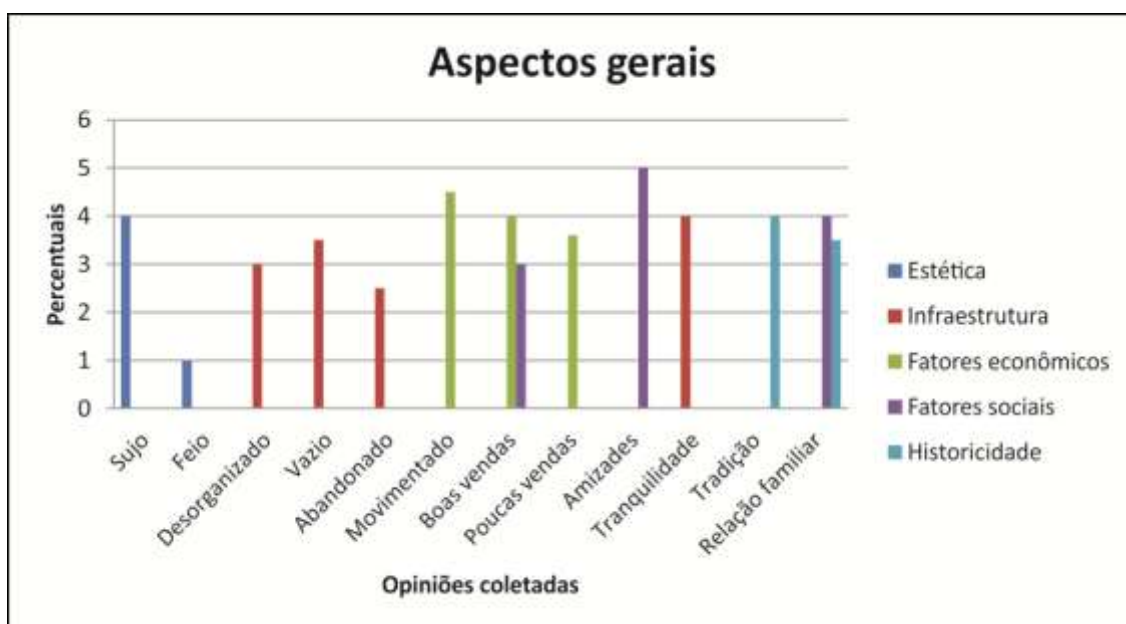


Figura 128: Conformação dos aspectos gerais da feira relatados em campo.

Fonte: AUTORA, 2012.

Confrontando-se os dados consolidados da Corpografia e do Sistema das Classificações Múltiplas, pretendeu-se, ao relacionar os aspectos coletados com os pontos de maior ou menor conservação no lugar, aferir a existência de uma associação intrínseca no estado de degradação dos arruamentos e edificações de entorno da feira. De tal modo que se apresentaram as seguintes considerações:

- Quanto à **estética**: houve uma grande percepção ao ser relatado o incômodo com os locais sujos e mal cuidados;
- Quanto à **infraestrutura**: maiores proporções de relatos ao considerar desorganizado, vazio e abandonado alguns trechos dos arruamentos da feira;
- Quanto aos **fatores econômicos**: considerado como segunda maior relevância para os feirantes ao levantarem o movimento, boas vendas ou poucas vendas;
- Quanto aos **fatores sociais**: as amizades foram colocadas como principal aspecto, apresentando maior ênfase de todos;
- Quanto à **historicidade**: a importância da tradição e da relação familiar foi o menos observado entre todos os fatores abordados.

Tais aspectos observados se direcionarão de modo conclusivo a seguir.

4. Uma visão própria do mundo

[...] A mensagem, ouvida a meias, a manchete nos jornais, a voz ao telefone, a conversa anódina, o homem ou a mulher anônimos, tudo aquilo que fala, rumoreja, passa, aflora, vem ao nosso encontro.” JULIA, D; REVEL, J.

Destaca-se em De Certeau (2011), que os processos de caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços e as trajetórias. Compara-se ao ato de falar a uma enunciação. Dessa enunciação do pedestre entende-se ser possível estabelecer uma relação do percurso, atribuindo-lhe um valor de verdade, um valor cognitivo que traduz uma percepção imbricada nas práticas sociais.

O pedestre foi configurado pelo agente feirante e dele produziram-se as Corpografias. Tais Corpografias apreendidas revelaram que os feirantes, de fato, não se apercebem das questões que remetem à valoração histórica, mas sim à conservação e/ou ação de visíveis atitudes degradativas do entorno edificado. Sua “consciência sensorial” transmite um desagrado relativo às condições de abandono e sujeira nos arruamentos que fazem um cruzamento com as informações fornecidas pelo Sistema de Classificações Múltiplas, que evidenciou os aspectos negativos salientados, como os que permeiam a estética com o estado de abandono de trechos dos arruamentos; e a infraestrutura ainda precária, com trechos de sujeira nas ruas.

Percebeu-se a existência de uma relação dos edifícios do Mercado Público e Pavilhão da Farinha com os feirantes que estavam locados em seus arredores. Principalmente, ao observar-se o enfraquecimento do movimento da feira quando tais edificações estavam fechadas durante o período de suas intervenções restaurativas.

Tal fato reflete diretamente na percepção do feirante demonstrada pela Corpografia, o que nos faz questionar se não seria esse o ponto chave do pertencimento no estudo de caso em questão, em que a hipótese da interrelação entre a manifestação da feira e seu entorno edificado seriam correspondentes.

Dialogam com a materialidade do patrimônio edificado de entorno, ao mesmo tempo em que contribuem para a continuidade da imaterialidade da *práxis* do cotidiano da feira.

Ao tratar desta *práxis*, buscou-se em De Certeau, observar que as práticas cotidianas dependem diretamente de um conjunto de fatores, procedimentos, esquemas, modos de ser balizados no processo de análise da Feira Livre do Centro Histórico do Penedo. Apreendeu-se a formalidade dessas práticas de modo descritivo, obtendo-se as variantes da apropriação espacial e suas ritualizações: apelos de venda, produtos ofertados, modos de exposições e demais trocas entre feirantes e clientes.

Constatou-se também as implicações referenciadas pela *Sociologia do Corpo* em Le Breton (2007), quanto ao se deparar com o corpo enquanto fenômeno social e cultural nas suas ações do cotidiano. Os feirantes - 'com seu modo de ver o mundo', e através dos jogos de trocas tendo o corpo como instrumento relacional, se tornam o elo de indissociabilidade do lugar.

Notou-se, contudo, que os feirantes não atentam para o seu papel de agente modificador e coresponsável para a conservação das práticas ali produzidas. Atribuem ao poder público toda a responsabilidade de manutenção do local da feira e ainda reforçam a necessidade iminente de melhorias no que tange ao fluxo econômico da cidade.

Quanto a essa questão econômica e às relações estabelecidas entre as edificações de mercados públicos e feiras livres, de acordo com Bounduki (2010), temos que o mercado na função de sistema de comércio extravasa os intercâmbios do edifício, polariza regiões e agrega tradições das quais os novos hábitos contemporâneos de compra e venda ainda não foram capazes de eliminar.

O intuito principal da criação dos mercados fechados era o controle da comercialização dos produtos. Ainda segundo Bounduki (Op. Cit.), o poder público foi incapaz de manter as imposições de limitação das áreas da atividade mercantil. Mesmo o mercado fechado separando formalmente as atividades cotidianas,

desenvolveram-se outros locais de concentração no entorno pontuados por barracas e ambulantes.

Contudo, dada à complexidade do tecido social e cultural, as intervenções em tais edifícios não se limitam apenas à sua estrutura física — valor material —, elas se relacionam, também, com a vida cotidiana de um grande número de agentes além dos feirantes, cuja vida gira em torno desses edifícios — um valor imaterial intrínseco.

Ainda do ponto de vista formal, relacionando-se os aspectos abordados por Mott (1998), ao analisar a estrutura física de uma feira, a FERIA LIVRE do Centro Histórico do Penedo, é uma feira urbana de abrangência local. E sua implantação, provavelmente, fez com que as edificações de entorno tivessem seus usos alterados de residencial para comercial, sendo esse o ponto em que se pode considerar como uma interferência indireta da feira no patrimônio edificado.

Quanto às interferências diretas, foi observado *in loco* que algumas bancas fazem uso das fachadas como suporte para afixar as cobertas, chegando até a parafusar pregos e ganchos, entre outros, além de produzirem acúmulos de sujeira nas ruas. Tais relações de contiguidade entre barracas e edifícios foram corroboradas pelas percepções da Corpografia e coincidem, de fato, com os pontos mais degradados; embora os feirantes não se considerem os agentes causadores dos danos formais.

Por fim, questiona-se: qual parâmetro valorativo deve ser priorizado? De um lado, há a manutenção da atividade comercial tradicional que mantém vivo o cotidiano da cidade, de outro, a necessidade de coibir prováveis degradações físicas ocasionadas por ela. Qual o melhor direcionamento a tomar? Seria possível que a resolução desses questionamentos tivesse mesmo que erradicar as práticas estabelecidas pela municipalidade desde o século XIX, ainda vigentes?

Longe de esgotar a discussão sobre a temática, o cotidiano urbano da Feira Livre do Centro Histórico do Penedo espelha a memória de seus feirantes ao longo dos tempos através de sua *práxis* e agrega rotineiramente em sua materialidade valores indissociados da imaterialidade, extravasados nos jogos corporais de trocas

verbais ou não verbais arraigados nos feirantes; tanto quanto na dualidade configurada de seus arruamentos e no testemunho de suas edificações. Reforça-se o aspecto de permanência do conjunto edificado do Centro Histórico com sua conformação que perdurou por meio do Tombamento, denunciando seu aspecto de continuidade no lugar.

A *priori*, a hipótese da pesquisa buscou aferir a percepção de seus agentes feirantes quanto à materialidade das edificações de entorno da feira e se haveria uma consciência quanto à degradação/conservação desse patrimônio promovida por eles próprios. Comprova-se a relevância da Feira Livre no lugar, a existência de uma interrelação entre o patrimônio edificado e manifestação da Feira, entretanto os seus agentes modificadores – os feirantes -, denotam possuir um modo próprio de pertencimento, seja pela *práxis* consolidada ao longo do tempo ou pelas relações sociais estabelecidas. Não passam pelo crivo de considerar que degradam ao sujar e usar os edifícios como suporte para suas vendas.

Entretanto, a dinâmica inerente à imaterialidade da feira perpetua as alterações dos usos, traçados dos arruamentos e das configurações formais das edificações de seu entorno. Consolidam essa “dinamização” entre a materialidade e imaterialidade, entre a feira e os “corpos” às considerações dos diversos autores consultados sobre as relações do corpo com o meio, onde *o corpo se presta a jogos de passos que moldam os espaços. Tecem os lugares e espacializam.*

5. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, I. **História de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 2000. 130p.

ARANTES, A. **O patrimônio cultural e seus usos**: a dimensão urbana. Revista *Habitus*. Goiânia. v.4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

_____. **Patrimônio Cultural**: Desafios e Perspectivas Atuais. Aula 2. Curso Patrimônio Imaterial – EAD DUO, 2007. 12p.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 110p.

AUGEL, M. P. **O desafio do Escombro: nações, identidades e pós-colonialismo na literatura de Guiné Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.183-184.

BANDEIRA, J.; LAGO, P. **Debret e o Brasil**: Obra completa 1816-1831. 2ª ed. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2008, 708p. il.

BOLSANELLO, D. **Educação somática**: o corpo enquanto experiência. Université du Québec à Montreal – Canadá. *Motriz*, Rio Claro, v.11 n.2 p. 99-106, mai./ago. 2005.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 42-53.

BOURDIER, P. **O Poder Simbólico**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.01-58.

BRITTO, F. *Co-Implicações entre corpo e cidade*. In: **Corpocidade**: debates, ações e articulações. JACQUES, P.; BRITTO, F. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2010. 396p.: il.

BRANDÃO, C. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 240p.

BRANDÃO, M. **Monografia das Alagoas**. 1936, 38p.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 13 -19 e 91-95.

_____. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007. 32 p.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA. – Vol. 1, n. 1 (2003). Salvador, FAUFBA: EDUFBA, 2003 - v. II. Semestral. Descrição baseada em: Ano VI, número especial (2008). p. 79-85.

CARMO, P. S. **Merleau-Ponty: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. 159p.

CAROATÁ, J. **Crônica do Penedo**. v.I, n. 3. Maceió: Reedições DEC – Revista do Instituto Histórico de Alagoas, s/d, p. 33-42.

CASTRIOTA, L. *Conservação e valores*. In: **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. GOMES, M.; CORRÊA, E. (Org.) Coleção Arquimemória. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-65.

COSTA, C.; CABRAL, T. (Dir.) **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió: Typographia Commercial, 1902. p. 11-48.

COSTA, C. **História das Alagoas**. v. XIII. Maceió: Reedições DEC – Revista do Instituto Histórico de Alagoas, 1928. p. 05-23.

DANTAS, C.; BARADEL, A. **Alagoas de Pierre Fatumbi Verger**. Maceió: Caleidoscópio, 2010. 128p. il.

DE CERTEAU, M. *Andando na Cidade*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 21-31.

_____. **A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011. p. 09-178.

_____. **A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996. p. 37-57 e 189-207.

FEITOZA, P. **Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível.** Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2009.

FERRETTI, S (Org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados.** São Luis: Edição UFMA; PROIN (CS), 2000. 190p.

FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1972. 582p.

FERRARE, J. **A Cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do "lugar colonial".** Dissertação de Doutorado. Porto: FAUP, 2006. 224p.

____ ET AL. **Projeto de Restauro do Sobrado dos Lessa - Centro Histórico de Penedo - AL.** Relatório de Projeto de Extensão. Maceió: UFAL, 2008. 48p.

FERLINI, V. *Folgedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos.* In: **Festas: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**, volume II/ István Jancsó, Íris Kantor (orgs.) – São Paulo: Hucitec: Ed. da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001 – (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3).

FIGUEIREDO, D. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio: O caso de Parnaíba.** Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2001, 150p. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050222135632.pdf>. Acessado em: 09 de janeiro de 2013.

FONSECA, M. **Construção das Políticas Internacionais de Referência para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Aula 3. Curso Patrimônio Imaterial – EAD DUO, 2008. 19p.

FREYRE, G.. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 3ª ed.1º Tomo. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1961. p. 13-66. il.

GOMES, L. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. p. 17-282.

GONÇALVES, J. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horiz. antropol. [online]. 2005, vol.11, n.23, p. 15-36. Acessado em: 04 de novembro de 2009.

GONÇALVES, A. *As margens da liberdade*, 1996, p. 202-208. In: **Vendendo desordens e comprando liberdade**: a inserção das mulheres forras em Vila Rica, 1750-1800. MÓL, Cláudia Cristina. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A002.PDF>. Acessado em: 09 de outubro de 2007.

HUSSERL, E. **A Ideia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1907. 133p.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS – IHGAL. **Memórias de Alagoas**: Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: IHGAL, 2009. 172p. il.

JACQUES, P. *Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade*. In: **Corpos e Cenários Urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. JACQUES, P.; JEUDY, H. (Org.). Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006, p.117-139.

JÚNIOR, J. **Um estudo sobre a arte verbal**: da performance do Cordel do Fogo Encantado ao Ethos da Cultura Popular do Sertão de Moxotó em Pernambuco. Tese de Mestrado. UNICAMP, 2004.

LAGO, P; LAGO, B. **Coleção Princesa Isabel**: fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2008. p. 256-271. il.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 103p.

LEITE, J. **A cidade como escrita**: o aporte da comunicação na leitura do espaço urbano. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>> Acessado em: 20 de janeiro de 2007.

MACÊDO, L. **Qualidade da paisagem urbana**: a questão no Centro Histórico do Penedo. Iphan/Monumenta, 2005. 46p.

MAZONI, A. **Corpo e movimento no cotidiano de uma escola “plural”**: Um estudo de caso. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG, 2003, 194p. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843FAEC-85YHJF11000000437.pdf. Acessado em: 10 de janeiro de 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª Ed. 1999. p. 05-25 e 236-270.

MÉRO, E. **Arruar pelo tempo**. Maceió: Casa do Penedo, 1993. 179p.

MORAES, A. **Diagnóstico e Análise do Mercado e Feira Popular do Penedo/AL**. Iphan/Monumenta, 2007. 132p. il.

_____. **Historiográfico do Penedo**. Iphan/Monumenta, 2007. 88p. il.

MOREIRA, V. *O Método Fenomenológico de Merleau-Ponty como Ferramenta Crítica na Pesquisa em Psicopatologia*. Universidade de Fortaleza e Harvard Medical School. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, 17(3), p.447-456. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v17n3/a16v17n3.pdf>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

MOTT, L. *Feira e Mercados: pistas para pesquisa de campo*. In: **Reeducando o olhar**: estudos sobre feiras e mercados. FERRETTI, S (Org.). São Luis: Edição UFMA; PROIN (CS), 2000. 190p.

REIS, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. p. 07-62.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fortes, 2001. p.148-199.

SALES, F. **Arruando para o Forte**. Penedo: Edições Bagaço, 2003. 180p. il.

SANT'ANNA, M. **A Política Federal de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: Diretrizes, Resultados e Principais Desafios**. Aula 4. Curso Patrimônio Imaterial – EAD DUO, 2008. 16p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 28p.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS - SECULT. **Proposta para Tombamento do Sítio Urbano de Penedo**. 1987, 15p.

_____. **Plano de Desenvolvimento Organizacional do Espaço Urbano de Penedo**. 1972, 128p.

SILVEIRA, F; FURLAN, R. **Corpos sonhados e vividos: a questão do corpo em Foucault e Merleau-Ponty**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Riberão Preto, SP, 2005. 218p.

VALENTE, A. **Penedo, sua história**. Maceió, 1957. 263p.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam, 2001. 212p.

6. Anexos

Anexo 1 - Lei Municipal nº 83 – 28 de abril de 1920	148
Anexo 2 - Normas de Uso do Polígono Estadual Tombado	151
Anexo 3 - Decreto de Tombamento Estadual – 29.595 de 8 de março de 1986	156
Anexo 4 - Portaria Federal n. 1 de 21 de maio de 1996	157

Lei Municipal nº 83 – 28 de abril de 1920 (Documentos encontrados na Ordem 3ª de S. Francisco – Penedo)

O Coronel Francisco Silva, Intendente do Município de Penedo, etc.

Apt: 1º O Governo Municipal logo que permita o estado financeiro mandará proceder ao plano e nivelamento geral das ruas, praças e avenidas da cidade.

2º Nenhuma casa, sobrado ou muro será levantado ou reedificado no pavimento da cidade sem prévia licença da intendência que mandará pelo fiscal designado [...].

§ Nenhuma licença será concedida sem que o empreendimento seja acompanhado de planta ou _____ da obra.

§2 O requerente ou edificador pagará pelo alinhamento e imposto determinado pela lei. Penas - Multa de 20\$000 além da obrigação de pôr em alinhamento a obra em construção sob pena de embargo.

Apt: 3º Do alinhamento haverá recurso para o Intendente, que resolverá por exame propeio ou por uma comissão por elle nomeados.

4º Nenhuma casa será edificada ou reedificada sem que tenha a altura de 4 metros de soleira ou architrave, portas de 3 metros e 20ctm sobre 1 metro e 10 ctm, e janellas de 2m e 20ctm sobre 1 metro e 10ctm e que seja servida de encanamentos conductores das águas pluviaes, que despejam ao nível do calçamento ou do solo e tenham as frentes encimadas por platibandas.

§1 Comprehende-se por reedificação qualquer serviço feito na frente de qualquer prédio.

5º Os sobrados no mesmo caso deverão ter altura de 9 metros. Penas – Multa de 30\$000, além da obrigação de parar a obra até resolver-se o infractor a observar as condições estabelecidas.

6º Os muros que se edificarem deverão ter 3 metros, sendo simples; tendo de receber gradil deverão medir 60ctm de parapeito e o resto do gradil de ferro ou qualquer outro material. Penas – Multa de 20\$000 além da obrigação de fazer a obra na altura exigida.

7º Nas novas edificações ou reedificações só é permittido levantar-se obra dentro do alinhamento si o proprietário preferir acompanhar o alinhamento da rua com muro de gradil e portão de ferro.

§ único As obras nas condições do artigo antecedente devem seguir o parallelo da rua e afastar-se pelo menos 2 metros e 50ctm. Penso – Multa de 20\$000 além de obrigação de demolir a obra.

8º As calçadas das casas ou os seus passeios deverão ter a altura [...] acima do calçamento ou solo e um metro e trinta de largura pelo menos, de [...] uma as outras, numa mesma rua pela linha de declive. – Penas – [...] além da obrigação de cumprir o infractor a prescrição legal.

9° Os proprietários de casas que não estiverem construídas dentro do estabelecido nos artigos 4 e 9 situadas em ruas, praças e avenidas onde estejam sendo feitos ou venham-se a fazer-se melhoramentos materiais, tais como calçamentos, reforma de calçamentos, ajardinamentos etc. serão obrigados a reformarem as frentes dos seus prédios no prazo de 60 dias. – Penas – As mesmas do art. 8.

10° Não sendo satisfeita a obrigação de artigo antecedente no prazo marcado, que se conta da data de intimação pelo fiscal, a Intendencia mandará fazer o serviço a sua custa, ficando o proprietário obrigado a indenizá-la do valor da obra que será cobrado amigável ou judicial etc., sendo neste último caso agravado de 20%.

11° É vedada a edificação ou reedificação de casas, sobrados e muros em lugares que impeçam o desenvolvimento das ruas ou embelezamento das avenidas e praças. – Penas – Multa de 20\$000 além de obrigação de demolir a obra ou indenizar a Intendencia das despesas que fizer com a demolição.

12° Qualquer calçada ou passeio de prédios que tiver pedra deslocada ou que apresente qualquer outro deterioramento, será logo concertado pelo proprietário. – Penas – Multa de 10\$000, devendo ser tomadas as providências do art. 10.

13° A Intendencia poderá desapropriar quando se fizer mister, qualquer prédio, terrenos baldios para bom alinhamento de ruas e embelezamento de praças e avenidas.

§ único Não havendo acordo em caso de desapropriação, entre a municipalidade e o proprietário, o preço do prédio será calculado pelo valor dado por este para pagamento do imposto de décima sextenal.

14° O proprietário de qualquer prédio ou sobrado que ameaçar ruína, depois de intimado pelo fiscal, será obrigado a começar a demoli-lo dentro de 24 horas e terminará a demolição dentro do prazo marcado pela Intendencia. Penas – Multa de 20\$000 além da obrigação de indenizar a Intendencia pelas despesas de demolição quando feitas por Ella.

§ único Para ter lugar a demolição de prédios ou muros em ruína, será primeiramente marcado pela Intendencia uma comissão para dar parecer sobre a necessidade de demolição.

15° As nossas ruas da cidade não deverão ter menos de 12 metros de largura.

16° Os entulhos provenientes de edificação, reedificação ou demolição serão removidos após a conclusão da obra ou antes, a juízo do fiscal para lugar designado dentro de 24 horas. Penas – Multa de 5\$000 por cada 24 horas que excederem.

17° Fica terminantemente proibido depositar nas ruas, praças e avenidas, entulhos provenientes de limpeza de quintais ou de outra qualquer natureza que não especificadas no artigo anterior. Penas – Multa de 20\$000.

18° A arborização das ruas, praças e avenidas será feita com espaço não inferior de 10 metros de árvore a árvore na sua extensão, tendo no mínimo 2 metros de distância do passeio.

§1 As particulares podem arborizar às suas expensas as frentes de suas casas [...] observando as condições deste artigo.

§2 Cabe à municipalidade o domínio das inspeções das árvores das ruas, praças e avenidas, ainda que plantadas por particulares, que não as poderão demolir [...].

20° Só mediante licença poderá se demolir prédios, depositar materiais e levantar andaimes na frente das obras. – Penas – Multas de 10\$000 sendo intimada a retirar os materiais ou andaimes de 24 horas.

21° Revogam-se as disposições em contrário – Penedo, 28 de abril de 1920. Francisco Silva, Intendente.



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE CULTURA

NORMAS DE USO

- Liberite das novas construções na Z.P.R. deverá obedecer aos seguintes critérios :

- Na Comendador Peixoto - tres pavimentos

uma média de 10,50 metros , a partir da soleira do prédio

- nas demais ruas :

-Dois pavimentos ,uma média de 7,00 m contados a partir da soleira do prédio no ponto mais alto da construção;

Obs: Nas áreas de construções vizinhas a prédios com platibandas a nova construção deverá seguir a mesma altura de 1,40

-Implantação no Lote

-As novas construções na Z.P.R. deverão ser implantadas no limite frontal do lote,obedecendo as edificações de entorno.

Taxa de Ocupação.

60%

-Inclinação da Coberta

- A coberta deverá ser em telha cerâmica tipo canal e a canalização deverá ser de no mínimo 25% ,ficando a cumieira de acordo com os prédios vizinhos;

Obs: Na praça Comendador Peixoto no espaço ~~definitivo~~ aos sobrados antigos existentes não será permitido nenhum tipo de construção tendo em vista as interferências visuais nos mesmos;



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE CULTURA

trole de padrões menos rígidos, cuja finalidade é a de atender as diferenças entre a ambiência da ZPR e o espaço fora da área Tombada, funcionando como faixa de transição de uma para outra.

Z.P. A. 1

I- Em toda a área urbanizada da Z.P.A. ficam proibidas ações que impliquem na descaracterização da trama urbana, tais como abertura, supressão ou alargamento de vias.

II- Não serão permitidas a colocação de letreiro, placa, painel, ou qualquer outra forma de publicidade ou propaganda em terreno vago, e na cobertura ou no topo de prédio nela situado.

III- Não são permitidos obras de desmonte, terraplenagem, sterro, desmatamento, derrubada de árvores, bem como qualquer outra que modifique a paisagem natural;

- NORMAS DE USO

-Devido a diversidade apresentada na caracterização desta, procurou-se dividir esta zona em duas sub-zonas para uma melhor legislação: A primeira será ZPA-1 corresponde as áreas já urbanizadas e com tendência a urbanização. A segunda (ZPA-2) corresponde a áreas próximo a encostas. São áreas nobres, onde os lotes tendem a um padrão mais alto.

- Na 1ª zona (ZPA -1), o parcelamento do solo deverá seguir a tendência dos loteamentos existentes:



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE CULTURA

Lote mínimo - 250 m²; sende a testada mínima - 10,00m

Taxa de ocupação - 60%

- 1- GABARITO- 02 pavimentos (para habitação unifamiliar)
 - 04 pavimentos (para habitação multifamiliar)

- 2- IMPLANTAÇÃO NO LOTE - recuos -posterior: mínimo - 1,50 m
 -lateral mínimo - 1,50m
 frontalm mínimo - 1,50 m

VIAS DE CIRCULAÇÃO

- Largura mínima - 15,00 m para via a partir de 400m de extensão, devendo ,nes-
 se caso ,ser interrompida por transversais;
- Largura mínima da calçada -2,00 m
- Áreas de circulação -12%
- Áreas verdes - 13%
- Comercio e serviços -95%
- Área habitacional 70%


 ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE CULTURA

PROPOSTAS PARA PRESERVAÇÃO DA ÁREA TOMBADA.

A área delimitada no polígono que constitui acervo cultural de Penedo, é composta de um Centro Histórico, onde se agrupam os principais monumentos, áreas verdes, áreas de entorno, (de proteção ambiental), áreas alagadas, e áreas em expansão (por onde a cidade tende a crescer).

Faca a diversidade observada na caracterização dessas áreas, procurou-se dividir o polígono de Tombamento (PTP) em tres zonas distintas, para uma melhor atuação na legislação, portanto o PTP será subdividida em :

- Zona de preservação Ambiental (ZPA) são as áreas de entorno da ZPA, que asseguram a proteção ambiental.

- Zona de preservação Rigorosa (Z.P.R.), onde se situa o centro histórico propriamente dito .

- Zona de preservação Paisagística (Z.P.P.) são áreas de mangues, alagadas, matas e demais formas de vegetação de proteção de encostas, e trecho de acentuadas declividade.

Os limites de cada zona acima serão apresentados em anexo.

1.0- PROPOSTAS GERAIS.

" A noção do monumento compreende não só a criação arquitetônica, como também o ambiente no qual ele se insere, e sua conservação deve ser sempre favorecida pelo poder público para atribuição de uma função util à sociedade".

I- A atividade de preservação cultural, é caracterizada pela execução de obras de conservação, reparação do bem de valor cultural, observando-se os seguintes critérios:

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE CULTURA

-As obras de conservação, reparação e restauração, situados em ZPR, respeitarão a volumetria e a feição do imóvel de per si, e em relação a escala e a forma de conjunto em que se insere, quando for o caso, mantendo originais;

1- O gabarito e o nº de pavimentos do prédio existente, nos casos de obras de reparação ou restauração;

2- A implantação do prédio no terreno;

3- A forma e a inclinação da coberta;

4- Os materiais de revestimento das paredes e da coberta;

5- Os vãos de circulação, ventilação, iluminação;

- No caso de construções em terrenos onde houveram demolição de prédio, o gabarito deverá ser o mesmo do que pré-existiu, bem como a implantação no lote; incluir neste caso o item 3 do parágrafo anterior; caso o terreno seja vago, a implantação deverá ser de acordo com os prédios do entorno;

- Quanto as reformas na Z.P.R. serão considerados os seguintes aspectos:

- As edificações antigas preservadas não deverão sofrer modificação em seu aspecto externo (volumetria, aberturas, revestimentos); com relação a seu interior, este não poderá ter a sua estrutura modificada, exceto os acréscimos de cozinha e banheiro que deverão se conformar na estrutura existente; somente em casos especiais (comércio e serviço) onde o uso realmente exija modificação, serão abertas exceções; neste caso o proprietário deverá documentar-se comprovando o uso.

- Em casos de reforma em prédios modernos na ZPR, que não tenham um estilo definido, poderá ser modificada a estrutura interna; com relação ao aspecto externo, estes poderão sofrer melhorias mas que não alterem a ambiência do entorno, devendo ser respeitados os itens 1, 2, 3, acima citados. (no parágrafo primeiro)

- Será proibida a demolição de qualquer prédio contido na ZPR, salvo em caso especial, neste caso deverá o prédio ter o parecer do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 29.595 DE 08 DE MARÇO DE 1986

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 03 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1986, DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL – CEPC/AL, PARA FINS DE TOMBAMENTO DA CIDADE DE PENEDO, NESTE ESTADO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 59 da Constituição Estadual, considerando o disposto no Art. Da Lei nº 4.448, de 28 de junho de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo SGC – 24.106/86,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 03, de 25 de fevereiro de 1986, do Conselho Estadual de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural – CECP/AL, favorável ao tombamento da cidade de Penedo, neste Estado.

Art. 2º O Conselho Estadual de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural promoverá o tombamento da cidade a que se refere este Decreto, mediante inscrição no livro próprio.

Art. 3º Passa a integrar este decreto a Resolução nº 03 de 25 de fevereiro de 1986, do CECP/AL.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO, em Maceió 08 de março de 1986, 98º da República.

DIVALDO SURUAGY

Noaldo Dantas

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

8ª Coordenação Regional

PORTARIA Nº 01, DE 21 DE Maio DE 1986

A Coordenadora da 8ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no uso de suas atribuições e para melhor cumprimento do Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, que dispõe sobre a proteção dos bens culturais e, considerando:

Que o conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, por seu excepcional valor cultural, é monumento integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro, na forma e para fins do Decreto-Lei nº 25/37 e do Processo nº 1301-T-86;

Que é dever do Poder Público Federal zelar pela integridade do referido Conjunto, assim como de sua vizinhança;

Que os estudos realizados pelo IPHAN qualificam e definem as áreas sob proteção do Decreto-Lei nº 25/37 em Penedo, e explicitam os procedimentos para o controle dessas áreas.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Para efeito da proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo do IPHAN, ficam aprovadas as definições, critérios e procedimentos constantes da presente Portaria.

Parágrafo 1º-A realidade físico-territorial correspondente ao Patrimônio Cultural sob proteção federal a que se refere o caput deste artigo, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma de vários períodos históricos da cidade, desde a sua fundação até a atualidade. A área total sob proteção abrange a área de tombamento e a área de vizinhança, designada também entorno, com características complementares à área tombada, por sua proximidade, ou compatibilidade do contexto cultural Penedense.

Parágrafo 2º-As áreas do tombamento e do entorno estão definidas pelos polígonos descritos nos Anexos I e II da presente Portaria, com base nos assentamentos e processo número 1.301-T-86 e dos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e Histórico, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 2º- A preservação do Conjunto Histórico e Urbanístico de Penedo, e do seu ENTORNO, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos constitutivos urbanos, como a implantação do terreno, o arruamento e o correr das edificações, os sistemas construtivos, entre outros próprios da região, desde o início do século dezanove até a atualidade, aos quais associam-se elementos da vida contemporânea, sem, contudo, descaracterizar a substância do conjunto sob proteção. A constituição desse conjunto associou elementos intencionais da urbanização, formando assim a urbe da qual uma parte é, hoje, o conjunto objeto da preservação.

Parágrafo 1º- A área sob proteção é aquela através da qual podem ser identificadas as relações urbanas que permitem compreender a formação do espaço no século dezoito e consolidado até meados deste, e que guarda o conjunto de bens móveis-edifícios e espaços livres compatíveis com a estrutura inicial do núcleo urbano, e que asseguram uma qualidade de vida própria e característica de Penedo, direta ou indiretamente às pessoas que usufruem desta qualidade: moradores, comerciantes, turistas, consumidores, entre outros que referenciam-se no conjunto urbano ora sob proteção do Poder Público Federal.

Artigo 3º- Para toda área sob proteção do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/37, serão observadas os seguintes critérios gerais:

Parágrafo 1º- As áreas de tombamento e de entorno serão objeto de estudos especiais, para cadastramento e o planejamento que visem a conservação de características e revitalização de usos, considerando seus elementos naturais incidentais, e os elementos constituidos-intencionais (Pavimentação das ruas, jardins públicos e privados, alinhamento de fachadas, etc).

Parágrafo 2º- A tipologia dos conjuntos formados por logradouros, arquiteturas e cobertura vegetal, será fator determinante na análise de intervenções propostas, isoladas ou em conjunto, pois constituem o universo imediatamente maior a ser preservado em suas características de volumetria e utilização consagradas.

Parágrafo 3º- Equipamento de uso público (pontos de ônibus, sanitários públicos, coretos, etc.), e móveis de estacionamento prolongado (trailers, comércio de alimentos, etc) serão permitidos em locais previamente estabelecidos, inclusive logradouros, sempre por aprovações de caráter precário ou provisório.

Parágrafo 4º- Ficam vedados todos e quaisquer elementos arquitetônicos - que se projetem além dos limites dos terrenos sobre os logradouros ou áreas públicas, assim como além dos limites previstos na presente Portaria, excusando-se marquises, toldos e elementos de proteção ou decoração, desde que não sejam destinados ao uso ou a atividades privadas, observadas as normas Municipais sobre a matéria.

Artigo 4º- Para efeitos da aplicação desta Portaria, ficam definidas as seguintes hipóteses de intervenções em imóveis:

I- Manutenção, que consiste nas ações que visam apenas manter o imóvel em boas condições de uso, tais como limpeza, pinturas de asseso e proteção, pequenos reparos, recomposição de esquadrias, etc.

II- Restauração, que consiste em um ou mais serviços ou obras que visam recuperar ou reconstituir elementos ou partes de uma edificação, para restaurar sua forma original ou anterior;

III- Conservação, que consiste em serviços ou obras que visam a consolidação de todos os elementos pré-existentes na edificação, sem alterações de forma.

IV- Reforma, que consiste em qualquer tipo de serviço ou obra que pode alterar, no todo ou em parte, a edificação;

Parágrafo Único- As obras novas, admitidas apenas em terrenos vagos desde data anterior ao Tombamento, ou por desmembramento autorizado pelo IPHAN, serão analisadas tendo em vista a conservação física e a preservação cultural do Conjunto Tombado.

Artigo 5º- No Anexo III estão identificadas as edificações classificadas por este instrumento como de Preservação Rigorosa, de Preservação Moderada e Interferentes, conforme definidas abaixo:

I- As edificações sob Preservação Rigorosa, são consideradas intangíveis não poderão ser alteradas em suas características, salvo as inserções para adaptações de conforto ambiental ou tecnológico, tais como instalações sanitárias, ar condicionado, divisórias e instalações eletro-eletrônicas de trabalho ou de segurança, desde que não afetem a volumetria e as fachadas para os Logradouros.

II- As edificações de Preservação Moderada são aquelas que estão integradas ao conjunto espacial, mas que já sofreram alterações internas ou mesmo externas de tal ordem que apenas suas características gerais de volumetria, ocupação do solo e uso tem de ser preservadas.

III- As edificações Interferentes são aquelas que rompem a harmonia do conjunto, tanto pelos aspectos históricos como pelos espaciais, e que são passíveis de adaptações arquitetônicas ao conjunto espacial.

Artigo 6º- Para efeitos do Decreto-Lei nº 25/37 e da presente Portaria, não preservados dentro da área de Tombamento:

Parágrafo 1º- O traçado urbano, compreendido pelos logradouros, tal como encontram nesta data, compreendendo as áreas pavimentadas das ruas e calçadas, jardins, praças e largos e demais áreas livres públicas.

Parágrafo 2º- As construções novas somente serão admitidas sobre terrenos vagos até a data da Notificação do Tombamento, mediante estudos de inserção no conjunto tombado, e não poderão reduzir ou impedir a visibilidade originária da área tombada, devendo manter ainda as relações de volume e de cor do meio ambiente, caracterizando-se, entretanto, como construções contemporâneas.

Parágrafo 3º- A taxa de ocupação dos terrenos vagos, terá como padrão a média existente na quadra a que pertence, para conservação de, no mínimo, 70% das áreas verdes internas às quadras.

Parágrafo 4º- As intervenções em edificações ou logradouros da área de tombamento, previstas no Parágrafo 2º deste Artigo, serão consideradas restaurações parciais do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penúcia, devendo, portanto, buscar recuperar as qualidades e características arquitetônicas - espaciais do Conjunto.

Parágrafo 5º- As margens do Rio São Francisco, encostas e cobertura vegetal, praças e jardins, terão suas características preservadas. As intervenções só serão admitidas quando para restauração e revitalização das características das áreas da Rocinha e do Porto..

Artigo 7º- Para efeitos desta Portaria, dentro da Área de Entorno serão observados os seguintes critérios gerais de preservação:

Parágrafo 1º- A área do entorno deve ser preservada em suas características urbanísticas, ou seja, os desenhos dos logradouros, a volumetria edificada e os espaços livres internos das quadras ou non edificandi das áreas da margem e barrancos do Rio São Francisco das várzeas do Catarrinho e do Quebra-Frasco.

Parágrafo 2º- A Área de Entorno deverá ser instrumento suplementar de proteção das áreas de proteção ambiental, públicas ou privadas.

Artigo 8º- A área de Entorno fica dividida em sub-áreas, com seus perímetros correspondentes definidos na Planta Cadastral- Anexo IV- e com suas caracterizações e normas específicas definidas no Artigos 10º e 11º, adiante:

Artigo 9º-As sub-áreas do entorno ficam assim caracterizadas:

Parágrafo 1º- SA-1/Sub-Área Catarrinho. Compreende a área da Lagoa do Catarrinho, hoje um baixio com várzea e encostas suaves formando uma pequena baía contornada pelo bairro Barro Vermelho. É uma área de preservação natural intra urbis.

Parágrafo 2º- SA-2/Sub-Área Pescadores. Compreende uma pequena área do baixio Barro Vermelho, que ocupa uma faixa entre a margem do Rio São Francisco e a "Lagoa do Catarrinho". Caracteriza-se como ocupação de baixa renda, em parte remanescente da ocupação primitiva à época dos portugueses, com estrutura viária mais adaptada ao pedestre, formada de imóveis entre médios e pequenos. As edificações são térreas, de uso predominantemente residencial com pequeno comércio de apoio.

Parágrafo 3º- SA-3/Sub-Área Getúlio Vargas. Compreende a área de extensão da

, ocupando o espigão e vertentes ao norte, demar-
cadas pelos grandes terrenos e quintais com testada para a avenida. Caracteriza-se com ocu-
pação residencial de classe média e média-alta, associada a grandes áreas de colégios e
outros serviços públicos. As edificações são predominantemente de um a dois pavimentos.

Parágrafo 4º- SA-4/Sub-Área Quebra-Frasco. Compreende a área de ocupação -
mais recente entre o centro e a Avenida Getúlio Vargas e a várzea do Quebra-Frasco. Carac-
teriza-se pela ocupação mista, residencial, comercial, serviços e institucional. As edifi-
cações são predominantemente de um ou dois pavimentos.

Parágrafo 5º- SA-5/Sub-Área Sete Casas. Compreende uma área de expansão do
Camartelo, ocupando a faixa de terreno mais firme entre o Rio São Francisco e a várzea do
Quebra-Frasco, unindo essas áreas com o bairro do Oitavo. Caracteriza-se por uma ocupação
comercial e de serviços junto à avenida Boira-Rio, secundada por uma faixa habitacional no
lado interno, próximo à várzea. As edificações comerciais, tipo galpões, tem em média a al-
tura de 4,50 m. As residências são de um pavimento.

Artigo 10º- Para a SA-1 (Catarinho), ficam definidos os seguintes crité-
rios:

Parágrafo 1º- Tendo em vista a proteção ambiental da Lagoa do Catarinho,
todas as intervenções nos logradouros e no uso do solo estarão sujeitas a aprovação de -
objetos e de estudos de impacto ao meio ambiente.

Parágrafo 2º- Nos terrenos legalmente constituídos até a data do Tombamento,
serão permitidas novas construções, ampliações e anexos, até cota máxima de coroamento -
8,00m (oito metros), em relação ao terreno natural. Altura máxima de ocupação dos terra-
ços é de 30%.

Artigo 11º- Para a SA-2-(Pescadores), ficam definidos os seguintes crité-
rios:

Parágrafo 1º- O casario pertencente a rua dos Pescadores e à Praça deverá
mantido seu gabarito tipológico-alturas, alinhamentos e afastamentos, volumetria em
relação ao lote e relação de "cheios e vazios" das fachadas.

Parágrafo 2º- As novas construções ou acréscimos não poderão exceder a
altura de 4,50 (quatro metros e cinquenta centímetros) de coroamento em relação ao terreno
natural.

Parágrafo 3º- A taxa máxima de ocupação é de 60%, tanto para novas cons-
truções como para a soma dos acréscimos às edificações existentes.

Artigo 129- Para a SA-3 (Getúlio Vargas), ficam definidos os seguintes critérios:

Parágrafo 1º- Nos Logradouros, a pavimentação existente em paralelepípedos de granito da região, deverá ser mantida.

Parágrafo 2º- A volumetria das edificações existentes será referencial para as obras de restauração, conservação ou reforma, que admitam acrescentos nas áreas internas

Parágrafo 3º- Para as novas construções ou acrescentos em altura, a cota máxima permitida é de 6,00 (Seis metros), da cota de soleira até os beirais ou platibandas. Acima desta cota somente serão permitidas edículas que não sejam de uso prolongado, tais como caixas d'água e sótãos, até 15% da área de cobertura, ou cumeadas de telhados até 2,00 m' (dois metros) acima da cota dos beirais ou platibandas. As edículas e cumeadas deverão estar afastadas para as ruas no mínimo 6,00 m (seis metros).

Parágrafo 4º- As edificações comerciais ou de uso misto poderão ser mantidas no alinhamento frontal dos lotes com os logradouros. Os afastamentos laterais somente serão exigíveis a partir de 6,00 (seis) metros da testada dos lotes.

Parágrafo 5º- A área total de construção não poderá ultrapassar a taxa de 40% do terreno.

Artigo 130- Para a SA-4 (Quebra-Frasco), ficam definidos os seguintes critérios:

Parágrafo 1º- As edificações novas ou acrescentos poderão ter altura máxima de 6,00 m (seis metros), da cota de soleira até o nível do beiral ou respaldo da platibanda sendo permitido, acima disto, telhados e edículas, até a altura máxima de 8,00 (oito metros). As edículas deverão ter afastamento mínimo de 6,00 m (seis metros) do alinhamento frontal da edificação no terreno.

Parágrafo 2º- As edificações comerciais e de uso misto devem ser mantidas no alinhamento frontal dos lotes com os logradouros. Os afastamentos laterais somente serão exigíveis a partir de 6,00 (seis) metros da testada dos lotes.

Parágrafo 3º- A área total de construção não poderá ultrapassar a taxa de 60% do terreno.

Artigo 140- Para a SA-5 (Sete Casas), ficam definidos os seguintes critérios:

Parágrafo 1º- As edificações novas ou acrescentos poderão ter a altura máxima de 6,00 m (seis metros), da cota de soleira até o coroamento da fachada para a rua. Além dessa cota serão permitidas edículas ou aproveitamento de desvãos detalhados, tipo sótão, mansarda ou água furtada, até a altura máxima de 8,00 m (oito metros). As edículas deverão ter afastamento mínimo de 6,00 m (seis metros) do alinhamento frontal do terreno.

HY 23 196 17120 1842 8 OK SE

222946

101

002 223 0000 P01

Parágrafo 2º- Os alinhamentos frontais das construções deverão ser mantidos no limite dos terrenos com os logradouros,

Parágrafo 3º- A área total de construção não poderá ultrapassar a taxa de 75% do terreno.

Artigo 16º- A 8ª Coordenação Regional do IPHAN poderá estabelecer, em casos especiais, outros critérios específicos para o exame e aprovação de projetos e obras, desde que necessários à preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Fenedo.

Artigo 16º- Os processos para aprovação de projetos pelo IPHAN, deverão atender às seguintes disposições:

Parágrafo 1º- Os projetos deverão ser apresentados pelo interessado à Prefeitura Municipal de Fenedo, de conformidade com as normas municipais, que os remeterá ao IPHAN para análise.

Parágrafo 2º- As Instruções Normativas Regionais, INR-01 e INR-02, definem os procedimentos internos da 8ª CR/IPHAN para a Identificação dos Bens Culturais Imóveis e para Análise e Aprovação de Projetos, no âmbito de suas competências.

Parágrafo 3º- A 8ª CR/IPHAN emitirá parecer, autorizando ou colocando os projetos "em exigência", no prazo máximo de 10 dias úteis, que será anexado ao processo e devolvido à Prefeitura Municipal de Fenedo.

Parágrafo 4º- A autorização do IPHAN terá prazo máximo de validade de 02 (dois) anos, a contar da data de aprovação do projeto, prorrogáveis por mais dois anos no transcurso da obra. A paralisação de obras por mais de 01 (um) ano implicará, automaticamente, na cassação da autorização. Nos casos de grandes obras, que exijam prazos maiores, a 8ª CR/IPHAN definirá os prazos específicos.

Parágrafo 5º- Da aprovação exclusiva pela 8ª CR/IPHAN, não caberá a emissão da Licença para construir ou quaisquer formas de licença ou alvarás, assim como quaisquer formas de taxações ou ônus aos interessados. Não podem, em apartado, o IPHAN ou a Prefeitura Municipal, emitir tal licença, constituindo ato nulo por inconstitucionalidade e ilegalidade.

Parágrafo 6º- A 8ª CR/IPHAN acolherá solicitações de consulta prévia, emitindo parecer de orientação aos interessados. Esse parecer não terá caráter ou validade de autorização ou aprovação, devendo o projeto definitivo ser apresentado conforme estabelecido nesta Portaria, na Legislação Municipal e na Lei 5.194, de 24/12/88.

Parágrafo 7º- O IPHAN exercerá a fiscalização da execução das obras e dos serviços autorizados e licenciados pela Prefeitura, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30/11/37, e com as demais normas sobre a matéria.

Artigo 1º- Representa a 8ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas, a 10ª Sub-Regional II, com sede à Travessa Baltasar Goés, nº 88-20º andar-Edifício Estado de Sergipe- Centro.

Aracaju, 21 de Maio de 1986


ELIANE MARIA SILVEIRA FONSECA CARVALHO
COORDENADORA
8ª CH-IPHAN